

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Educação



Dissertação

AUTOGESTÃO COM ÊNFASE NO PROCESSO EDUCATIVO:
ASSOCIAÇÃO RECICLADORA VITÓRIA E INTECOOP - FURG RIO
GRANDE/RS

Vanessa Gonçalves Dias

Pelotas, 2014

VANESSA GONÇALVES DIAS

**AUTOGESTÃO COM ÊNFASE NO PROCESSO EDUCATIVO:
ASSOCIAÇÃO RECICLADORA VITÓRIA E INTECOOP - FURG RIO GRANDE/RS**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial a obtenção a título de mestre do Curso de Mestrado em Educação, na Linha História e Filosofia da Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Conceição Paludo

**FAE/UFPEL
Pelotas, 2014**

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D541a Dias, Vanessa Gonçalves

Autogestão com ênfase no processo educativo :
Associação Recicladora Vitória e INTECOOP - FURG Rio
Grande/RS / Vanessa Gonçalves Dias ; Conceição Paludo,
orientadora. — Pelotas, 2014.

134 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Educação, Faculdade de Educação, Universidade
Federal de Pelotas, 2014.

1. Incubação. 2. Itcps. 3. Economia popular solidária. 4.
Trabalho associado. I. Paludo, Conceição, orient. II. Título.

CDD : 331

VANESSA GONÇALVES DIAS

**AUTOGESTÃO COM ÊNFASE NO PROCESSO EDUCATIVO:
ASSOCIAÇÃO RECICLADORA VITÓRIA E INTECOOP - FURG RIO GRANDE/RS**

Banca examinadora

Dr^a. Conceição Paludo (UFPEL) – (orientadora)

Dr. Eduardo Arriada (UFPEL)

Dr. Antonio Carlos Martins da Cruz (UFPEL)

Dr^a. Lia Vargas Tiriba (UFF)

DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho à Loiracy e Domingos Sávio, por ensinarem
cotidianamente o amor como uma prática de liberdade.*

*A todos trabalhadores associados, que lutam para que o trabalho
torne-se uma experiência verdadeiramente humana.*

AGRADECIMENTOS

À minha família “dos Dias aos Gonçalves”, pelo companheirismo, incentivo e amorosidade, especialmente à Loiracy, Domingos, Gustavo e vó Aurora (*in memoriam*).

À dinda Rosa, por toda sua boniteza, simplicidade e sabedoria, que desde os tempos do magistério, contribui para meu “ser mais”.

Ao Nudese FURG, por “abrir as portas da incubadora” e proporcionar de bom grado documentos e as informações necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos ex - professores, técnicos e estudantes da incubadora que contribuíram com esta investigação, sem os quais ela não seria possível, em especial a Lucia Regina Nobre pela amizade, companheirismo e pela forma generosa com que me apresentou a extensão universitária.

Às “meninas” da Associação Recicladora Vitória, em especial Dalva e Carla, pela convivência e imensuráveis aprendizagens.

À professora e amiga Conceição Paludo pelo apoio e incentivo em todas as horas e, ainda; pela sua sabedoria, simplicidade e humanidade, que demonstram no cotidiano “outro” mundo possível.

Ao professor Antônio Cruz, pelas valiosas contribuições teóricas;

À Juliane Ribeiro Valdirene Machado e Andrea Walbrink agradeço pelo carinho, acolhida, amizade e principalmente pela boniteza de vocês em optar por um mundo radicalmente humano.

Ao professor Luís Fernando Minasi e o professor Bruno Xavier Silveira por apresentarem o MHD e tantas outras bonitezas, a vocês meu imenso carinho e enorme admiração.

Aos amigos Magda, Paulo Taddei, Rafael Chaplin Schramm, William Rocha, Vânia Pascoal, Alexander Córdoba, Luiz Alberto Godinho, Aline Araújo, Valquíria Bom, Nara Borges e Laci Nair que vivenciaram todo o processo de investigação e junto a este, momentos de alegria, angústias e aprendizagens mútuas.

Aos professores e servidores da UFPEL, sobretudo aqueles que trabalham na FaE e PPGE, pelos momentos partilhados.

Ao Observatório da Educação do Campo pela oportunidade de conhecer e vivenciar um trabalho radicalmente sério, comprometido com os sujeitos do campo e da cidade.

A CAPES pela Bolsa de Mestrado a mim concedida, indispensável à realização desta investigação.

“É agindo coletivamente que os
trabalhadores aprendem a se autogerir; não
há outro meio de se apropriar do
conhecimento”.

(Rosa Luxemburgo)

RESUMO

DIAS, Vanessa Gonçalves. **Autogestão com ênfase no processo educativo: Associação Recicladora Vitória e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares FURG - Rio Grande/RS**. 2014. Nºf.134. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

As Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares, entre outras entidades de apoio, surgem da demanda crescente de trabalhadores que buscam formar empreendimentos solidários, os quais estão se multiplicando em todo o País. Isso ocorre devido aos altos índices de desemprego estrutural, ocasionados pela nova configuração do mundo do trabalho – a reestruturação produtiva. As incubadoras, nesse sentido, atuam enquanto responsáveis pela assessoria técnica à cooperativas populares, além de geradoras de pesquisas no ensino universitário. Assim, assumem lugar polêmico, revestido de ambiguidades e contradições inerentes à sua própria proposta de trabalho ancorada no cooperativismo popular. Com base teórico-metodológica no Materialismo Histórico Dialético, a partir de um estudo de caso, a pesquisa realizada investigou as principais contradições presentes nas práticas da economia popular solidária e na educação popular, desenvolvidas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – FURG-, localizada no município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. Analisou-se criticamente a concepção de autogestão, o trabalho associado, o cooperativismo popular e a incubação difundida pelos documentos do Programa INTECOOP e no processo prático de incubação, no empreendimento de mulheres da Associação Recicladora Vitória, situada também no município de Rio Grande. Como principais resultados, observou-se que o processo de incubação promovido pela ITCP-FURG não tem em sua concepção teórico-metodológica um projeto societário contra-hegemônico, logo, nas contradições da implementação prática do processo de incubação, a maioria das ações da incubadora acaba ‘tombando’ na lógica cartesiana do empreendedorismo. No entanto, alguns avanços podem ser mensurados no período de estudo do processo de incubação, tendo o empreendimento incubado avançado em algumas *características* da autogestão, principalmente no que diz respeito ao controle e à apropriação da produção pelas trabalhadoras.

Palavras-Chave: Incubação, ITCPs, Economia Popular Solidária, Trabalho Associado.

ABSTRACT

Technological Incubators of Popular Cooperatives among others support entities arise from the growing demand for workers seeking to form solidarity enterprises. They are multiplying throughout the country due to high levels of structural unemployment caused by the new configuration of the world of work - restructuring of production. Incubators act as responsible for technical assistance to popular cooperatives. They produce researching at the university education. However, they assume controversial position and many ambiguities and contradictions inherent in their own proposed job anchored in the popular cooperative. This researching deals with Dialectical Materialism History theory and methodology. Besides, this study is considered a case study. The presents researching investigated the main contradictions in the practices of popular solidarity economy and popular education. It was developed by the Technology Incubator of Popular Cooperatives - FURG - located in the municipality Rio Grande, in Rio Grande do Sul. It was analyzed the concept of self-management critically, associated work, cooperatives and popular documents diffused by incubating INTECOOP program and practical incubation process. It was developed into the women Recycler Association Victoria enterprise where is located in Rio Grande. As principal results, it was observed that the incubation process promoted by ITCP - FURG does not have in his methodological and theoretical concept a society project hegemonic against. Then, the contradictions of the practical implementation of the incubation process, the majority of the shares of incubator just 'tumbling' the Cartesian logic to enterprise, welfare. However, some progress might be measured during the study period of the incubation process. The incubation enterprise has advanced into many characteristics of self-management in terms of the control and appropriation of the production by women's work.

Key-words: Incubation, ITCPs, Popular Solidary Economy, Associate Work.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de localização geográfica das Associações e da Cooperativa de Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Município do Rio Grande	100
----------	--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Princípios do Cooperativismo	47
Tabela 2	Empreendimentos incubados diretamente pela INTECOOP - 2006 a 2012	91
Tabela 3	Grupo de mulheres da Associação Recicladora Vitória	103
Tabela 4	Grupo de mulheres Associação Vitória - situação socioeconômica atual	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADS – Agência de Desenvolvimento

AMI – Articulação das Mulheres do Interior

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Andifes – Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior

ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

BB – Banco do Brasil

BM – Banco Mundial

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

COEP - Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida

COOTRACOM - Cooperativa de Trabalho Comunitário

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CPC – Centro Popular de Cultura

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CRUTACs - Centros de Treinamento e Ação Comunitária

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ES – Economia Solidária

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

FaDir - Faculdade de Direito

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

FASUBRA – Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras

FBB – Fundação Banco do Brasil

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FMI - Fundo Monetário Internacional

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IADH – Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano

IAP – Investigação Ação Participativa

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ICEAC – Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis

ICCO – Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento

IES – Instituição de Ensino Superior

INTECOOP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITCPs - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

MPC – Modo de produção capitalista

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

MEC – Ministério da Educação

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MINC – Ministério da Cultura

MINTER – Ministério do Interior

NUDESE – Núcleo de Desenvolvimento Social Econômico

ONGs – Organizações Não-Governamentais

OEPs – Organização Econômica Popular Solidária

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PACs – Projetos Alternativos Comunitários

PT – Partido dos Trabalhadores

PROEXC – Pró-reitoria de Extensão e Cultura

PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEC – Serviço de Extensão Cultural

SECIS – Secretaria Nacional de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social

SEMPE – Seminário de Metodologias para Projetos de Extensão

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

ESu – Secretaria de Ensino Superior

SIES - Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SIEX – Sistema de Informação de Extensão Universitária

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNE - União Nacional de Estudantes

UNISINOS - Universidade do Vale dos Sinos

USP - Universidade Federal de São Paulo

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
1 TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO MODO DE PRODUÇÃO.....	24
1.1 O Trabalho e a constituição do ser social.....	25
1.2 Trabalho sob o modo de produção capitalista: exploração e divisão social do trabalho	29
1.3 A crise do trabalho na contemporaneidade: precarização, flexibilização, fragmentação e heterogeneidade.....	35
 2 ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA, TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTÃO.....	44
2.1 As experiências históricas de trabalho associado	45
2.2 Delineamentos conceituais Economia Popular Solidária	53
2.2.1 Autogestão.....	55
2.3 A Economia Popular Solidária no Brasil	57
2.4 O trabalho associado como princípio educativo	61
2.5 A Educação Popular como proposta político-educativa da Economia Popular Solidária.....	63
 3 AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES ...	70
3.1 Notas sobre a Universidade brasileira e extensão universitária	70
3.2 O contexto e o panorama político em que surgem as ITCPs no Brasil	78
3.3 ITCP da Universidade Federal do Rio Grande – FURG	83
 4 CONSTRUINDO CONHECIMENTO: COM OU PARA OS TRABALHADORES ASSOCIADOS? AUTOGESTÃO E O TRABALHO EDUCATIVO DA INCUBADORA.....	89
4.1 O contexto pesquisado.....	89
4.2 O surgimento da Associação Recicladora Vitória e sua relação com a incubadora.....	95
4.3 Práxis, conhecimento e incubação	100
4.3.1 A organização do trabalho na Associação	101

4.3.2 A gestão e os processos decisórios	106
4.3.3 Projeto: processo formativo e trabalho	112
4.3.4 Dos aprendizados mútuos	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	127

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade da década de noventa, diferentes países da América Latina recolocam em prática, como forma de resistência coletiva ao aprofundamento do desemprego e da exclusão social, um tipo de ação coletiva, referimo-nos ao ressurgimento dos processos de autogestão da produção associada. Esse processo se desenvolve em diversos países da América Latina, com a ampliação de experiências de trabalho não capitalista, ou seja, diferentes formas de produção não assalariadas, baseadas na construção de uma nova forma de produção e consumo, pautada na autogestão e produção de bens e serviços que satisfaçam as necessidades humanas (valores de uso).

Nesse contexto surgem diversas entidades de apoio a essas variadas experiências, destacando-se as chamadas *Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs)*, que ganharam reconhecimento como fenômeno social, a partir da crise econômica ocorrida no Brasil em 1990. As equipes nas ITCPs são integradas, em sua maioria, por professores, técnicos e estudantes que realizam um trabalho de extensão e pesquisa, tendo como seu campo de atuação comunidades e grupos que atuam em diferentes perspectivas, desde o cooperativismo popular até o trabalho associado.

A proposta do trabalho de incubação de cooperativas pressupõe uma concepção mais ampla, que remete à necessidade de uma articulação entre *conhecimentos científicos* e *saberes populares*. Através desses processos nas incubadoras tecnológicas de cooperativas populares é possível compreender a dimensão político-educativa do trabalho associado. No entanto, tais atividades apontam fragilidades nas ações propostas pela extensão universitária, uma vez que a relação entre extensão universitária e empreendimentos da Economia Popular Solidária (EPS) não são fenômenos isolados, mas constituem-se na totalidade

social. Nesse contexto, a universidade, caracterizada como o espaço de produção de conhecimento científico por excelência, vem sofrendo, ao longo dos anos, fortes questionamentos no que tange à produção científica e como esta vem interferindo na qualidade de vida das populações.

As escolhas temáticas presentes nesses questionamentos de pesquisa estão relacionadas a momentos de minha vida acadêmica e profissional que, aqui, busca-se deixar evidente para contextualizar os principais interesses que conduzem a este trabalho. Meu ingresso na FURG, em 2007, apresentou-se como um campo fértil para o contato inicial em várias vivências pedagógicas em educação. Nesse mesmo ano tive a oportunidade de participar do projeto de extensão *Reciclar é Vida*, um empreendimento diretamente ligado a questões socioambientais, ligado à antiga SUPEXT da FURG. A partir disso fui organicamente me inserindo nas discussões sobre Economia Popular Solidária, políticas públicas e resíduos sólidos no município de Rio Grande.

No ano de 2008 através de minhas experiências na área da reciclagem passei a integrar o projeto de extensão *Incubadora de Cooperativas Populares – INTECOOP*, que objetivava a assistência técnica a empreendimentos de Economia Popular Solidária no Rio Grande do Sul. Nesse período, comecei a articular em escalas maiores o trabalho coletivo dentro da associação de lixo reciclável - Associação Vitória, que me permitiu a participação em congressos, fóruns, apresentação de artigos acadêmicos, bem como a participação em outros processos socioeducativos a que fui me interessando.

As vivências com as mulheres da Associação Vitória foi criando condições para que eu produzisse uma visão de mundo cada vez mais crítica e sensível com a realidade. E nesse processo genuinamente educativo, quanto mais desvelava a realidade objetiva, mais em conflito eu entrava, pois percebia que era preciso desenvolver práticas não só em nível de sensibilização, mas de luta pela formação de condições essenciais à vida, com reflexões e práticas críticas da e na realidade natural e social.

Deixar por motivos imperiosos as atividades de extensão na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares foi um processo muito doloroso, porém necessário. Meu afastamento dessas atividades me levou a conhecer novas coisas, outros modos de compreender o mundo, pelos quais me iniciei nas leituras de Mészáros, que me fizeram refletir sobre a sociedade em que vivemos.

Diz ele (2005, p. 35), que para rompermos com a incorrigível lógica desta sociedade, que está nos desumanizando, “*as soluções não podem ser apenas formais: elas devem ser essenciais*”. Hoje, entendo a necessidade de termos outra posição de luta perante o modo como as relações sociais estão organizadas e se desenvolvendo.

No início do semestre letivo de 2010 comecei a estudar e a teorizar minha prática como acadêmica que quer ser um diferencial quando tornar-se profissional. A necessidade de ampliar os conhecimentos e ter acesso às produções teóricas, acerca da educação e do trabalho do professor, levou-me ao estudo do Materialismo Dialético, como uma forma justa de compreender o mundo. Isso aconteceu devido às aulas que assisto como ouvinte nas disciplinas *Sociologia e Dialética do meio ambiente, Educação Ambiental e o Materialismo Histórico e Leituras de Paulo Freire I e II*, ministradas pelo professor Dr. Luís Fernando Minasi, no PPGEA durante o ano de 2010.

O envolvimento com as leituras da Educação Ambiental me possibilitou riquíssimas experiências, entre elas o diálogo com a professora Dra. Conceição Paludo na banca de qualificação de uma colega, educadora ambiental. A partir dessa aproximação, passei a ser aluna ouvinte das disciplinas *Fundamentos e Pressupostos da Educação Popular I e Fundamentos da Educação Popular II*, no Programa de Pós Graduação em Educação. As aulas ministradas pela professora Conceição Paludo foram organicamente complementando as leituras já realizadas nos estudos com o professor Luis Fernando Minasi, e marcadas por algumas emoções, pois aos poucos venho desenvolvendo as condições necessárias para compreender os processos de classes sociais, formações socioeconômicas, modos de produção e suas relações e ligações com a educação dos trabalhadores.

A partir dessa trajetória surgiram algumas indagações, ainda na construção do projeto de pesquisa, tais como: qual tem sido efetivamente o compromisso assumido por essas instituições com a classe trabalhadora? De que maneira as incubadoras têm contribuído no processo de formação de organizações econômicas solidárias e da autogestão destas? Qual é o papel do processo educativo no trabalho associado? Quais os nexos entre processo de trabalho, processo educativo e projeto societário?

Assim, esta investigação justifica-se na importância de desvelarmos as contradições existentes nas práticas extensionistas do Projeto INTECOOP, junto a empreendimentos ligados à EPS, para que possamos avançar no debate sobre a *Universidade Necessária* ao campo do trabalho. Esta pesquisa buscou investigar em que medida o processo de incubação, desenvolvido pela INTECOOP/FURG, localizada na cidade do Rio Grande e no Estado do Rio Grande do Sul, nos anos de 2008 a 2012, contribuiu para o avanço dos processos e práticas de autogestão na Associação Recicladora Vitória. O que se pretendeu, dito de outro modo, foi analisar as principais contradições que se apresentam nas interseções práticas da incubadora e associação nos processos de autogestão e na educação¹ das trabalhadoras.

Compreendemos que a categoria contradição corresponde ao mecanismo pelo qual o fenômeno se desenvolve, sendo que o processo de desenvolvimento do fenômeno somente é possível pela existência de contradições internas e externas por fim, a transformar-se em outro fenômeno pela resolução das contradições. Quanto mais evidentes e conflitantes são as contradições existentes no fenômeno, maior é a possibilidade dialética, ou seja, maiores são as condições para a transformação do fenômeno em outro.

Dessa forma, como objetivo geral pretendeu-se contribuir para o debate instaurado sobre os processos educativos e de autogestão das associações incubadas, de modo tal a contribuir para avanços, na perspectiva dos trabalhadores. No que tange aos objetivos específicos, buscou-se:

a) Compreender a relação entre a incubadora INTECOOP e a Associação Recicladora Vitória; b) Analisar a concepção educativa e os instrumentos metodológicos de trabalho utilizados nos processos de formação/incubação da Associação Vitória; c) Compreender como foram discutidos e apreendidos os conceitos de trabalho associado e autogestão pela equipe de incubação e como era difundido e entendido pelos trabalhadores/associados no processo educativo; d) compreender o entendimento dos envolvidos no processo de incubação, acerca da autogestão.

¹ Estamos entendendo e utilizando nesta investigação os conceitos de formação e educação como sinônimos. Embora se saiba que há todo um debate teórico a respeito.

² Triviños (1987, p. 21) destaca que os estudos de casos têm por objetivo aprofundarem a descrição de determinada realidade. Ludke e André (1986), ao caracterizarem o estudo de caso, nos dizem que Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para compreender melhor a

A partir desses objetivos e com base no materialismo histórico dialético, enquanto visão de mundo que nos permite analisar a realidade sócio-histórica da humanidade por meio de suas categorias e leis Materialismo Dialético constitui-se em uma filosofia científica para a análise da realidade e implica necessariamente no desenvolvimento de uma visão científica do mundo, que se apoia em princípios conceituais baseados na materialidade, e, portanto, plenamente aplicáveis à realidade. De acordo com Kaprívine (1986, p.12) “a visão científica do mundo ajuda o indivíduo a formar um sistema conceitual íntegro e coerente, proporciona-lhe uma metodologia científica para conhecer a realidade e agir de acordo com as necessidades do desenvolvimento social”.

Optou-se nesta investigação por estudo de caso² no qual foram selecionadas as seguintes técnicas e procedimentos da pesquisa: observações livres, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas³. Realizaram-se três observações livres: uma reunião geral e duas no espaço de trabalho, durante o processo produtivo, na Associação Recicladora Vitória. No processo de análise documental, o documento escrito constituiu uma fonte extremamente importante, pois ele representou a quase totalidade da atividade da incubadora no período pesquisado.

Foram analisadas sessenta “minutas” que corresponde ao material de controle e acompanhamento da associação, a três projetos da incubadora, a dois relatórios do FINEP, a três artigos que relatavam a descrição de algumas atividades que foram desenvolvidas no galpão ao regimento interno e a dez atas da associação.

² Triviños (1987, p. 21) destaca que os estudos de casos têm por objetivo aprofundarem a descrição de determinada realidade. Ludke e André (1986), ao caracterizarem o estudo de caso, nos dizem que Um princípio básico desse tipo de estudo é que, para uma apreensão mais completa do objeto, é preciso levar em conta o contexto em que ele se situa. Assim, para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas, devem ser relacionadas a situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligadas (p. 18).

³ Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dão fruto a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal é colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152), além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

As entrevistas foram realizadas com um estudante da graduação, de um total de dez escolhidos pelo tempo de experiência no acompanhamento da incubação da associação, e com dois antigos consultores técnicos que acompanharam os primeiros e os últimos passos do processo de incubação. Foram realizadas também duas entrevistas com a primeira e a última coordenação da incubadora e, ainda, duas entrevistas com recicladores da Associação investigada.

De forma a preservar os sujeitos da pesquisa, aqueles que responderam às entrevistas semiestruturadas (Anexo C e D) foram identificados por código contendo letra e número; utilizamos uma identificação contendo a letra A (referente ao termo “associada”) A1; A2, e uma identificação contendo a letra E (referente ao termo “equipe de incubação”), E1; E2; E3; E4; E5; E6.

Para a análise do fenômeno de pesquisa, a partir do estudo teórico realizado, consideramos como fundamentais: a) Projeto societário; b) Articulação da associação com os Movimentos Sociais; c) Gestão democrática: participação dos associados, planejamento, decisão, transparência financeira e administrativa; d) Controle coletivo do processo de produção e transparência na distribuição das sobras; e) Formação permanente: técnica, social e política e cultural; f) Relações comunitárias.

Sendo assim, no primeiro capítulo dessa dissertação se apresenta o estudo sobre a duplicidade da categoria trabalho, a partir de Marx e de interpretações de outros autores de orientação marxista, tais como Luckács (1981), Mészáros (2002), Antunes (2002, 2004, 2011), Chesnais (1996), Harvey (1992). Os demais autores são Frigotto (1995), Kuenzer (1998) e (Gennari 2011).

No segundo capítulo são abordadas algumas formas de produção associativa que foram engendradas a partir da luta política dos trabalhadores, contidas nos escritos Fourier, Owen e Saint, e da experiência da Comuna de Paris, entre outros, até chegarmos às experiências da atualidade, do conhecemos, hoje, como Economia Popular Solidária. teóricas e conceituais acerca dos conceitos trabalho associado, economia popular solidária e autogestão.

Nessa contenda teórica, recorreremos a Gramsci, afirmando a sua atualidade para pensarmos o projeto educativo e societário de novo tipo, desvelando algumas categorias e concepções que auxiliam essa perspectiva de formação humana: trabalho associado, autogoverno, intelectual orgânico, entre outras, tendo por principais referências Singer (2002), França Filho e Laville (2004), Coraggio (2007),

Tiriba (1998, 2001, 2008), Dal Ri e Vieitez (2008), Novaes (2010, 2011), Manetti (2005), Tiriba (2004, 2007), Faria (2003) e Gramsci (1991).

O terceiro capítulo aborda a compreensão das ITCPs a partir da trajetória histórica da extensão universitária. Após realizar um panorama da extensão nesse período, relatamos o surgimento das incubadoras dentro de um contexto de mudanças no mundo do trabalho e de altos índices de desemprego. Por fim, discorreremos sobre o contexto político em que surgem as incubadoras, em especial, descreveremos o processo de construção e desenvolvimento da ITCP – FURG -, que é objeto deste estudo, desenvolvendo reflexões a cerca de sua metodologia e processos de incubação. Para tanto, nos ajudaram os seguintes autores: Chauí (2003), Leher (2008), Mendes (2001), Torrada (2010), Cruz (2002-2006, 2009), Dubeux (2007), Almeida (2002), Guimarães (1999) e Barros (2003).

O último capítulo desta dissertação é dedicado à apresentação do contexto da pesquisa, a incubadora e a Associação de Reciclagem Vitória, e à abordagem metodológica, expondo a perspectiva teórico-metodológica adotada, e os resultados desta investigação. Para tanto, iniciamos com a descrição do contexto da pesquisa: município de Rio Grande e a reciclagem nela realizada; em seguida, descrevemos o lugar da pesquisa e os seus sujeitos e, por fim, efetivamos a análise da problematização de pesquisa propriamente dita, ou seja, problematizamos a tríade: incubação, práxis e conhecimento.

Na finalização desta investigação, especificamente nas considerações finais, retornamos às *descobertas* que foram evidenciadas ao longo da investigação e apresentamos sugestões, bem como trazemos um reforço à importância de pesquisas que considerem a relação existente entre educação e trabalho nos processos educativos desenvolvidos pelas entidades de apoio a organizações econômicas solidárias, em especial as ITCPs.

1 TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO MODO DE PRODUÇÃO

O trabalho está na base da atividade econômica, que, sob o modo de produção capitalista⁴, é criador de valores de troca e constitui exploração e alienação. E ele está para além da economia política, que é o intercâmbio orgânico entre o ser social e a natureza, com o fim último de produção de valores de uso para satisfação de necessidades sociais.

Assim, para Marx, o trabalho tinha somente uma centralidade no sentido ontológico, mas na sociedade capitalista ele tem uma centralidade política e, de acordo com o autor, cabe à classe trabalhadora a tarefa de liderar a transformação radical da sociedade. A concepção de trabalho que norteia esse estudo está centrada na formulação marxista do *trabalho como principio educativo*, nesse sentido, este capítulo, além da discussão sobre o trabalho e a duplicidade do conceito, busca discorrer sobre o modo de produção que vigora e se mundializa na atualidade, no cenário do regime de acumulação flexível e suas implicações no Brasil, salientando a atividade dos catadores de material reciclável como expressão extrema da precarização do trabalho nesse contexto.

⁴ Segundo José Paulo Netto (2008), o Modo de Produção é determinado pela articulação entre as relações de produção e as forças produtivas, ou seja, a articulação entre as relações sociais que se desenvolvem em função da produção material da vida, e os três elementos que se configuram como forças produtivas: a) os meios de trabalho: aquilo de que se vale o ser social para trabalhar, como instrumentos, ferramentas, máquinas, instalações, além da terra; b) os objetos do trabalho: aquilo sobre o que incide o trabalho do ser social, que se constitui em natureza bruta ou em natureza modificada pela ação humana; e c) a força de trabalho: a energia do ser social que, utilizando os meios de trabalho, transforma os objetos do trabalho para satisfação das necessidades humanas. O modo de produção, assim, é a forma geral como o sistema social de uma determinada época se organiza.

As concepções de trabalho, alienação, mais-valia, ontologia, acumulação flexível, precarização aqui adotadas seguirão a compreensão de Marx, a partir do próprio autor e de interpretações de outros autores de orientação marxista, tais como Luckács (1981), Mészáros (2002), Antunes (2002, 2004, 2011), Chesnais (1996). Os demais autores como, Frigotto (1995, 2009), Kuenzer (1998) e (Gennari 2011) auxiliaram na compreensão na análise dos impactos dessas transformações na América Latina, em especial, no Brasil.

1.1 O Trabalho e a constituição do ser social

O ser humano é o único ser capaz de realizar trabalho, independente de qualquer que seja o modo de produção ou tempo histórico. Nesse trabalho, o ser em sociedade altera o ambiente que vive e a ele próprio. Logo, o trabalho só pode ser corporificado através da força de trabalho realizada pelo ser humano que, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, também transforma a si mesmo. Assim, o resultado obtido com a transformação da natureza pelo ser humano nunca irá coincidir de forma exatamente igual ao que foi planejado idealmente em sua mente, devido aos conhecimentos e às habilidades que ele adquire no momento de sua atividade laborativa.

É importante salientar que, por meio do processo de trabalho, o ser humano se constitui como espécie. É por meio dele que constrói a consciência e todas as demais faculdades que o constituem como humano; assim como a capacidade de idealizar, projetar algo em sua mente antes de objetivar, realizando a ação propriamente dita a espécie, mas o que o diferencia de outras espécies é sua ação consciente, bem como sua intencionalidade durante a realização de suas ações. Dessa forma, o que diferencia a ação executada por um homem de um animal qualquer é a capacidade que o homem tem de idealizar (projetar) algo em sua mente antes de concretizá-lo em realidade, obtendo, assim, um objeto novo, diferente do que foi projetado.

O resultado, entretanto, será sempre distinto do que foi pré-idealizado; transformando não somente o material, mas também, no nosso entendimento (não cabe, excluir) o sujeito da ação. Portanto, de acordo com Marx (2009, p. 212). [...] o

que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes, idealmente, na imaginação do trabalhador.

É necessário reafirmar aqui a diferença existente entre o trabalho realizado por um ser sociável e o ato praticado por um animal primitivo, pois o primeiro carrega consigo a capacidade de projetar em sua consciência algo que deseja colocar em prática; já o ser primitivo não possui tal capacidade, sua ação é guiada pelo seu instinto animal, ou seja, ele age espontânea e irracionalmente e suas atividades não exigem nenhum tipo de aprendizado anterior ou de reflexão. Assim, somente o trabalho possui o caráter de mediação entre o homem como ser social e a natureza (inorgânica ou orgânica). Isso ocorre, pois:

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto de trabalho etc.) como orgânica; interrelação que [...] antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, 1981, p. 6).

Logo, no ser social encontra-se a consciência humana que lhe possibilita projetar os fins de seu trabalho. Essa consciência deixa de ser um epifenômeno, o qual é típico da consciência animal, e pressupõe uma função exclusivamente de reprodução biológica. Sendo assim, a ação executada pelos animais, por exemplo, não pode ser considerada trabalho, pois corresponde a uma ação realizada por seu instinto animal.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. [...] Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa

subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece por isso menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 2011, p. 211).

Engels, em seu texto sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (2004), também afirma ser o trabalho muito mais que a fonte de toda a riqueza, sendo a condição básica da vida humana, trazendo uma detalhada explicação de como o trabalho hominiza o indivíduo e o diferencia do animal, destacando o papel fundamental das mãos e da linguagem.

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento. (ANTUNES, 2004, p. 17).

Para Engels, também os animais, através de suas atividades, modificam a natureza, porém isso não ocorre no mesmo grau que acontece com os homens. Além disso, a influência que os animais exercem na natureza é involuntária, constituindo-se um fato accidental. Já, os homens exercem influência intencional e planejada na natureza, isto é, têm como finalidade alcançar objetivos que foram anteriormente planejados.

Dessa forma, nem um único ato de um animal é capaz de imprimir o selo de sua vontade na natureza, pois isso só os seres humanos pode fazer. Prova disso é que ele fabrica instrumentos de trabalho e ao utilizá-los adquire potencialidades que não possuía, possibilitando, assim, a construção de ferramentas mais elaboradas e sofisticadas, diferente do que ocorre com os animais que praticam sempre os mesmos atos sem o auxílio de um instrumental para guiá-los, dando continuidade ao seu processo primitivo de trabalho e de vida.

Os meios de trabalho englobam também as condições materiais imprescindíveis ao funcionamento do processo de trabalho. Isso significa que os locais onde os trabalhadores desenvolvem suas atividades são também considerados instrumentos de trabalho, como, por exemplo, a terra.

Segundo Marx:

Além das coisas que permitem ao trabalho aplicar-se a seu objeto e servem, de qualquer modo, para conduzir a atividade, consideramos meios de trabalho, em sentido lato, todas as condições materiais, seja como for, necessárias à realização do processo de trabalho. Elas não participam diretamente do processo, mas este fica, sem elas, total ou parcialmente impossibilitado de concretizar-se. Nesse sentido, a terra é ainda um meio universal de trabalho, pois fornece o local ao trabalhador e proporciona ao processo que ele desenvolve o campo de operação [...]. Pertencem a essa classe meios resultantes de trabalho anterior, tais como edifícios de fábricas, canais, estradas etc. (MARX, 2002, p. 214).

Marx define o processo de trabalho, em sua forma mais elementar, como uma maneira do homem se relacionar com a natureza com o fim único de produzir valores-de-uso, de acordo com as necessidades humanas.

O processo de trabalho, [...] em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana; sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 2002 p. 218).

Nesta concepção de trabalho, o mesmo se constitui em direito e dever, e engendra um princípio formativo ou educativo. O trabalho como princípio educativo deriva do fato de que todos os seres humanos são seres da natureza e, portanto, têm a necessidade de alimentar-se, proteger-se das intempéries e criar seus meios de vida. É fundamental socializar, desde a infância, o princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, evitando-se, desta forma, criar indivíduos ou grupos que explorem e vivam do trabalho de outros.

O trabalho como princípio educativo não é apenas uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético político. Dentro desta perspectiva, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. O que é inaceitável e deve ser combatido são as relações sociais de exploração e alienação do trabalho, em qualquer circunstância e idade.

1.2 Trabalho sob o modo de produção capitalista: exploração e divisão social do trabalho

Certas facetas da história têm nos mostrado que o trabalho pode remeter a condições aviltantes da existência humana, associado à tortura, sofrimento, labuta, como a própria etimologia da palavra trabalho indica (do latim tripalium, aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados). “Considerado uma atividade de pouco valor, um castigo, um desprezo, como algo desonroso, ligado à escravidão e ao sofrimento físico e mental, assim era visto o trabalho na antiguidade” (Nosella, 1989). Na Grécia antiga, o trabalho estava associado aos escravos e as mulheres. As outras atividades, a exemplo do comércio, eram consideradas de segunda categoria, existindo nos porões da sociedade. O trabalho, como tal, era identificado a partir do trabalho escravo.

Já a maneira mais antiga de organizar o processo de produção de um produto remonta ao sistema de trabalho artesanal. O artesão era a figura central que detinha todos os conhecimentos e técnicas indispensáveis à execução integral de um determinado produto. Não havia assim a conhecida e clássica divisão técnica do trabalho. A figura do artesão trabalhava isoladamente e para concretizar todas as tarefas necessárias para realização final de sua obra, utilizava-se de ferramentas de sua propriedade e não dividia responsabilidades, era ele o detentor de todo o processo de fabricação. “O trabalhador artesão decidia o que ia fabricar, planejava todas as etapas, resolvia todas as pendências que por ventura ocorressem e resultado final era o fruto de seu esforço e de sua dedicação” (Nosella, 1989).

Na evolução histórica o trabalho do artesão é paulatinamente substituído por um sistema em que uma pessoa reunia vários trabalhadores num só local que lhe pertencia, conjuntamente com as ferramentas rudimentares que também eram suas e onde todos produziam a mesma coisa. Aí começou o surgimento da manufatura e com ela o patrão e a classe trabalhadora.

O assalariado acampou durante muito tempo às margens da sociedade; depois aí se instalou, permanecendo subordinado; enfim, se difundiu até envolvê-la completamente para impor sua marca por toda parte. Mas é exatamente no momento em que os atributos vinculados ao trabalho para caracterizar o status que situa e classifica um indivíduo na sociedade pareciam ter-se imposto definitivamente, em detrimento dos outros suportes da identidade, como o pertencimento familiar ou a inserção numa

comunidade concreta, que essa centralidade do trabalho é brutalmente recolocada em questão. (CASTEL, 1999, p. 495-496).

Na modernidade, com a economia política, aparecem outras concepções de trabalho. Para Adam Smith, o trabalho gerador de riqueza era somente o trabalho realizado na agricultura. “Era o trabalho criador de valor. David Ricardo e Karl Marx vêm demonstrar que, além do trabalho na agricultura, o trabalho industrial produz valor, ou seja, riqueza” (Netto, 2008). O destaque vai ser dado ao conceito de valor que se origina do trabalho humano. Com o advento da modernidade e conforme as necessidades foram surgindo trabalhadores livres, tais como: artesãos, artífices entre outros, o trabalho foi institucionalizado em um fator de civilização e progresso, seria então trabalho assalariado.

O trabalho passa a adquirir um sentido ético, um dever social, dignificante: muda-se o sentido. O estado passa a defender os interesses do capital. Paulatinamente o trabalhador vai assumindo seu papel e ganhando importância na sociedade capitalista. (Netto, 2008) É considerado livre proprietário da sua força de trabalho, livre no sentido de vender sua força de trabalho, como única mercadoria para subsistência sua e dos seus.

Dessa forma, sob o modo de produção capitalista, o trabalhador está separado dos meios de produção. Ele se transforma em trabalhador livre e, nessa condição, vende sua força de trabalho no mercado aos proprietários dos meios de produção. Assim, todo o processo de produção da riqueza material, no capitalismo, é organizado tendo como objetivo produzir lucro, e o maior lucro possível.

O objetivo maior é produzir mercadorias, isto é, coisas que reproduzam, de modo ampliado, o próprio capital e não que atendam as necessidades humanas, assim a força de trabalho se transforma em mercadoria e tem como objetivo criar outras mercadorias e valorizar o capital.

Ao deixar de produzir para atender a suas próprias necessidades e ofertar sua força de trabalho no mercado, os seres humanos perdem não somente a propriedade dos meios de produção, eles são apartados também do processo produtivo como um todo e, em favor da produtividade do trabalho, especializam-se em apenas uma etapa do processo produtivo. Nesse sentido, o homem se aliena do trabalho e é afastado da elaboração, restando-lhe a execução e o estranhamento.

Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser estranho, como uma força independente do produtor. O produto do trabalho humano é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma objetificação do trabalho. A execução do trabalho é simultaneamente sua objetificação. A execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação. (MARX, 2002, p.2).

Nesse processo, o homem não apenas afasta-se da elaboração, como também se afasta da natureza, da sua humanidade e da sua relação com o outro. Nos Manuscritos de 1844, Marx aponta quatro níveis de alienação, começando pela perda do objeto ou do produto do trabalho, pelo trabalhador; continuando no momento da produção, através da produção de escassez para o trabalhador; aprofundando ainda mais com a estranheza do trabalhador em meio à sua existência individual e, por fim, chegando ao nível mais profundo, que é a alienação do homem em relação ao próprio homem (MARX, 2011).

Diz MARX que o produto do trabalho, por força da alienação, contrapõe-se ao trabalhador como um poder estranho a ele, reificando-o.

Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, se a ele se contrapõe como poder estranho, isto só é possível porque o produto do trabalho pertence a *outro homem distinto do trabalhador*. Se a sua atividade constitui para ele um martírio, tem de ser fonte de deleite e de prazer para o outro. Só o homem, e não os deuses ou a natureza, é que pode ser este poder estranho sobre os homens (Ibidem, p. 119).

Assim, a alienação, além da perda do objeto de trabalho, está presente também no processo de produção, ou, como diz Marx (2011, p. 73) *no seio da própria atividade produtiva*, transformando o homem em estranho *em meio a sua existência individual* e, por fim, produzindo *a alienação do homem em relação ao homem* (Ibidem, p.73). Em suma, não é um elemento isolado que acontece somente nas relações de trabalho, transformando o homem em mercadoria, pois ela se faz presente em toda a atividade humana no âmbito do sistema capitalista, começando com as relações de produção, e culmina por contaminar a totalidade das relações humanas.

Portanto, a alienação é a negação da essência humana, “a expressão da desumanidade criada pelo próprio homem” (Lessa 2007, p. 125), obstáculo à realização de seu próprio devir, da realização do seu *vir-a-ser-mais*, esse processo dá-se porque a essência da ordem burguesa é a acumulação de capital.

A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo. Quando Marx analisou a alienação nos seus manuscritos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e de uns em relação aos outros. E afirmou enfaticamente que isso não é uma “fatalidade da natureza”, mas uma forma de autoalienação. Dito de outra forma, não é o feito de uma força externa todo-poderosa, natural ou metafísica, mas o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico, que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo de transcender a autoalienação do trabalho. (MÉSZÁROS apud NOVAES, 2002).

No interior da alienação está a divisão do trabalho enquanto “estabelecimento alienado da atividade humana como uma atividade genérica real ou como a atividade do homem enquanto ser genérico” (MARX, 2002). A origem da divisão do trabalho está na capacidade de troca e o que a delimita é a expansão do mercado: em um mercado limitado, não se arrisca a dedicar-se completamente a uma só ocupação, mas em uma conjuntura mais avançada da sociedade, na qual o homem vive de trocas, tornando-se um comerciante, e também a sociedade acaba por transformar-se em uma sociedade comercial.

A divisão social do trabalho é, para (Marx, 2002, p.238), “a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade”. É interessante observar que Marx considera a divisão do trabalho não só como um meio para se alcançar a produção de mercadorias, mas também leva em conta a divisão de tarefas entre os indivíduos e ainda nas relações de propriedade. Ou seja, a divisão do trabalho e a especialização das atividades em classes, é, basicamente, a divisão dos meios de produção e da força de trabalho.

Para Marx, as relações sociais de produção dividem os homens entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Essa formação, característica da sociedade capitalista, expressa as desigualdades nas quais se baseiam as classes sociais. É importante ressaltar, que, para Marx, a divisão social do trabalho sempre existiu em todas as sociedades.

Essa divisão é inerente ao trabalho humano e ocorre em relação a tarefas econômicas, políticas e culturais. Desde as sociedades tradicionais a divisão do trabalho correspondia à divisão de papéis por gênero, sendo sucedidas, mais tarde, pela divisão das atividades como a agricultura, o artesanato e o comércio. Foi ainda

através da Revolução Industrial que se intensificaram e se fragmentaram as tarefas, aumentando, por sua vez, a produtividade. O trabalho, portanto, gera a riqueza. Se a mercadoria é a riqueza na sociedade capitalista e o trabalho é fonte de valor, trabalho produtivo, cuja forma é a produção de mais-valia, gera a riqueza capitalista, ao mesmo tempo em que a força de trabalho também se torna mercadoria.

O trabalhador que vende sua força de trabalho recebe salário como pagamento. Esse salário, geralmente, representa a quantidade de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução e da sua família, que o substituirá como ofertante de força de trabalho no futuro. Porém, o trabalho realizado pelo trabalhador produz mais valor que o valor de sua força de trabalho; é daí que os capitalistas extraem a mais-valia do trabalho.

Dessa forma, a divisão do trabalho na produção busca a valorização do capital, por meio da mais-valia. Para aumentar a mais-valia, os capitalistas passam a ampliar a jornada de trabalho ou intensificá-la - mais-valia absoluta -, ou alteraram quantitativamente a composição da jornada de trabalho de forma a reduzir o tempo de trabalho necessário - mais-valia relativa – ou, ainda, a partir de inovações tecnológicas, passam a necessitar de menor quantidade de trabalho necessário para produzir e, assim, se apropriam de mais valor que as demais empresas no mercado - mais-valia extra (MARX, 2002).

A necessidade de extração de mais-valia e de obtenção de lucro faz com que os capitalistas busquem o máximo da força de trabalho, seja via mais-valia absoluta ou relativa. As relações de trabalho se estabelecem de forma a afastar o trabalhador do fruto do trabalho. Desse modo alienado da sua produção, que pertence agora a outro, o ser humano encontra-se *mutilado e unilateral*, executor de tarefas, limitado.

Podemos dizer, desse modo, que, quanto mais se eleva a produtividade industrial, mais se reduz o preço da mercadoria, considerada singularmente. Isso porque ela contém menos trabalho incorporado (trabalho pago e trabalho não pago) (MARX, 2002, p. 262). Para se contrapor à lei da tendência à queda da taxa de lucros, o capitalista adota os seguintes expedientes: sua primeira providência é elevar o grau de exploração do trabalhador, prolongando a sua jornada de trabalho, que “[...] faz aumentar a massa do trabalho excedente extraído, sem modificar essencialmente a relação entre a força de trabalho aplicada e o capital constante por ela posto em movimento” (MARX, 2002, p. 267).

Nesse sentido, o capitalista emprega em massa mulheres e crianças, envolvendo toda a família no fornecimento de quantidade de trabalho excedente, maior do que aquela extorquida anteriormente. O capitalista também faz crescer, temporariamente, porém reiteradas vezes, a extração da mais-valia acima do nível geral, presente em ramos alternativos, com a introdução de invenções, beneficiando-o no período antes de ocorrer a sua generalização dentro de seu ramo de negócios. Outras medidas são também adotadas: a redução dos salários; e a demissão em massa, fazendo crescer a superpopulação relativa.

Na relação com os demais capitais, a indústria pode forçar os capitalistas, fornecedores da matéria prima e dos meios de trabalho, a baixar o preço dos elementos constituintes do capital constante (aquela parte adiantada do capital em gastos com os fatores de produção, exceto aquele referente à força de trabalho). Por exemplo, em períodos de crise, a indústria automobilística pode impor o preço ao produtor de lâminas de aço.

Mas, Marx se refere a um mecanismo importante: “O comércio exterior, ao baratear elementos do capital constante e meios de subsistência necessários em que se converte o capital variável, contribui para elevar a taxa de lucro, aumentando a taxa de mais-valia e reduzindo o valor do capital constante” (MARX, 2002 p.272). Dessa maneira, o comércio exterior atua na elevação da taxa de lucros mediante: a intensificação da troca de mercadorias; o empréstimo de capitais; a transferência de empresas estrangeiras para países atrasados, dependentes economicamente dos países adiantados.

Finalmente, Marx indica, ainda, como medida, o aumento do capital em ações: “Com o progresso da produção capitalista, que está aliado à acumulação acelerada, parte do capital é contabilizada e empregada apenas como capital que dá um rendimento, ou seja, um juro” (MARX, 2002, p.275). Nesse sentido, abordaremos os processos de trabalho na contemporaneidade no contexto da reestruturação produtiva, entendida aqui enquanto decorrente de uma dinâmica do operariado na Europa e nos Estados Unidos a partir dos anos 1970, que ocasionou mudanças expressivas no denominado mundo do trabalho.

1.3 A crise do trabalho na contemporaneidade: precarização, flexibilização, fragmentação e heterogeneidade

A crise do padrão de acumulação taylorista fordista, que aflorou em fins de 1960 e início de 70 - que em verdade era expressão de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais, fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando a recuperação do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, que foi abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social.

Nessa atual fase do modo de produção capitalista, a reestruturação produtiva do capital é a concentração de grandes empresas e a integração de grandes corporações monopolistas. A priorização da produção de mercadorias e a valorização do capital a qualquer custo têm um reflexo direto na atual fase de reestruturação produtiva, conjuntamente com as saídas das crises nos últimos anos. Essa lógica tem possibilitado mutações no mundo do trabalho, acarretando uma maior precarização nas relações trabalhistas.

Dessa maneira, um aspecto fundamental para nossa análise é compreender a longa onda recessiva que ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, que determinou um novo padrão de acumulação do capital, provocando transformações que atingiram a totalidade das relações sociais de produção. De acordo com Antunes (2011), a crise estrutural do período levou à implementação de um amplo processo de reestruturação do capital, visando recuperar seu ciclo produtivo.

O autor ressalta que, apesar da crise ter profundas determinações, como resposta buscou enfrentá-la apenas de maneira fenomênica, procurando reestruturá-la sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Para o autor, como resposta à crise da década de 1970, que pôs fim à onda longa de expansão econômica denominada “anos dourados”⁵, o capital

⁵ Após a Segunda Guerra Mundial, de 1945 a 1973, que atingiu não só a Europa, mas também Japão e alguns países da América Latina. No Brasil, esse momento histórico ficou popularmente conhecido como “anos dourados” e se iniciaram no governo de Jucelino Kubischek, em 1956, que no seu plano de governo (plano de metas) prometia cinquenta anos de desenvolvimento em cinco, dinamizando a economia brasileira com a construção de Brasília e a entrada de capital estrangeiro para a produção de bens duráveis.

monopolista colocou em prática um conjunto de medidas que trouxe profundas transformações para a cena mundial.

A partir desse período, a longa onda expansiva esgotou-se: as taxas de lucro declinaram e o crescimento econômico foi reduzido. Somado a esse quadro, houve pressão organizativa dos trabalhadores, nas décadas de 1960 e 1970, quando o movimento sindical teve significativo aumento nos países centrais, demandando aumento salarial e contestando a organização taylorista/fordista de produção. Esgota-se o padrão rígido de acumulação consolidado nos anos dourados e inicia-se um novo padrão de acumulação de produção: a acumulação flexível que, nas palavras de Harvey (1992, p.140):

[...] é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então *subdesenvolvidas*. Na América Latina o chamado “Consenso de Washington” firmou e colocou todos nessa receita, que incluía disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos no pagamento de dívidas, reforma tributária, liberalização financeira, investimento direto estrangeiro, privatizações, desregulação das leis trabalhistas e propriedade intelectual (GENNARI, 2011).

As décadas perdidas e vendidas financeirizaram a nossa economia, privatizaram os bens públicos, desindustrializaram os países da região, aumentaram o subemprego e o desemprego, promoveram processos de realocação, fechamento de fábricas e terceirização, concentraram a renda, aumentaram o analfabetismo funcional e a segregação da já segregada sociedade brasileira, que pode ser representada pelos extremos ornitorrincos dos condomínios e das favelas (NOVAES; CASTRO, 2011, p. 129).

O processo de globalização econômica, no ideário neoliberal, rompeu as amarras do capital financeiro, em especial o especulativo, que passou a ter livre entrada e saída em todo o globo. Isso trouxe uma necessidade de flexibilidade maior

dos fatores de produção, em especial dos trabalhadores, visto a facilidade de mobilidade das indústrias pelo mundo (GENNARI, 2011). No Brasil, foi durante a década de 1980 que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, levando à adoção, por parte das empresas, de novos padrões de organização.

A produção rígida do fordismo/taylorismo é substituída por uma forma de produção caracterizada pela larga escala, destinada a mercados específicos, procurando atender particularidades de consumo. Nesse novo processo ocorre a desterritorialização do capital, em que unidades produtivas são deslocadas para novos territórios, principalmente áreas *subdesenvolvidas e periféricas*, encontrando terreno fértil para a intensificação da exploração da força de trabalho.

Dos modelos que compõem a chamada acumulação flexível, observamos que no Brasil o modelo japonês foi o preponderante. Deu-se início, em princípio e de forma mais restrita, a utilização da informatização, do sistema *just-in-time*⁶, a produção baseada em *team work*, alicerçada em programas de qualidade total, como os CCQs (círculos de controle de qualidade), e ampliação e difusão da microeletrônica. Outra implicação da flexibilização diz respeito à gestão da força de trabalho que recorre ao apelo para a participação e o envolvimento dos trabalhadores no sentido de reduzir a hierarquia, referindo aos operários como “colaboradores”, “co- gestores” e “participantes” com o intuito final de romper a consciência de classe, e a forma arbitrária, estimulando inclusive o sindicalismo de empresa.

Antunes (2002, p.82), aponta que

Com o toyotismo, tende a ocorrer uma racionalização do trabalho que, por se instaurar sob o capitalismo manipulatório, constitui-se, em seus nexos essenciais, por meio da inserção engajada do trabalho assalariado na produção do capital (o que Coriat denominou de “engajamento estimulado”). Ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, com a produção capitalista, sob as injunções da mundialização do capital, exigindo, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária (o que explica, portanto, os impulsos desesperados – e contraditórios – do capital para conseguir a parceria com o trabalho assalariado). Os CCQs e TQCs são instrumentos diretos de propagação ideológica e de cooptação dos trabalhadores. Estabelece o “envolvimento cooptado”, em que a subsunção do trabalho ao capital é superior à existente nos processos de

⁶ O just in time é um sistema de gestão e organização da produção contido nos processos de trabalho toyotizados que consiste na máxima racionalização do trabalho no tempo e no espaço. Esta técnica de logística integrada decompõe a complexidade dos processos produtivos em seus elementos mais simples, de modo a que tudo ocorra na hora certa, no tempo certo, na quantidade certa e no lugar certo. (PINTO. 2010, p.75)

trabalho anteriores, em que na nova lógica organizacional o trabalhador passa a ser o controlador de si mesmo. Nos CCQs a empresa é concebida como o prolongamento da casa, e o debate estabelece-se a fim de traçar metas e objetivos para que o trabalhador possa se destacar na empresa, como forma de amenizar os processos de luta da classe trabalhadora em seu campo de autonomia e independência de classe.

Segundo Kuenzer (1998, p. 45):

Estamos presenciando a “polarização das competências”, isto é, um terço dos trabalhadores será toyotista, utilizando suas habilidades, “competências”, destreza e conhecimentos necessários para a acumulação de capital. Perto deles, mas num nível hierárquico e salarial acima, gestores e trabalhadores de alto nível também fazem parte dessa sociedade “toyotista”.

Tais transformações ocorridas no período *pós-anos dourados* e, consequente, a crise capitalista configuraram a chamada *mundialização do capital*, conceito difundido pelo marxista francês François Chesnais. Segundo o autor (1996), é na produção que a riqueza é criada, porém é a esfera financeira que comanda a repartição e a destinação social dessa riqueza produzida. Ou seja, o capital financeiro nada cria, nutrindo-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo. É nesse ponto que podemos destacar o que Iamamoto (2008) denomina ‘capital fetiche’, já que o capital financeiro só pode existir na esfera da produção, pois ele se nutre de parte dos lucros e dos salários gerados na produção.

A riqueza produzida no capitalismo vem da produção e não do capital financeiro, a contribuição do conceito de mundialização reside na crítica em relação à ideia, muito aceita e difundida, de que os países capitalistas atingiram uma fase em que não há diferença, estando num mesmo patamar. Aqui se encontra a discordância. Para Chesnais (1996), os países centrais se globalizam e cabe aos demais se adaptarem aos ditames, isto é, mundializar não significa globalizar.

Essa tentativa de adaptação dos países periféricos aos ditames da produção e da reprodução do capital tem refletido, direta e indiretamente, nas condições dos trabalhadores. Cabe aqui ressaltar algumas dessas principais resultantes, no que tange o foco da nossa discussão: *o mundo do trabalho*.

Para Mézsáros (2002), o traço marcante do capitalismo é a total subordinação das necessidades humanas à reprodução do valor de troca, ou seja, tornar a produção da riqueza a finalidade da humanidade e, para que isso aconteça, é necessário separar (ainda mais, pois nunca será totalmente separado) o valor de

uso do valor de troca, sob a supremacia, claro, do segundo em relação ao primeiro. Para que essa lógica funcione, o capital deve exercer comando sobre o trabalho, as modalidades desse comando estão sujeitas às mudanças históricas que podem assumir formas desconcertantes. Essa condição de comando, absoluta e alienante, sobre o trabalho, deve permanecer sempre, pois do contrário o capital deixaria de existir.

Estas mudanças do mundo do trabalho atingem, também, ainda que de modo diferenciado, os países subordinados de industrialização intermediária, como Brasil, México, Argentina, entre tantos outros. Alguns dos efeitos, do processo de reestruturação produtiva e acumulação, fazem com que uma parcela cada vez maior dos trabalhadores passe a ter que trabalhar mais, porém, sem o pagamento de horas. Do mesmo modo, eleva a rotatividade dos trabalhadores nas empresas, com um aumento significativo dos trabalhos temporários, em que o trabalhador contratado, ao ingressar no local de trabalho, busca imediatamente a sua permanência no emprego.

Além da desregulamentação e da desestruturação da sociedade salarial, cujas manifestações são o desemprego, os baixos salários, o trabalho precarizado e a terceirização, houve também a maciça exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho, uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho em países asiáticos e latino-americanos, e aumento significativo do trabalho feminino, este, entretanto, com significativa desigualdade salarial em relação aos trabalhadores do sexo masculino. Antunes enxerga duas causas para o desemprego no Brasil:

Uma causa estrutural e outra conjuntural. A estrutural vem da lógica produtiva capitalista de produzir mais com menos trabalhadores, procurando “o maior índice possível de produtividade” não há nenhuma empresa capitalista, das grandes às menores, que não se pauta por essa lógica. O fator conjuntural está nas políticas econômicas e sociais neoliberais, que no Brasil é observada na maior flexibilização, desregulamentação e privatização. (ANTUNES, 2004, p.100).

No Brasil, a partir da década 1990, o presidente Fernando Collor de Melo iniciou a implementação da política neoliberal, com um plano econômico de liberalização e abertura dos mercados, privatização. O governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) deu continuidade ao programa, com a inserção do Plano de Estabilização do Real, que conteve a inflação.

Como consequência do neoliberalismo teve o desemprego crescente, a redução da indústria nacional, por meio de falências ou incorporações, privatizações, o crescimento da dependência externa pelo *déficit* em contas correntes, a desigualdade profunda e a concentração de propriedade e renda e a redução dos gastos sociais. No entendimento de Gennari (2011), a partir do estudo dos fundamentos do neoliberalismo, o início de sua implementação, com Collor e FHC, teve sua fase mais radical.

Aplicado o programa nessa sua face radical, a economia brasileira literalmente foi à ruína, até mesmo porque o cenário externo cada vez mais apresentava as fragilidades do neoliberalismo. Já, em 1999, ocorre a falência do Plano Real. Nesse momento, no entanto, outras consequências do neoliberalismo se manifestavam. Após quase uma década sendo sucateado e depois privatizado, o setor energético do país estava adaptado a um país de crescimento econômico próximo ao zero. Então, a elite brasileira passa a entender que o programa radical do neoliberalismo seria suicídio, ainda mais no ano de 2001, vendo o que ocorria, na vizinha Argentina.

Isso cria condições para um programa que Gennari (2011) denomina de neodesenvolvimentista, recebendo nomes também como liberal-desenvolvimentista, ou social-liberal. Esse programa foi, de acordo com o autor, a marca do Governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva (Lula), que, sem romper com os fundamentos gerais do neoliberalismo, buscou criar condições mínimas de atuação estatal em setores estratégicos e, também, distribuir de forma mais eficiente alguns recursos à parcela mais empobrecida da população, visando criar um forte setor de apoio social, bem como incentivar um mercado interno desconcentrado forte.

Essas mudanças tornaram-se mais visíveis, sobretudo, em seu segundo mandato, devido à necessidade de uma política estatal mais ativa no enfrentamento da crise internacional. De forma geral, o governo Lula manteve a arquitetura macroeconômica dos governos anteriores, com a obsessão pela estabilidade monetária e a criação de *superávits* primários⁷.

⁷ Superávit primário é o resultado positivo de todas as receitas e despesas do governo, excetuando gastos com pagamento de juros.

O governo, entretanto, é marcado também por políticas sociais focalizadas, que trouxeram resultados constatados pela melhora do índice de Gini⁸, por exemplo. O programa Bolsa Família, por exemplo, se destaca pelo êxito de atingir e dar poder de consumo a um grande contingente de famílias empobrecidas. O Programa porém, com outro viés, fora implementado já *no apagar das luzes* do governo do FHC e é modelo recomendado por agências internacionais, como o próprio Banco Mundial.

Uma preocupação corrente no Programa Bolsa Família é que sendo um programa focado, não dialoga com a totalidade da questão social posta. Para a execução do programa não foi “mexido” na renda dos mais ricos, o que não altera o quadro de desigualdade herdado de gerações. Não houve diálogo sobre reforma agrária, nem desconcentração de renda e terra. (GENNARI, 2011).

Gennari (2011, p.25) ainda comenta que “um real processo de distribuição de renda e do poder não poderá prescindir da efetivação das históricas bandeiras populares em prol da reforma agrária, da reforma urbana e da socialização dos meios de produção, caso contrário à *efetiva justiça social* continuará morando no vasto campo ideal da necessidade histórica da construção da globalização socialista”.

De acordo com o mesmo autor, essa fase, “lulista”, entendida como menos radical do neoliberalismo, não tem nada de suave, se comparada com o governo FHC, no qual os banqueiros, tanto em via política de juros como em financiamentos diretos, como o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional), já haviam ganho muito. E conseguiram ganhar mais ainda no Governo Lula, então, poder-se-ia dizer: Nunca os banqueiros ganharam tanto neste país, e nunca as migalhas aos trabalhadores foram tão grandes.

Cabe destacar, ainda, que, num primeiro momento, as diretrizes de política econômica do governo Lula seguiram estritamente a orientação neoliberal, em continuidade às ações de seu antecessor, FHC. Não houve abertura da negociação com os movimentos sociais e as poucas políticas públicas que negociavam com demandas historicamente reprimidas, puderam ser caracterizadas como uma grande conquista pelos movimentos sociais, pois o marco anterior de comparação, como ressaltado anteriormente, era quase zero.

⁸ O índice GINI mensura a distribuição de renda no país.

Aqui se tem uma primeira cisão na análise, entre os que se contentam com os avanços diante da inexistência de políticas anteriores, e os que acreditam ser pouco as conquistas, diante das necessidades (GENNARI, 2011). “Concretamente, os resultados em termos de crescimento econômico e emprego nos primeiros anos do governo Lula foram pífios, o que levou este a adotar políticas mais sólidas na área social e uma menor rigidez no gasto público” (Ibidem, p. 34).

Os movimentos sociais mais organizados tiveram conquistas mais relevantes, exemplo disto são os recursos para agricultura familiar e reforma agrária, que passaram a ser mais significativos, embora sempre aquém dos valores destinados ao “agronegócio”. Concretamente, no meio rural, não houve uma mudança na orientação geral de produção de *commodities* baseando-se na grande propriedade rural, nem mesmo uma reversão no êxodo rural, mas o aumento de recursos para agricultura familiar permitiu a esse setor um novo fôlego.

Gennari (2011, p. 30) analisa que

a crise econômica internacional foi o elemento decisivo de mudança conservadora na política econômica do governo federal. Neste ponto, houve uma clara hegemonia de um núcleo neodesenvolvimentista, que secundarizou o rigor fiscal em favor de um maior gasto público para incentivar o crescimento econômico. É neste momento que políticas como Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Minha Casa Minha Vida e mesmo a (duplamente famigerada, por beneficiar este setor que concentra renda e distribuir externalidades) redução do IPI ⁹ para o setor automotivo ganharam destaque.

Assim, como demonstra o autor, tais ações foram priorizadas, sobretudo por seus efeitos imediatos em termos de crescimento econômico. “O governo optou por mudar a fórmula de incentivo ao crescimento econômico, mas não mudou a lógica de desenvolvimento capitalista, aliás, ao contrário, os valores capitalistas do consumo, da prosperidade pelo “trabalho”, o incentivo a livre iniciativa, dentro de um novo “*Brasil Potência*” passaram a ser cada vez mais exaltada” (Ibidem, p.28).

Nesse contexto das novas configurações do mundo do trabalho, flexibilização, e da política nacional neodesenvolvimentista, Lira (2002) indica que essa flexibilização gera uma maior imbricação entre relações de trabalho formais e de *informalidade*, que possibilita diminuir custos, e transferir para o próprio trabalhador

⁹ É o imposto sobre produtos industrializados (IPI) incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros.

uma parcela maior dos custos de manutenção e reprodução de sua mão de obra. Esse marco insere-se na nova ordem global, que “[...] em função do desenvolvimento desigual e combinado, vastas regiões do globo terrestre como é o caso do Brasil são simplesmente jogadas no lixo da história, tendo seus trabalhadores como *inempregáveis*” (NOVAES; CASTRO, 2011, p. 136-7).

Podem-se citar, como exemplo, os trabalhadores da cadeia produtiva da reciclagem de materiais que são considerados *inempregáveis*, assim como tantos outros. O trabalho por eles desenvolvido nas ruas ou nas unidades de triagem e separação dos materiais para a comercialização representa a informalidade e a invisibilidade social. Logo, muitos tornaram o trabalho associado uma alternativa viável e fundamental para o sustento de suas famílias.

Nesta relação entre capital, trabalho e trabalhadores, destacamos as estratégias de hegemonia dos trabalhadores e dos intelectuais ao longo dos séculos. O trabalho em outro modelo de produção ganha forma de princípio educativo, sendo outro tipo de *participação e gestão* antagônica, diferente da encontrada nas fábricas toyotistas em que os trabalhadores decidem sobre tudo, menos sobre o que é essencial.

. O desenvolvimento prático da proposta de autogestão nasce a partir das lutas históricas da classe, começando entre nos séculos XIX e XX, embora já houvesse experiências comunais e associativas em outros períodos históricos . As concepções nessas experiências divergem, algumas atam mais como um paliativo à crise e outras como instâncias dos processos mais amplos de construção de uma nova sociedade. No próximo capítulo aprofundaremos essa discussão sobre as experiências históricas dos trabalhadores na produção associada.

2. ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA, TRABALHO ASSOCIADO E AUTOGESTÃO

Dada às transformações pelas quais passou o trabalho, analisadas anteriormente, em diversos momentos da história do capitalismo, os trabalhadores tomaram para si os meios de produção, desse modo, organizando eles mesmos o processo de trabalho, os trabalhadores associados têm tentado, à sua maneira, "governar" a si mesmos e/ou o mundo do trabalho nos diferentes espaços e tempos históricos. (TIRIBA, 2008). Para além da discussão conceitual, abordaremos neste capítulo algumas formas de produção associativa que foram engendradas a partir da luta política dos trabalhadores, com base nos escritos de Fourier, Owen e Saint, e da experiência da Comuna de Paris, entre outros, até chegarmos às experiências da atualidade, do conhecemos, hoje, como Economia Popular Solidária.

Nessa contenda recorreremos a Gramsci, afirmando a sua atualidade para pensarmos o projeto educativo e societário de novo tipo aos trabalhadores, desvelando algumas categorias e concepções que auxiliem essa perspectiva de formação humana: trabalho associado, autogoverno, intelectual orgânico, entre outras. E, ainda, esboçaremos as divergências teóricas e conceituais acerca das categorias de trabalho associado, economia solidária e autogestão. Neste capítulo, portanto, ao mesmo tempo em apresentaremos experiências, debateremos teoricamente e vamos posicionando, de forma tal a constituir um referencial para a análise do campo empírico: a Associação Recicladora Vitória e a sua relação com a INTECOOP – FURG.

2.1. As experiências históricas de trabalho associado

A Revolução Industrial teve uma natureza catastrófica para os trabalhadores ingleses, alastrando-se aos demais trabalhadores europeus, causando fome, desemprego, exploração do trabalho e opressão política. Um das primeiras ações da classe operária para se opor à lógica do sistema, foi a ação de destruição das máquinas - Movimento Luddista. Na primeira metade do século XIX, surgem, então, experiências de cooperativas e comunidades mutualistas. Segundo Singer (2002), o surgimento das primeiras formas associativas-cooperativas de organizar o trabalho aconteceu primeiramente na Grã-Bretanha com o aparecimento das primeiras Unões de Ofícios (Trade Unions), que procuravam defender os artesãos da exploração da mão-de-obra e da falta de condições dignas de trabalho.

[...] as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar; industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. (SINGER, 2002, p. 24)

As organizações associativas na Europa surgiram também com pensadores e empresários, chamados por Singer (2002) “industriais mais esclarecidos” que, vendo a crise econômica instaurada na Grã-Bretanha, após o ciclo de guerras, em 1815, idealizaram a organização social do trabalho de forma coletiva, que contemplando tanto os trabalhadores quanto os empresários. Com essa ação, analisavam, fariam restabelecer a economia.

A Revolução Francesa provocou um longo ciclo de guerras na Europa, e se encerrou apenas em 1815, após a vitória Britânica sobre Napoleão em Waterloo. Logo em seguida a economia da Grã-Bretanha caiu em profunda depressão. Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica. Ele diagnosticou corretamente que a depressão era causada pelo desaparecimento da demanda por armamentos, navios, provisões e demais produtos necessários à condição da guerra. Com a perda do trabalho e da renda dos que estavam ocupados na produção bélica, o mercado para indústria civil também se contraiu. Para reverter essa situação era necessário reinserir os trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar e gastar no consumo, o que aliviaria o mercado para outros produtores. Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo Britânico para que os fundos de sustento aos pobres, cujo número estava multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos

na compra de terras e construções de aldeias cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas, trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre aldeias. Com os cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos na produção em vez de permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados. (SINGER, 2002, p. 25).

Torna-se necessário dizer que, a priori, a ideia de Owen foi descartada pelos ingleses. Aos olhos dos capitalistas da época, a construção de aldeias cooperativas não era simplesmente um novo modo de se fazer economia com o objetivo de resgatar a economia capitalista, mas o início da construção de outro tipo de economia e, consequentemente, de sociedade. Posteriormente, Owen foi para os Estados Unidos acreditando que poderia aplicar sua ideia de construção de aldeias cooperativas, apostando que seria mais fácil porque o país era mais novo que a Inglaterra e, portanto, menos contaminado com as ideias de exploração e acumulação de capital.

Durante o século XIX, a Inglaterra e os Estados Unidos tiveram comunidades e aldeias cooperativas que não conseguiram permanecer pela ação da classe patronal e do governo. Dentre essas cooperativas, Singer (2002) destaca a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, que contribuiu com a carta de princípios para o cooperativismo, e serve de base até os dias atuais, em nível mundial.

O Cooperativismo de consumo, que desempenhou importante papel na difusão do cooperativismo pela Europa a partir de meados do século XIX, teve começo claro: a famosa cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, considerada a mãe de todas as cooperativas. Ela surgiu em Rochdale, um importante centro têxtil no norte da Inglaterra, em 1844. Fundada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles Owenistas, entre os seus objetivos estava à criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com esse propósito. Desta maneira, surgem os princípios do cooperativismo que vigoram até os dias de hoje.

Tabela 1 - Princípios do cooperativismo

Adesão voluntária e livre	Neste princípio encontra-se a garantia constitucional da voluntariedade e da liberdade, pois ninguém poderá ser obrigado a ingressar em uma sociedade cooperativa ou permanecer associado contra sua vontade.
Gestão democrática pelos membros	Cada sócio tem direito a um voto, independente de sua condição financeira, sobrepondo a pessoa ao invés do capital, exercendo o controle democrático na organização em geral, através das assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, e de reuniões, encontros e seminários.
Participação econômica dos membros	Trata-se da contribuição financeira dos sócios para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado democraticamente, tendo como fundamento a propriedade coletiva.
Autonomia e independência	Garantidas pela Constituição Federal no inciso XVIII do artigo 5º, as cooperativas têm que manter a independência em suas negociações e a autonomia, preservando o controle democrático.
Educação, formação e informação	As cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros e familiares, de forma que eles possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento dos empreendimentos autogestionários. Nesse sentido, ela deve investir, obrigatoriamente, pelo menos 5% de suas sobras líquidas do exercício financeiro em educação.
Intercooperação	Seguindo este princípio, é necessário buscar a integração com organizações coletivas, visando consolidar e fortalecer o cooperativismo, através do intercâmbio de informações, produtos e serviços.
Preocupação com a comunidade	As cooperativas têm por objetivo melhorar as condições de vida de seus associados, preocupando-se também com a comunidade, respeitando o meio ambiente, apoiando o desenvolvimento do modelo de sociedade sustentável e trabalhando com os recursos naturais.

Fonte: Elaboração da pesquisadora, a partir da obra de Singer 'Introdução a Economia Solidária' (2002).

Observa-se, portanto, que o proletariado europeu não aceitou a imposição da lei de proibição da organização dos trabalhadores e também sua condição de assalariado. Desse modo, percebe-se que uma característica marcante do trabalho associado na Europa foi à mobilização do proletariado que, segundo Singer (2002), fazia greves e procurava substituir o assalariamento pela forma da autogestão. Os confrontos entre patrões e empregados não eram somente por melhoria salarial.

Um importante aspecto observado é que na Europa a organização de associações e cooperativas, logo no início das práticas associativas, resultou, inclusive, na consolidação da Grande Guilda Nacional dos Construtores, com o apoio de Robert Owen, em 1833, e, posteriormente, da Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido.

Em meio a tanta inovação dos métodos de produção, a Inglaterra também se deparou com um obstáculo: a baixa oferta de salários aos empregados. Então, não houve possibilidade de inovação de produtos em termos de consumo popular e, por outro lado, a escala mínima da mecânica não facilitava muito as coisas. Na Europa, por volta de 1873 e 1895, a produção agrícola e os recursos naturais foram modernizados e as cooperativas agrícolas representavam a sobrevivência dos pequenos produtores.

Em pouco tempo depois, em 1901, os franceses criaram leis de regulamentação das associações, porém essas associações somente poderiam realizar trocas, e gerar capital se fossem ligadas ao poder público. Cabe ressaltar que houve diversos modos encontrados para a aplicação do modelo econômico baseado na associação em outros países, sendo que destacaremos a proposta do Francês Charles Fourier. Ele se diferenciava de Owen porque nunca foi homem de ação, apesar de ter idealizado o Falanstério com a expectativa de que fosse adotado por algum capitalista.

Charles Fourier idealizava uma sociedade constituída por fazendas coletivas agroindustriais, denominadas Falanstérios, em que todos desempenhariam papéis importantes com o objetivo do bem-estar comum da comunidade. A divisão da riqueza se daria de acordo com a quantidade e a qualidade do trabalho de cada indivíduo. Os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionária. “O resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento” (SINGER, 2002, p. 36).

Outro fator que caracterizou ambas as organizações foi a adesão voluntária dos membros. Outro aspecto verificado no Falanstério foi a preocupação de Fourier em “despolarizar” a sociedade, ou seja, diminuir a distância na sociedade entre ricos e pobres. Para tanto, Fourier propôs mecanismos de redistribuição da renda:

1) as ações devem dar rendimento tanto maior quanto for o número delas possuídos pela pessoa, de modo que os pequenos acionistas teriam um rendimento proporcionalmente muito maior do que os grandes; 2) todos teriam uma renda mínima, ‘modesta mas muito decente’, mesmo que não trabalhem. Esta proposta faz sentido, pois todos trabalharão por paixão e não por necessidade, embora as pessoas continuem competindo por riquezas já que o sistema manteria a propriedade, herança, juros sobre o capital e alguma desigualdade entre ricos e pobres. (SINGER, 2002, p. 36).

O que se observa no modelo de Fourier é a tentativa de criar uma paixão humana pelo trabalho, utilizando para essa criação a liberdade humana. Mas, para tanto, se torna necessário dar condição ao ser humano de não depender do trabalho para a sua sobrevivência. Nesse sentido, com as pessoas vivendo em comunidades, o Estado não controlaria a sociedade e isso fez com que Fourier fosse visto como um anarquista.

As variações de pensamentos e seguidores, de Fourier, foram grandes. Saint-Simon também deu corpo às ideias do socialismo utópico, acreditando que os avanços da ciência determinariam as mudanças no plano político, social e moral, e que no futuro a sociedade seria formada por cientistas e industriais. A verdadeira finalidade do mundo não era a busca da liberdade, mas sim produzir coisas úteis para a vida. O autor defende que a indústria deveria voltar-se para atender aos interesses da maioria, notadamente dos mais pobres, através de uma administração coletiva, ainda que hierarquizada, o que legitimaria uma pequena desigualdade. No topo da hierarquia estariam diretores da indústria, engenheiros, artistas e cientistas e, na base, se encontrariam os trabalhadores.

Em função dessas diferenças hierárquicas se teria como lema: "a cada um segundo sua capacidade, a cada capacidade segundo suas obras" (SAINT-SIMON, apud HUGON, 1995, pg. 188). Ao aplicar essa regra, cada indivíduo deveria se dedicar à tarefa ou ao trabalho para o qual estivesse mais apto, assim se garantiria a justa repartição da renda e o incentivo para o desenvolvimento do trabalho e da indústria, necessários para a sociedade obter o progresso. No entanto, para Saint-Simon, a sociedade capitalista não segue a regra proposta por ele para uma justa

distribuição da renda e, portanto, não consegue criar os incentivos para maximizar a produção social.

Em suma, Saint-Simon conclui que o direito de herança da propriedade privada dos meios de produção faz com que eles sejam distribuídos ao acaso, conforme o nascimento, em vez de colocá-los nas mãos das pessoas mais aptas para os diversos tipos de trabalho, desde aqueles ligados à organização e à gerência, até aqueles ligados diretamente à produção. Ademais, a produção baseada na propriedade privada é anárquica, não atendendo ao interesse geral da sociedade de produzir bens e serviços que sejam úteis e na quantidade adequada. E também é injusta, porque não permite a repartição equitativa da produção conforme a capacidade e o trabalho de cada um (HUGON, 1995).

De forma a reorganizar a sociedade de um modo mais justo e eficiente, substituindo o “liberalismo” pelo “industrialismo”, Saint-Simon propõe que os produtores (técnicos, cientistas, artistas, etc.) mais aptos formem uma nova estrutura de poder, substituindo o governo político do Estado, que na prática serve apenas para proteger a propriedade privada e a hereditariedade dos meios de produção, por um governo econômico dos industriais, composto por três câmaras:

Uma Câmara de invenções, composta por engenheiros e artistas, cuja missão seria descobrir e propor os trabalhos necessários; Uma Câmara de exames, integrada por sábios, decidiria quanto ao valor dos projetos da primeira Câmara; Uma Câmara de execução se incumbiria da direção dos trabalhos: seria constituída por industriais escolhidos entre os mais importantes do país. (HUGON, 1995, pg. 192).

Logo, os objetivos propostos por Saint-Simon seriam garantidos induzindo a extinção dos antagonismos de classe, a supressão da exploração do homem pelo homem, e o fim dos conflitos entre as nações. “Cessaria também o antagonismo entre matéria e espírito, e a sociedade seria conduzida para uma direção moral, visando, sobretudo, a justiça social” (HUGON, 1995, pg. 192).

Embora essas primeiras experiências cooperativas tenham sido importantes no momento histórico da organização dos trabalhadores, para Marx, os autores socialistas utópicos Saint-Simon, Fourier e Owen, em geral, podem ser caracterizados como reformadores sociais que conceberam sistemas de organização da sociedade sem nunca se apresentarem como representantes da classe operária, ou mesmo de qualquer outra classe; suas propostas visavam melhorar as condições de vida de toda a sociedade. Como defensores dos avanços da ciência, demonstravam confiança no império da razão para a transformação do homem e da sociedade.

Por isso acreditavam que a força do exemplo bem sucedido, como tentaram ser as colônias agrárias, cooperativas e falanstérios, poderia converter-se em modelo para reformar a sociedade. No Manifesto do Partido Comunista, de 1848, Marx e Engels delimitam a posição desses autores. Para Marx e Engels, eles percebiam bem os dilemas da sociedade capitalista, mas não percebiam qualquer protagonismo da classe operária e, com suas propostas de modelos experimentais autossuficientes, contribuíam tão somente com o abrandamento da luta de classes.

Os fundadores desses sistemas compreendem bem o antagonismo da classes, assim como a ação dos elementos dissolventes na própria sociedade dominante. Mas não percebem no proletariado nenhuma iniciativa histórica, nenhum movimento político que lhes seja peculiar. (...) Desejam melhorar as condições materiais de vida de todos os membros da sociedade, mesmo dos mais privilegiados. (...) Rejeitam, portanto, toda ação política e, sobretudo, toda ação revolucionária; procuram atingir seu objetivo por meios pacíficos e tentam abrir um caminho ao novo evangelho social pela força do exemplo, com experiências em pequena escala e que naturalmente sempre fracassam. (...) se em muitos aspectos os fundadores desses sistemas foram revolucionários, as seitas formadas por seus discípulos formam sempre seitas reacionárias. Aferram-se às velhas concepções de seus mestres apesar do desenvolvimento histórico contínuo do proletariado. Procuram, portanto, e nisto são consequentes, atenuar a luta de classes e conciliar os antagonismos (MARX e ENGELS, 1998b: 66-67).

A Comuna de Paris de 1871 é tida, pelos autores, como a primeira experiência concreta na qual um processo revolucionário da classe operária pôs em prática uma ação coletiva autogestionária na sua totalidade, ou seja, a partir da gestão coletiva de fábricas, escolas e serviços públicos. Como aponta Marques (2006):

No decreto sobre expropriação das fábricas de 16 de abril de 1871, a Comuna determina que as câmaras sindicais operárias constituam comissões para assumir as fábricas abandonadas pelos patrões a partir das seguintes ações: a) Apresentar um relatório sobre a rápida ativação destas fábricas, não mais pelos desertores que as abandonaram, mas pela associação cooperativa dos trabalhadores nelas empregados e; b) Elaborar um projeto de formação destas sociedades cooperativas operárias.

Mesmo que criticada por Marx, a Comuna deixou como legado, reconhecido posteriormente pelo filósofo alemão no seu clássico *A guerra civil na França*, a experiência de uma prática de autogestão que serviu de comprovação da capacidade que os trabalhadores teriam para gerir uma sociedade de forma livre, autônoma e coletiva. Após a experiência da Comuna, o movimento operário somente protagonizaria outro evento desta magnitude em 1917 com a Revolução Russa.

Como aponta Marques (2006, p.38):

A grande revolução de outubro recolocava novamente a questão da autogestão operária na ordem do dia a partir da práxis desenvolvida pelos soviets, ou conselhos de operários e soldados. Nas formulações teóricas de Lênin sobre o papel do partido, posteriormente degenerado pelo stalinismo, o tema da autogestão no processo revolucionário esteve presente nos desafios dos primeiros anos da revolução. No processo de implantação da Nova Política Econômica-NEP, Lênin apontava a necessidade da construção de uma economia baseada em uma lógica antagônica ao capitalismo, e a adoção de medidas de responsabilidade do Estado para apoiar as iniciativas cooperativas.

No caso soviético, entretanto, o “auto-governo operário”, que surgia junto aos primeiros soviets, não se efetivou, sendo substituído pelo monopólio da burocracia estatal, que se aprofundou no Stalinismo até a sua derrocada no início da década de 1990. Cabe destacar que após a experiência dos soviets nas revoluções russas de 1905 e de 1917, houve outras tentativas de autogestão, no âmbito do socialismo europeu, como os conselhos operários na Alemanha, Áustria, Itália, entre 1918 e 1922. Também houve experiências autogestionárias contra a burocracia "comunista" em 1952 e 1957 na Polônia, em 1956 na Hungria e em 1968 na Checoslováquia. Em todas elas, a mão-de-ferro do Stalinismo encarregou-se de impedir qualquer alternativa que saísse do seu controle.

De acordo com Marques (2006, p.40)

Dentre as experiências históricas do Século XX, uma das mais significativas se deu na Espanha, durante a guerra civil de 1936, no qual os anarquistas organizados na poderosa Confederação Nacional dos Trabalhadores - CNT e Federação Anarquista Ibérica - FAI, hegemônicas no movimento operário, decidiram instaurar de imediato o comunismo libertário e a autogestão no campo e na cidade. Outra experiência importante de autogestão se desenvolveu na Iugoslávia, entre 1950 e 1980. Como uma proposta autogestionária implantada pelo Estado socialista, surgiu como possível alternativa ao modelo do “socialismo real” da União Soviética, entretanto, a mesma sucumbiu a partir das contradições do sistema burocrático estatal.

Estas experiências tiveram grande importância para pensar a construção de alternativas necessárias aos trabalhadores na atualidade, à medida que, por meio delas, se percebeu a importância e as concepções das formas associativas e cooperativas ligadas à concepção de autogestão, enquanto forma de organização social do trabalho.

2.2 Delineamentos conceituais Economia Popular Solidária

Na atualidade, as divergências teóricas e as concepções acerca do trabalho associado, do cooperativismo, da economia popular solidária e da autogestão estão novamente presentes. Veremos como as perspectivas teóricas atuais dialogam com esse debate clássico e que outros elementos agregam as principais vertentes.

Uma das concepções da **Economia Solidária é tida como superação do capitalismo**. Para Singer (2002), as atuais experiências de Economia Solidária recuperariam os ideais do socialismo utópico e seriam ilhas de resistência no atual contexto de reconfiguração do capitalismo. A análise do autor centra-se em dois momentos. Em um primeiro nas unidades produtivas, que possuem características que negam o modo de produção capitalista como a posse coletiva dos meios de produção, o princípio de “um sócio, um voto” e a autogestão. Essa forma de gestão é apresentada por esse autor não só como mais democrática e condizente com um projeto de “socialismo” a ser construído, mas como mais eficiente do que a heterogestão. A eficiência é explicada do ponto de vista produtivo e da qualidade de seus produtos, uma vez que a responsabilidade por esses critérios não estaria concentrada em apenas uma ou poucas pessoas, mas potencializada pelo interesse de todos os trabalhadores (SINGER, 2002b, p.12). Em um segundo momento, esses mesmos princípios são interpretados pelo autor como fundantes de um novo projeto de sociedade. Esse processo se daria de forma gradual, na medida do aumento do número de unidades produtivas e do fortalecimento das relações entre elas. Nesse sentido, a principal crítica que se faz ao autor, e com a qual concordamos, é a forma como ele concebe a superação da sociedade de classes.

Vejamos agora outra vertente teórica. Laville e França-Filho (2004) interpretam as recentes **experiências de Economia Solidária como integrantes da economia plural**. Fundamentados em Polanyi, os autores afirmam que, apesar do capitalismo ser o “modelo” predominante, com ele sempre existiram outras formas de economia. Os autores destacam que o circuito econômico é configurado por várias esferas: a domesticidade, que diz respeito à produção familiar; a reciprocidade, que organiza as trocas comunitárias entre as pessoas; a redistribuição, organizada pelos Estados, por meio da arrecadação de impostos; e, finalmente, o mercado, em que ocorrem as trocas monetárias (FILHO e LAVILLE,

2004, p.32-34). Em um contexto de crise da sociedade salarial, a Economia Solidária significaria a possibilidade de uma rearticulação “entre economias mercantil, não-mercantil e não-monetária” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.107). A Economia Solidária não se sobressairia como única alternativa, mas seria uma solução complementar a outras formas de trabalho a serem criadas. Na perspectiva desses autores, a Economia Solidária não se coloca em oposição ao sistema econômico dominante, mas, sim, como uma forma complementar e viável, principalmente num contexto de crise do trabalho.

Outra abordagem possível é a de Coraggio (2007), **que entende a economia popular, ou economia social**, como fenômeno fundamental para compreender a Economia Solidária no Brasil e na América Latina. Os setores populares são constituídos por trabalhadores que têm o trabalho como principal meio para reprodução de suas vidas. Diante das altas taxas de desemprego, do nível de precariedade e dos limites das políticas públicas compensatórias, fortalecem-se formas alternativas de subsistência entre os setores populares. Dentre essas, estão à informalidade, a criminalidade, a economia doméstica e a Economia Solidária. Nesse sentido, a Economia Solidária é apontada como uma dentre outras possibilidades para os setores historicamente excluídos de uma relação salarial estável. Assim, diferentemente da perspectiva de Laville e França Filho (2004), para Coraggio (2007, p.127), a “Economia Solidária não é compreendida como uma possibilidade de rearticulação entre Estado, mercado e sociedade, mas como uma prioridade política que precisa ser assumida pelo Estado”.

Para outro grupo de autores (DAL RI e VIEITEZ, 2008; NASCIMENTO, 2005; NOVAES, 2007), a **“ênfase dos estudos sobre o trabalho associado está na autogestão como meio e fim das lutas dos trabalhadores”**. De acordo com WIRTH (2010) esses autores, para além da gestão da unidade produtiva, apontam a necessidade da generalização da autogestão, isto é, a construção do socialismo autogestionário. Eles entendem as cooperativas ou organizações do trabalho associado como espaços importantes, inventados pelos próprios trabalhadores, e que podem potencializar outras formas de luta.

Diante do exposto neste item consideramos que as experiências de trabalho associado são um fenômeno importante que precisa ser analisado também à luz dos processos econômicos e políticos que estão reconfigurando o mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, essas experiências não nos parecem ser simples reflexos do

processo mais amplo. Mesmo que elas não tenham por si só o poder de subverter a complexa teia de exploração à qual estão submetidas, enxergamos nessas experiências potencialidades, o que nos aproxima da perspectiva da economia popular solidária e da autogestão.

Temos o entendimento de que as experiências práticas que se arriscam a construir hoje aquilo que postulam para “outra” sociedade estão permeadas de contradições. No entanto, em nossa análise, tais contradições não às condenam ao fracasso, mas constituem um ponto importante de partida possível para uma transformação. De modo a dar profundidade à perspectiva que alicerça esta investigação, apresentaremos, abaixo, um dos eixos centrais da discussão trabalho-educação no trabalho associado, - a autogestão.

2.2.1 Autogestão

De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista, Bottomore (1983), a difusão da palavra autogestão, na linguagem acadêmica ocidental, ocorreu, principalmente, a partir da década de 1950, em consequência da introdução, na Iugoslávia, de um sistema de organização econômica, pelo partido comunista iugoslavo.

Sendo assim, a autogestão seria uma relação social específica, uma relação de produção, o que significaria relações de trabalho e de distribuição. A autogestão seria a decisão coletiva dos produtores sobre o processo de produção, isto é, os próprios produtores iriam gerir o processo de produção (FARIA, 2003). A autogestão é uma relação social fundante de uma nova formação social, para uma “outra sociedade”. Nessa perspectiva, a autogestão, enquanto utopia, seria um processo de autogoverno ou uma “produtores livremente associados”, segundo expressão de Marx. A democracia representativa, nessa visão, seria uma forma de reprodução da divisão da sociedade de classes, uma forma de dominação.

Para Marx, o Estado capitalista é um aparato da classe burguesa, uma expressão de seus interesses de classe (Marx e Engels, 1988). A autogestão destrói a noção de economia atrelada ao lucro, à exploração e à dominação. Rejeita a noção comum de política como uma função reservada a uma casta de políticos, para propor uma economia a partir do que é necessário produzir e uma política enquanto

realização em todos os níveis – e sem intermediários – de todos os interesses, por todos os sujeitos coletivos. De acordo com (ALBULQUERQUE, 2003, p. 12):

A autogestão social não pode se esgotar em uma doutrina porque ela é, antes de tudo, uma prática. Uma prática, mas com um projeto político, que se opõe não apenas à heterogestão e ao sistema de capital, mas igualmente ao espontaneísmo, à social-democracia e ao socialismo burocrático de Estado.

Cabe salientar, ainda, que estamos compreendendo a autogestão como uma relação de produção que se generaliza e se expande para todas as outras esferas da vida social. Em nosso entendimento, a autogestão inverte a relação entre trabalho morto e trabalho vivo instaurado pelo capitalismo e, assim, instaura o domínio do trabalho vivo sobre o trabalho morto. Dessa forma, a autogestão significa que os próprios “produtores associados” dirijam sua atividade e o produto dela derivado, negando, dessa maneira, o estado capitalista, a democracia representativa, as classes sociais, o mercado, a divisão social do trabalho e, conseqüentemente, a divisão entre “economia” e “política”. (FARIA, 2003).

A autogestão ao nível das unidades produtivas é também chamada, aqui, de autogestão parcial (possível), pois opera em unidades de produção ou de trabalho que possuem características autogestionárias. É parcial porque não se realiza plenamente, e não se realiza porque se encontra inserida no sistema de capital e não em uma Autogestão Social.

Autogestão ao nível da unidade produtiva pode ser entendida como uma forma de organização das atividades sociais desenvolvidas mediante a cooperação de várias pessoas: atividades produtivas, serviços, atividade administrativa, na qual as decisões relativas à gerência são diretamente tomadas por quantos dela participam, com base na atribuição do poder decisório às coletividades definidas pelas estruturas específicas de atividade (GUILLERM e BOURDET, 1975).

As características autogestionárias envolvem, em resumo, a ‘gestão democrática’, o ‘autocontrole do processo de produção pelos trabalhadores’, e a ‘distribuição do resultado’. As chamamos de características autogestionárias ou organizações de autogestão restrita porque a autogestão tem uma dimensão social e somente pode existir nas unidades produtivas em uma autogestão plena, ou seja, quando houver a emancipação humana.

2.3. A Economia Solidária no Brasil

A economia solidária ressurge como fenômeno emergente da economia e da sociedade dos países do Cone Sul na virada do século XX ao XXI, originado da síntese entre os condicionamentos do mercado de trabalho (derivados das reformas neoliberais dos anos 90), de um lado, e de um tipo específico de ação alternativa a esta conjuntura, informada pelos valores e ideias instituídos pelos novos movimentos sociais (que por sua vez nasceram da luta contra as ditaduras militares e que se consolidaram após as redemocratizações).

De acordo com CRUZ:

A economia solidária resulta de uma conjuntura econômica que é excludente, mas não apenas, porque também – pela sua forma e profundidade – ela foi capaz de colocar na defensiva as formas secularmente tradicionais de organização da resistência popular. A economia solidária resulta, então, do encontro dessa conjuntura econômica excludente, com os valores sociais forjados na acumulação social e política das lutas dos anos 70 e 80, contra as ditaduras militares, e em favor da democracia participativa e da justiça social a ser conquistada através da igualdade econômica.

São experiências cooperativas, associações de trabalhadores agrícolas e urbanos, bancos populares e empreendimentos informais em que os trabalhadores possuem a posse dos meios de produção e realizam a distribuição dos resultados segundo critérios definidos por eles próprios, empresas recuperadas, mercados de trocas solidárias, rede de comercialização de produtos ligados ao trabalho associado, grupos de cultura enfim, uma diversidade de experiências. De acordo com Razeto (1997, p. 35).

Estas organizaciones buscan satisfacer necesidades y enfrentar los problemas sociales de sus integrantes a través de una acción directa, o sea, mediante el propio esfuerzo y con la utilización de recursos que para tales efectos logran obtener. No tienen, pues, carácter reivindicativo (en el sentido de presionar para que otros se hagan cargo de sus problemas) sino que buscan resolverlos mediante la ayuda mutua y el desarrollo. [...] Son organizaciones que quieren ser participativas, democráticas, autogestionarias y autónomas, en el sentido de que el grupo de sus integrantes se considera como el único llamado a tomar decisiones sobre lo que se hace, derecho que deriva del esfuerzo y del trabajo que cada uno y el grupo en su conjunto realizan.

Essas diversas experiências têm forte relação com os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), que na década de oitenta, foram implementados pela Cáritas Brasileira, uma instituição ligada diretamente à Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil (CNBB). Os PACs tiveram como objetivo gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das áreas periféricas nas metrópoles e zonas rurais do país, influenciados pela Teologia da Libertação, de inspiração marxista. Essa mesma corrente foi responsável, anteriormente, pela criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Pastorais Sociais. Mais tarde, a Cáritas decidiu aprimorar o programa e investir na Economia Popular Solidária (EPS).

Conforme aponta Cruz (2002, p.161).

Os recursos eram internacionais, ambos financiavam – a fundo perdido inicialmente, e mais tarde através de empréstimos subsidiados – a compra de maquinário, de matéria-prima e a formação de algum capital de giro para as iniciativas. A ideia era auxiliar na formação de pequenos negócios (PACs), de base familiar ou inter-familiar, como parte da economia informal, ou associações de catadores (Lixo no Lixo), que pudessem gerar renda para o sustento das famílias. Paralelamente a isto, houve na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, ainda no primeiromandato do chamado “Governo Democrático e Popular” (Partido dos Trabalhadores), entre 1989e 1992 – havia também se deparado com a necessidade de resolver um conjunto de problemas sociais vinculados à atividade dos “catadores de lixo” ou “papeleiros”¹²⁸. Além disso, havia um compromisso do novo governo com a ecologia e a proposta de uma coleta seletiva de lixo que permitisse a reciclagem em larga escala. A proposta a que chegou a prefeitura foi a articulação dos catadores em cooperativas para a seleção dos resíduos e, posteriormente, a sua reciclagem.

Outra modalidade que caracterizou a Economia Solidária no Brasil foi à tomada de empresas falidas ou em vias de falir pelos seus trabalhadores, que as reerguiam sob o formato de cooperativas autogestionárias. Essas experiências serviram de base para a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG) e da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), são entidades que fomentam e apoiam as empresas autogestionárias ou em vias de se transformarem (SINGER, 2002).

Segundo Manetti (2005), o país presenciou a falência de diversas empresas após a execução do Plano Collor. Uma delas, chamada Makerly , representou uma experiência de autogestão no Brasil, pois foi assumida pelos trabalhadores que buscaram créditos e se articularam entre si politicamente, criando um novo sistema organizacional nas relações de trabalho.

Como resultado, em 1994, surgiu juridicamente a ANTEAG, que despontou como modelo brasileiro de gestão democrática, muito próxima aos princípios do

cooperativismo do século XIX. Mais tarde, a ANTEAG congregou e representou diversas empresas econômicas solidárias, resultantes de massas falidas, sob as formas de cooperativas, associações e empresas limitadas, fundamentadas nos princípios da economia solidária.

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) também promoveu a formação de cooperativas agrícolas autogestionárias, visando desenvolver um modelo solidário de cooperativismo, em contraposição às cooperativas tradicionais de caráter capitalista. O MST não é o e o mais estruturado. O MST criou, em 1990, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), composto no nível local pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), no nível estadual pelas Cooperativas Centrais dos Assentados (CCAs) e a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária no Brasil (CONCRAB), em nível nacional.

Outra modalidade de apoio e fomento a cooperativas e grupos de produção associados são as incubadoras dirigidas por instituições universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). A primeira delas foi criada em 1995, pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, mais conhecido como COPPE, instituição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

As incubadoras são espaços interdisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação, de pós-graduação e servidores, públicos ou da rede privada. Propõem-se atender “grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária, além de apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários” (SINGER, 2002, p.123).

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) criou, em 1999, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), com apoio da Rede Universitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). A ADS tem difundindo conhecimentos sobre economia solidária, organizando cursos de capacitação voltados para lideranças sindicais e militantes da economia solidária, inclusive capacitando essas pessoas por meio de cursos de pós-graduação desenvolvidos com apoio da UNITRABALHO (SINGER, 2002).

A articulação entre as diversas entidades de apoio à economia solidária no Brasil começou a ser feita pelo Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

(GTBrasileiro), durante os preparativos do I Fórum Social Mundial (FSM) que ocorreu em Porto Alegre, Estado do Rio Grande Sul, em 2001. No ano de 2003 é que a ES passa a ser foco de políticas públicas.

A partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Governo do Presidente Lula decidiu criar no âmbito do Programa Nacional de Economia Solidária em Desenvolvimento, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, a Ação de Apoio à Recuperação de Empresas pelos Trabalhadores em Autogestão, que visa a contribuir para a consolidação da Economia Solidária no Brasil.

Em 2004, a SENAES começou a contar com orçamento próprio, e implementou o “Programa Economia Solidária em Desenvolvimento”, incluído nos Planos Plurianuais de Investimento (PPAs) do Governo Federal, nos quadriênios de 2004/2007 e 2008/2011. Sua finalidade é promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social.

Inicialmente, esse programa privilegiou o fomento de novos empreendimentos solidários, e sua consolidação econômica (MTE/SENAES, s/d. a). No PPA de 2008-2011, o programa teve seu escopo ampliado, com destaque para a organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária; a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários; e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária, garantindo o direito ao trabalho associado (MTE/SENAES, s/d).

A partir de 2004 a SENAES começou a financiar a construção de Centros de Referência de Economia Solidária em diversos municípios do país, para realização de cursos de capacitação, encontros, venda de produtos, etc. Também apoiou a organização de feiras para venda de produtos da economia solidária, a organização de fóruns estaduais para discutir questões relacionadas a esse tipo de economia, apoio para o mapeamento da economia solidária nos estados e suas regiões; e a criação de cooperativas. Abaixo o campo da Economia Solidária no Brasil.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), atualmente foi registrado o crescimento dos EES com mais de 21.859 empreendimentos de economia solidária em 2.934 municípios (até o ano de 2007).

Estão associados nesses EES cerca de um milhão e setecentos mil homens e mulheres, com média de 78 participantes por empreendimento de economia solidária. No total, esses empreendimentos de economia popular chegam a gerar oito bilhões de reais por ano.

Portanto, a partir do percurso histórico, no qual vem se desenvolvendo o trabalho associado e cooperativo no Brasil, percebe-se que as práticas da ES são revestidas de ambiguidades e contradições inerentes à sua própria proposta de trabalho apoiada no cooperativismo popular. Ao analisar o crescente surgimento de novos empreendimentos econômicos solidários, fica evidente o quanto são diferenciados os objetivos contidos nos projetos e nas iniciativas.

2.4 O trabalho associado como princípio educativo

Trazemos aqui as contribuições de Gramsci, que polemizou a concepção de educação no contexto europeu do século passado, mas seu pensamento ainda contribui de maneira expressiva, de forma que auxilia na reivindicação de uma formação que aconteça não só na escola, como para além dela, unindo, em todos os espaços, teoria e prática, a fim de formar um homem que se autogoverne e governe o mundo do trabalho. O interesse de Gramsci pela educação se intensificou a partir da ampliação de seus estudos acerca do Estado capitalista e de sua ruptura com teorias dominantes que influenciavam o movimento socialista da Itália.

Para demonstrar sua preocupação pedagógica e política, Gramsci (1991) afirmava que a escola deveria ajudar a elaborar criticamente o próprio pensamento do estudante e, para isso, era necessário partir do que o discente já conhecia, ou seja, da sua experiência e concepção de mundo, já que ele é um filósofo sem o saber. Assim, a escola educaria por meio da realidade concreta e para a vida concreta. Dessa compreensão, ele afirma ainda que todos os indivíduos são intelectuais, mas necessitam de uma instrução para atingir um progresso intelectual. No entanto, seguindo o pensamento de Marx e Engels (2009), ele frisa que os educadores desses estudantes família, professores e sociedade, precisam também ser educados.

Manacorda (2008) ressalta que Gramsci tinha uma visão de escola diferente, muito por conta do próprio contexto em que viveu, sendo o seu interesse pedagógico

identificado nas cartas remetidas a familiares, na Escola do Cárcere, na Escola por Correspondência, no Ordine. Hoje em dia, podemos perceber que são disponibilizados cursos principalmente na área de cooperativismo popular, e economia solidária, que delimitam habilitações técnicas, sem a esperada formação integral do trabalhador.

No entanto, Gramsci almejava a preparação para o trabalho, mas não somente tecnicamente e, sim, através da aquisição de “hábitos adequados para lidar ou lutar no mundo-do-trabalho” (NOSELLA, 2004, p.128) e do desenvolvimento das capacidades intelectuais, já que este “é também um esforço muscular e nervoso” (Ibidem, p. 126). O que Gramsci propõe, longe de ser o que ficou conhecido no Brasil equivocadamente como “escola tecnológica” ou “escola politécnica”, que no limite tem resultado numa instrução meramente para o trabalho, profissionalizante e pragmática. O que Gramsci propõe com o processo de trabalho como princípio educativo, está relacionado com o que Marx conceitua a respeito de uma “instrução politécnica”. Embora Marx não tenha utilizado estes termos, concebia uma forma ampla de educação, com o aprendizado de muitas técnicas, numa formação intelectual e física.

Nesse sentido, Gramsci ressalta que a cultura não pode ser um privilegio e/ou um bem difundido de cima para baixo, e postula a necessidade das camadas populares se organizarem para formar uma “hierarquia espiritual que, autônoma em relação às direções culturais-tradicionais, esteja apta a formar homens diferentes [...] completos” (MANACORDA, 2008, p. 37). Essa distinção de formação foi construída na sociedade capitalista, como consequência da divisão social do trabalho, almejando a formação dos indivíduos para exercerem funções diferentes na sociedade de classes.

No entanto, dentro do sistema capitalista, existem experiências de auto-organização do trabalho e da produção, implementadas por trabalhadores que se contrapõe à lógica capitalista e administram a sua produção de forma autônoma, solidária, tendo enquanto finalidade única à garantia da reprodução ampliada da vida. Podemos visualizar nas propostas educativas de Gramsci que, por mais que ele remeta as suas concepções ao ensino formal, quando pensa a escola unitária¹⁰ todas as suas perspectivas e concepções orientam todas as práticas pedagógicas.

¹⁰ A proposta de escola unitária fundamenta-se na busca pela emancipação humana e pela aquisição de maturidade intelectual. Gramsci não concordava com o formato do ensino nos liceus, a última fase

Isso vale, inclusive, para a educação não escolar como, por exemplo, o trabalho educativo das ITCPs. Portanto, não devemos esperar a escola formal se transformar para as demais ações pedagógicas irem se transformando. Afirmamos, portanto, o trabalho como princípio educativo, que dá direção teórica, metodológica e organizacional à educação, com a finalidade de superar a dualidade do trabalho intelectual e do trabalho manual. Isso significa promover o estreitamento dos vínculos da educação com a vida real, do fazer e do pensar, da teoria e da prática, do ensino com o trabalho socialmente útil e produtivo.

Compreende-se, então, o trabalho como princípio pedagógico no sentido de que: 1) não se trata de “qualquer” trabalho ou atividade; trata-se do trabalho industrial, moderno, avançado, que representa a forma produtiva hegemônica, entre os homens hoje (...) 2) não estabelece Gramsci grau escolar para introduzir o “trabalho como princípio educativo”. Na família e na pré-escola, até o último grau escolar, o trabalho moderno deve informar as atividades formativas; 3) finalmente, Gramsci não aplica esse princípio educativo ao processo pedagógico de forma mecânica, imediatista, reducionista e profissionalizante (como um treino). “Resgata, isso sim, o “ethos” e “lógos” do trabalho industrial moderno que revigoram e orientam todo o processo educativo escolar”. (NOSELLA, 2004, p. 118-9).

2.5 A Educação Popular como proposta político-educativa da Economia Popular Solidária

A retomada das discussões sobre a educação popular foi colocada em pauta pelos movimentos sociais. “As contradições ensejadas pelas políticas de “ajuste estrutural” neoliberal provocaram relativa ascensão das lutas sociais, assim como recolocaram na agenda dos movimentos sociais a necessidade de repensar suas estratégias” (LEHER, 2007, p.23).

escolar antes da universidade em sua época na Itália. Criticava a forma dogmática e autoritária dos liceus em face à suposta autodisciplina intelectual e autonomia moral que este nível de ensino deveria desenvolver nos alunos, que só eram efetivamente alcançados no âmbito das universidades. Diante deste quadro, Gramsci considerou decisiva a última fase da escola unitária, em que os alunos poderiam desenvolver disciplina intelectual, autonomia moral e definir as “[...] indicações orgânicas para a orientação profissional.” (GRAMSCI, 1991, p. 125).

Nesse contexto é possível verificar um extraordinário revigoramento da educação popular e, em particular, da formação política. Examinando a experiência latino-americana, em especial a luta dos povos originários (México, Bolívia, Equador) e movimentos camponeses (MST- Brasil), “é possível postular que o movimento de renovação da educação popular está indissoluvelmente relacionado com a necessidade de uma nova episteme que supere as perspectivas eurocêntricas”. (LEHER, 2007).

De acordo com Paludo:

Designa-se, com a educação popular uma compreensão da educação instituída, pública ou não, como uma prática social construída historicamente. Esta prática social e histórica se faz mediada por sujeitos políticos e recursos, que articulam em torno de si diferentes campos de forças políticas e culturais. Estas forças disputam entre si a direção para as práticas educativas (fins e meios) e articulam-se de forma orgânica com perspectivas de determinados direcionamentos (projetos) econômico, político e cultural da sociedade no seu conjunto. (PALUDO, 2001, p. 65).

Com base nessas considerações, compreendemos que a educação popular está no âmago da estratégia de luta pelo socialismo, como acentuou Gramsci a propósito da cultura e da formação política, e, por isso, a sua força ou fraqueza tem uma relação direta com a correlação de forças e com o estado da auto-organização das forças populares. Na perspectiva da emancipação dos trabalhadores associados, que considera o trabalho como princípio educativo, pensamos que um de nossos desafios é descobrir como articular os campos do conhecimento e da ação, por meio de um processo prático, que redimensione o processo educativo em consonância com o processo de trabalho e das relações econômico-sociais que os trabalhadores pretendem construir.

A relação que os trabalhadores buscam estabelecer com o conhecimento e com a atividade da gestão nos empreendimentos solidários exige mesmo uma proposta formativa que não esteja alheia à necessidade de socializar o valor cooperativo, o exercício da solidariedade. Mais amplamente, o engajamento efetivo nesse tipo de economia se dá a partir de uma consciência contestadora da ordem vigente e uma sensibilidade: afetos, desejos e vontades, solidárias. ARRUDA (2000, p.45) salienta que

não pode haver transformação cultural e desenvolvimento de uma nova subjetividade que não esteja apoiada numa transformação no modo de organizar os modos de produzir e reproduzir a existência. A superação da cultura de reivindicação e da delegação é uma tarefa não apenas cultural. Ela é essencialmente política, e tem na dimensão econômica seu inescapável embasamento.

Ao buscar empreender uma nova ética nas relações sociais, a EPS chama para si a responsabilidade pela construção de uma proposta educativa que esteja atenta a esses aspectos. Não poderíamos, então, deixar de mapear a existência de uma identificação com a Educação Popular. Sendo esta muito influenciada por Paulo Freire e pela pedagogia socialista, define-se como a educação feita com o povo e para o povo, conhecida como “educação libertadora”, ou ainda educação para a prática de liberdade. De acordo com Paludo:

É nos anos 1960, com Paulo Freire que no Brasil se tem, pela primeira vez, de forma consistente, uma pedagogia anunciada das classes populares. Pela primeira vez, começa-se a conceber uma pedagogia na educação brasileira (e latino americana) que leva em consideração a realidade brasileira com vistas a sua transformação, em que as classes populares assumem papel central. (PALUDO, 2001,91).

Na perspectiva freiriana, a Educação Popular é a capacidade de organização e estruturação de uma comunidade que está assentada no desenvolvimento do pensamento crítico, na conscientização do povo como protagonista de sua história, no compromisso e assunção do processo educacional, sem que o estado seja excluído de suas obrigações. Com suas palavras:

[...] centrando-se a educação popular na produção cooperativa, na atividade sindical, na mobilização e na organização da comunidade para a assunção por ela da educação de seus filhos e filhas através de escolas comunitárias, sem que isto deva significar um estímulo ao estado para que não cumpra um de seus deveres, o de oferecer educação ao povo. (FREIRE, 2000, p. 91).

Freire aponta também a “dimensão problematizadora” que deve fazer parte dessa visão de educação, no sentido de “fazer com que o oprimido tome consciência de sua condição e da relevância de ter consciência disso, ou seja, da importância de ser um sujeito que sabe das implicações de sua alienação. Isso é o que abre caminho para a transformação da realidade” (p.92). O protagonismo popular, como aponta Conceição Paludo (2001) exige a conscientização dos sujeitos a respeito das suas condições concretas e históricas, como destacado anteriormente, mediante

ações pedagógicas em parceria com a cultura popular, ao mesmo tempo em que essa é o seu ponto de partida.

A educação está, a partir desse prisma, intrinsecamente vinculada não apenas à produção de conhecimento ou à legitimação de saberes, mas ao sentido e significado desse processo na vida dos sujeitos históricos que assumem compromissos com a transformação da sociedade, em função da vida coletiva.

A colaboração solidária está no cerne dessas ações. Por ação ou omissão, consciente ou inconsciente, toda pessoa assume uma posição de classe quando se depara com algum conflito social, podendo contribuir para a reprodução de injustiças ou para o seu enfrentamento. (MANCE, 2003). Ainda segundo Freire (2000), a solidariedade é um valor fundamental associado à Educação Popular, pois se trata de uma atitude que cobra uma postura de quem se solidariza que assuma a situação da pessoa com quem se solidariza.

É o campo de ação por excelência dos educadores e agentes sociais que querem estimular a permanente reflexão dialética nos vários setores e fomentar a organização popular consciente e politizada, possibilitando a construção de condições férteis à transformação social. A solidariedade somente pode se tornar um valor real na medida em que ela se incorpore na própria organização do trabalho. De acordo com TIRIBA (2008)

Assim, o objetivo da educação popular não é que os trabalhadores associados apenas assimilem, de forma abstrata, os pressupostos filosóficos e políticos de uma nova cultura do trabalho ou de uma economia que se pretenda solidária. Não basta idealizar uma nova cultura do trabalho ou uma cultura popular baseada no trabalho participativo e solidário. Mais do que nunca, é preciso aprender a construí-la, materializá-la no dia-a-dia da produção.

O diálogo nesta perspectiva está a serviço do valor cooperativo, na proporção em que estimula a construção coletiva. “O dialogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 2006:78). Mas, como sabemos, esse ideário se contrapõe àquilo que é vivenciado pela maior parte da população no interior do sistema capitalista. Segundo GARCIA (1982), “poucos são os que contribuem com a realidade em que vivem e que define de forma autônoma seu projeto político.”.

A forma escola sob o modo de produção capitalista, inclusive, funciona como mecanismo de reprodução de classes sociais e, tal qual a sociedade capitalista produz a desigualdade social, ela reproduz as desigualdades escolares. A escola, e o saber por ela transmitido constituem partes de um todo social definido, e esse todo influencia a maneira como a escola trata seus educandos e a comunidade escolar. De acordo com Paludo:

O alternativo na educação sempre foi muito mais vigoroso e contestador fora dos espaços de educação dito “formais”. Mesmo que confiemos na possibilidade de construção da escola pública com parâmetros curriculares populares, essa é, antes de tudo, uma luta constante dos movimentos populares e governos democráticos populares (PALUDO, 2001).

Na prática educativa tradicionalmente concebida se confrontam dois saberes distintos: o do agente-facilitador e o do grupo popular. E a forma de como se dá esse confronto, reproduz a divisão social do trabalho. E conforme o mesmo Garcia ao analisar essa divisão:

tal divisão independe do teor do discurso e da intenção do agente, se funda na prática de classes diferenciadas: a uma cabe, basicamente, a atividade manual (de execução) e a outra atividade intelectual (de mando). Esta divisão nas práticas sociais reproduz a dominação. O agente pode reforçar essa dominação, como de forma contrária conduzir e reforçar o saber popular, desmistificando a relação de seu saber. Muitas vezes o grupo popular rompe com a dominação, colocando as normas em xeque, mudando a postura do agente. Essa atitude, por sua vez, pode ser reforçada pelo agente ou pode ser negada pelo mesmo. (GARCIA, 1982)

Por isso, a educação popular difere na perspectiva da práxis, pois se trata de um modo de conceber e fazer educação que é o oposto da educação formal, sobretudo em dois aspectos. O primeiro aspecto anuncia que ela está voltada para o desenvolvimento de cada educando enquanto intelectual orgânico, enquanto pessoa e coletividade, do seu próprio trabalho. O segundo aspecto refere que ela se sustenta em uma concepção integral do ser humano, buscando educar os sujeitos e as coletividades para a autogestão. ARRUDA (2000, p.23) tece uma crítica à educação convencional, ou como ele mesmo diz:

Deseducação vigente. A educação conformada hoje para alimentar e perpetuar a globalização competitiva, ou no caso do Brasil, a inserção subordinada da nossa economia ao sistema do capital mundial, não tem servido para libertar, mas para moldar, ajustar crianças e jovens aos valores e aspirações vigentes, ou ainda mais lamentável, a ausência de aspiração ou mesmo ao cinismo. Pois a promessa é que se educando será possível obter automaticamente um lugar no mercado de empregos. O que se cala é

que isto se dará através de uma acirrada e mortal competição por postos e oportunidades de emprego cada vez mais escassas.

No movimento de Economia Solidária, a educação popular tem como objetivo fortalecer a cultura do trabalho associado, como elemento estratégico de autonomia e de alternativas de trabalho, no sentido de recuperar a relação entre trabalho e conhecimento, ou melhor, a dimensão ontocriativa do trabalho que cria e recria o homem a todo o momento.

Do ponto de vista da formação, a educação para o trabalho associado visa desenvolver as habilidades requeridas ao empreendimento econômico, para que ele seja viável, também, em termos financeiros. "Nesta dinâmica, a educação popular está vinculada a um projeto de nação e desenvolvimento diferente, a partir das lutas sociais populares, juntamente como uma experiência educativa que expressa à resistência de viver do trabalho, mas também de produzir seu próprio saber, frente às diferentes tentativas de destruição". (CALDART, 2004, p. 129)

De acordo com Tiriba:

Em outras palavras, isso implicaria um processo educativo: a) que, intimamente articulado, com a rede pública de educação, contribua para a formação integral dos trabalhadores; b) que, articulado com o sistema público de geração de trabalho, tenha os movimentos populares como eixo norteador de sua ação; c) que contribua para a criação de redes de produção, comercialização e de socialização e sistematização dos conhecimentos produzidos por aqueles que tentam sobreviver à perversidade da atual lógica do mercado e d) que fortaleça, no interior do mercado global, o mercado específico da economia popular, associativa e autogestionária, de maneira que a mesma possa dialogar e mesmo vir a se confrontar com a economia capitalista.

Vislumbramos propostas de ação que, ao articular trabalho e educação, possam seguir os mesmos caminhos pelos quais muitos trabalhadores vêm tentando organizar seus empreendimentos associativos: articular-se com a comunidade local e com os movimentos populares. Para isso, segundo Tiriba (2008) "é preciso descortinar a singularidade e particularidade da unidade econômica, assim como a totalidade de seu bairro, de seu território mais amplo de trabalho: a sociedade em geral". Em outras palavras, vislumbramos um processo educativo que tem como ponto de partida a ação-reflexão-ação e a sistematização do cotidiano do trabalho e da vida, tendo como ponto de chegada a busca de novos valores e práticas que

permitam transformar permanentemente as relações de convivência na comunidade onde a organização econômica se localiza.

Outro exemplo bem atual da possibilidade de implementação de propostas pedagógicas que pensam a educação unida ao trabalho vem sendo desenvolvido pelo MST. Há cursos organizados por esse movimento social que auxiliam na construção do conhecimento de seus integrantes, tendo vinculação direta com a concepção da produção associada. Neste caso, chega-se a colocar em prática propostas em que a escola é autogerida pelos alunos e que estes são desafiados a construir planos de trabalho e suas ideias são apresentadas e debatidas em assembleia, buscando incorporar o que buscamos enquanto “autogestão”.

3 AS INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES

Este capítulo está dedicado à compreensão das ITCPs dentro da trajetória histórica da extensão universitária. Após realizar um apanhado do desenvolvimento da universidade brasileira e um breve panorama da extensão universitária, relatamos o surgimento das ITCPs dentro de um contexto de mudanças no mundo do trabalho e de altos índices de desemprego. Nesse período histórico, parcelas da universidade se voltam para o tema do trabalho como objeto de estudo ou como foco de atuação com grupos populares. Por fim, abordamos o contexto político em que surgem as incubadoras. Em especial, descreveremos o processo de construção e desenvolvimento da ITCP – FURG -, que é objeto deste estudo, desenvolvendo reflexões a cerca de sua metodologia e de processos de incubação.

3.1 Notas sobre a Universidade brasileira e extensão universitária

Desde sua gênese, a universidade brasileira surge com uma concepção fortemente liberal. É uma instituição capaz de formar quadros da elite dirigente e de produzir bens culturais, ou seja, reproduzir a ideologia da classe dominante. De acordo com Mendes (2011, p. 96), “O acesso ao ensino superior era restrito pela baixa escolaridade da população, tendo em vista que a ampla maioria era analfabeta”. A universidade brasileira, por sua vez, sofre diretamente a interferência do cenário dos anos 1990.

Exemplos disso são as privatizações, mercantilizações das instituições educacionais, competitividade e produtivismo acadêmico (Leher, 2008). Dessa forma a universidade brasileira está cada vez mais comprometida com o modelo de produção do conhecimento liberal, formando profissionais liberais, que atuam em prol das necessidades do capital, não atendendo às necessidades humanas.

Assim, os princípios educativos da universidade, na contemporaneidade são pautados nas novas relações de trabalho, de descobertas científicas, difusão da cultura centrada no individualismo, na competitividade e na lucratividade. Mudanças

significativas surgiram apenas na década de 1980, segundo Mendes (2011, p.82), “através de muita mobilização, conquistar eleições diretas e uma Assembleia Nacional Constituinte, a qual consagrou a Constituição em 1988”. Essa Constituição, no que tange à universidade, consolida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Passado o período da dita modernização conservadora das universidades, aplicada durante o regime militar, a universidade segue sofrendo as influências de políticas pelas classes dirigentes do Estado, após o período de redemocratização. As políticas neoliberais ditadas por organismos multilaterais fizeram o sistema monopolizado pelo setor público entrar em colapso devido à forte precarização. Para o mesmo autor (2011, p.108), “com isso, aumentaram as instituições privadas de ensino, em número e em quantidade de matrículas; reduziu-se o financiamento das universidades públicas, incluída aí a manutenção do sistema científico-tecnológico nacional”.

O autor, diz, ainda, que

Ocorreu uma realocação de recursos estatais para o financiamento de instituições privadas; implementaram-se mecanismos de captação de recursos privados em substituição ao financiamento governamental para educação universitária pública (cobranças de taxas, convênios com unidades produtivas, venda de serviços etc.); estimulou-se a diversificação das instituições de ensino superior, rompendo com a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, através de faculdades isoladas e centros universitários - estas duas últimas amplamente majoritárias dentre as instituições de ensino privado (Ibidem, p. 112).

Chauí (2001) argumenta que, com a ampliação do acesso à universidade, o modelo de universidade liberal entra em crise. Esse modelo, cujo objetivo era que tal entidade servisse à formação dos quadros dirigentes da elite, é ameaçado pela expansão da classe média ascendente na instituição.

Isso significa uma relativa perda na função seletiva da universidade, fazendo com que as demandas da produção exijam novos critérios de seleção: há uma inflação de diplomas, gerando uma desvalorização destes, achatamento dos salários de formações universitárias e, conseqüentemente, desemprego.

Isto coloca a universidade numa situação *sui generis*, caracterizada como a crise da universidade liberal: a universidade nem consegue ser um instrumento exclusivo das elites dirigentes, e nem consegue responder às demandas das classes populares. Marlene Ribeiro (1999) caracteriza essa situação como a contradição entre a universidade *competente*, voltada aos critérios produtivistas de metas que correspondam às demandas do

capitalismo, e a universidade *democrática*, permeável ao acesso e aos anseios das classes populares. A solução encontrada pelo Estado foi a de uma escola (ou universidade) pobre para os pobres. (MENDES, 2011, p. 45).

Chauí (2001, p.46) aponta ainda que “a universidade tem hoje papel de criar incompetentes sociais e políticos, realizar com a cultura o que a empresa realiza com o trabalho: parcelar, fragmentar, limitar o conhecimento e impedir o pensamento, de modo a bloquear qualquer tentativa concreta de decisão, controle e participação, no plano da produção material e intelectual”. O paralelismo entre fragmentação do conhecimento e alienação do trabalho, entre o impedimento do pensar e o controle do trabalhador, é transposto, então, para os bancos universitários.

A mesma autora ressalta que, historicamente, foi-se erguendo como barreira à “universidade administrada”, gerencialista¹¹, uma ideia de universidade democrática, calcada nas ações dos movimentos sindicais e estudantis. Entretanto, a defesa histórica da universidade como *espaço público*, da livre opinião (político), acabou esvaziando de sentido a ideia da universidade como *coisa pública*, ou seja, cuja produção material (econômico) e imaterial também é pública. Isso forçaria a compreensão de que a divisão social exclui parte da sociedade do direito à produção de um saber e da cultura dita letrada.

De acordo com Leher (2008), nos últimos anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e no governo da atual presidente da República, as universidades têm sofrido golpes sistemáticos, tanto pelas ações governamentais que insuflaram uma entidade paralela de natureza paraestatal como pelas mudanças na universidade e no trabalho docente. O mesmo autor ressalta, ainda, que “a introdução de poderosas mediações mercantis e a difusão da ideologia de que não são mais possíveis alterações na atual ordem social, tem mudado profundamente a educação brasileira e logo o ensino superior” (LEHER, 2008, p.23).

Portanto, essas políticas e intervenções do Estado estão ligadas à lógica do capital, atrelado às perspectivas das competências, e às noções de empregabilidade e empreendedorismo que justificam e legitimam a desresponsabilização do capital e

¹¹ O conceito de gerencialismo, neste caso, refere-se a uma radical separação nos processos decisórios entre dirigentes e dirigidos, cuja superação não depende da integração entre os mesmos, mas da superação da divisão, que não se poderá realizar no interior de uma burocracia, mas unicamente com sua supressão.

do Estado pela desvalorização e precarização dos postos de trabalho, como já discutimos no capítulo 1.

Dentro dessa crise, podemos avançar na discussão de possibilidades para uma “Universidade Necessária”. Para isso a autora Marilena Chauí nos aponta uma perspectiva de *formação e democratização*, assinalando pontos que talvez sejam necessários para mudanças:

1) Colocar-se claramente contra a exclusão como forma da relação social definida pelo neoliberalismo e pela globalização: tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada. Romper, portanto, com o modelo proposto pelo Banco Mundial e implantado no Brasil; 2) Definir a autonomia universitária não pelo critério dos chamados “contratos de gestão”, mas pelo direito e pelo poder de definir suas normas de formação, docência e pesquisa; 3) Revalorizar a docência, que foi desprestigiada e negligenciada com a chamada “avaliação da produtividade”, quantitativa. Essa revalorização implica: formar verdadeiramente professores, de um lado, assegurando que conheçam os clássicos de sua área e os principais problemas nela discutidos ao longo de sua história e, de outro lado; 4) Adotar uma perspectiva crítica muito clara tanto sobre a ideia de *sociedade do conhecimento* quanto sobre a de *educação permanente*, tidas como ideias novas e diretrizes para a mudança da universidade pela perspectiva da modernização. (CHAUI, 2003, p. 14)

Nesse sentido, compreendemos que seja necessário, no espaço da universidade, protagonizarmos a resistência contra o modo de produção capitalista e enfrentar o neoliberalismo e suas facetas de forma estratégica, fomentando e congregando movimentos estudantis, sindicais, movimentos sociais, autônomos e demais organizações socialistas, proliferando coletivos de formação, universidades populares, núcleos e pesquisas, para assim acumular forças nessa jornada de resistência e contrainternalização.

Dessa forma, vamos ao próximo item compreendendo a historicidade da extensão universitária e como se deu o fenômeno das incubadoras, no seio dessa expansão universitária nas Universidades brasileiras. No Brasil, as experiências brasileiras de extensão universitária ocorreram a partir de 1914, com forte influência positivista¹², tendo início na Universidade de São Paulo, chamada “Universidade

¹² De acordo com Gurgel (1986), o pensamento positivista marcou profundamente a vida nacional desde o fim do Império. A Proclamação da República, além de condensar interesses de vários grupos (republicanos, federalistas, liberais e dissidentes monarquistas) apontava a educação como o canal de redenção nacional. Foi nesse contexto que a abertura das universidades para a sociedade aconteceu concretizada na ideia de uma “universidade popular”. Como lembra Gurgel, a Universidade Livre de São Paulo, surgida em 1912, teve a influência forte de Augusto Ribeiro Guimarães, um

Popular”, onde eram realizados cursos de pequena duração com temas variados e direcionados, principalmente, às camadas populares.

Duas correntes influenciaram fortemente a extensão brasileira: a europeia e a norte-americana.

[...] a corrente europeia teve sua origem na Inglaterra, no século XIX, por ocasião da Revolução Industrial, quando as universidades sofreram pressões sociais no sentido de diversificar suas ações para atender à nova realidade da época. O objetivo dessa corrente era, além de preparar técnicos, atender a algumas demandas das classes populares. O trabalho foi efetivado por meio de cursos para a população de fora da Universidade que tivesse interesse em obter maior grau de instrução. A corrente extensionista norte-americana começa a se consolidar por volta de 1860, por intermédio de ações nas áreas rurais e urbanas, com ênfase na agricultura e engenharia, sendo uma ação corporativa, objetivando promover mudanças e o desenvolvimento econômico. Essa corrente tinha a idéia de que a Universidade geraria novos conhecimentos e os aplicaria na solução dos problemas da sociedade na qual estava inserida. Exerceu grande influência na constituição do modelo de extensão adotado pelas universidades brasileiras. Seguindo este modelo, em 1921, as Escolas de Agronomia de Lavras e Viçosa iniciam uma programação voltada aos produtores rurais com cursos, seminários e divulgação dos resultados de estudos e pesquisas. (PEREIRA, 2000, p.45).

Para a autora, em 1937 foi lançado o Plano de Reforma Universitária, em que é destacada a prática extensionista. Porém, tal concepção não reconhece a abrangência socializadora do conhecimento. A partir de 1938, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), os estudantes brasileiros, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo movimento de Córdoba¹³, ocorrido na Argentina, passam a buscar uma reforma condizente com a realidade social e sugerem a criação de mecanismos integradores da universidade/sociedade.

O movimento de Córdoba, em 1918, segundo Leher (2008) foi mais do que um episódio radicalizado dos estudantes, foi um marco histórico e revolucionário de concepção de mundo, educação popular, democracia, advindos da luta contra-

militante positivista que pregava o ensino livre. Gurgel ainda destaca que já haviam experiências de universidades populares no Rio e no Maranhão, mas essa experiência de São Paulo foi a primeira ligada a uma instituição de ensino superior.

¹³ Segundo Leher (2008), o Movimento Estudantil de Córdoba na Argentina, em 1918, torna-se marco de novos paradigmas para extensão universitária, principalmente na América Latina. Como nos lembra Gentili (1998), citando as palavras do Manifesto de Córdoba, “el ‘sacrificio es su mayor estímulo’, una ‘juventud en trance de heroísmo’, para la cual ‘la esperanza es su destino heroico’ y que está llamada a construir las bases de sistema de justicia, felicidad y libertad, cumpliendo con su revolucionaria misión de formar al soberano. Dirán ellos: ‘en adelante, sólo podrán ser maestros en la futura república universitaria los verdaderos constructores de almas, los creadores de verdad, de belleza y de bien’” A Universidade se tornou o “refúgio secular dos mediocres”, ela era o “reflexo de sociedades decadentes”; “la renta de los ignorantes, la hospitalización segura de los inválidos”, diziam os jovens reformistas na Gaceta Universitaria.

hegemônica, como uma resposta à opressão burguesa¹⁴, influenciando todas as reformas universitárias que viriam a surgir no seio de nossa história.

No processo de enfrentamento, os estudantes e militantes engajados estabeleceram uma agenda anti-imperialista, recolocando a questão nacional e dos sujeitos históricos da luta de classes em países capitalistas dependentes. No Brasil, a partir de 1960, com os estudantes que vivenciam experiências voltadas às camadas populares da sociedade, se começa a pensar numa proposta de universidade voltada para as classes populares, ganhando força com a constituição dos Centros Populares de Cultura (CPCs) e dos Movimentos de Cultura Popular (MCPs).

Como analisa Pereira (2000, p. 101),

[...] esse período também foi marcado pelo Movimento de Educação de Base (MEB) e por uma grande campanha de alfabetização, realizada com base no método Paulo Freire para alfabetização de adultos, já testado com êxito pelo seu próprio autor em Pernambuco.

Em 1961, a UNE, ao discutir a Reforma Universitária, define em suas diretrizes o “compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo”. Assim é que se defende a abertura da universidade ao povo, com prestação de serviços e promoção de cursos a serem desenvolvidos pelos estudantes em faculdades. Esses cursos possibilitariam o conhecimento da realidade por eles e, por isso, a universidade - a *extensão* - os levaria à realidade.

Segundo a UNE (1961, p. 56), a universidade teria um papel de “trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestão junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimentos de massa”. Caberia à universidade, através da extensão, a conscientização das massas populares, despertando-as para seus direitos.

No entanto todo esse movimento e a proposta de uma extensão “mais libertadora” foram barrados pelo golpe de 1964. A partir daí, algumas atividades de extensão foram canceladas e outras assimiladas e trabalhadas pelas reformas introduzidas em 1968. De acordo com Pereira (2000, p. 54), destacam-se, nesse

¹⁴ De Bottomore (1983), Engels em “Os princípios do comunismo” (1847), definiu burguesia como “a classe dos grandes capitalistas que, em todos os países desenvolvidos, detém até hoje em dia quase que exclusivamente a propriedade de todos os meios de consumo e das matérias primas e instrumentos (máquinas, fábricas), necessários a sua produção”.

período, os Centros Rurais Universitários e “a extensão ganha espaço nos meios oficiais para sua institucionalização, assumindo um status equivalente ao ensino e à pesquisa, porém, com um caráter utilitarista, servindo de aparelho de hegemonia da classe dominante, para a cooptação das camadas populares, através da prestação de serviços assistencialistas”.

Exemplos desse tipo de prestação de serviços de cunho assistencial foram os Centros de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTACs), ligados ao Ministério da Educação (MEC) e ao Projeto RONDON, ligados ao Ministério do Interior, com sua primeira operação em 1967, além de outros de menor repercussão, como a Operação Osvaldo Cruz e a Operação Mauá. De acordo com Leher (2008), em 1969 foram criados, por meio do RONDON, os Campi Avançados que mobilizaram as universidades, chegando a vinte e dois núcleos em áreas estratégicas do país.

É criado, por volta de 1966, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), no auge da ditadura Militar, e, naquele momento, assume a responsabilidade da elaboração do Primeiro Diagnóstico da Extensão Universitária, quando são realizados importantes seminários de caráter nacional com o objetivo de efetuar discussões sobre o conceito e as práticas da extensão.

De acordo com Pereira (2000), o Plano de Trabalho na Extensão começa a perder espaço a partir de 1979:

[...] quando é extinta a CODAE pelo governo, que deixa de articular seus programas de maior impacto com as ações extensionistas, bem como retira o suporte financeiro a 51 projetos comunitários. A reforma administrativa interna não menciona a extensão, deixando de existir interesse por parte do governo em priorizar ações junto às comunidades. As universidades, por sua vez, efetivam, nesse período, um processo de redefinição de como articular as práticas de ensino, pesquisa e extensão; passam os departamentos a assumirem, progressivamente, projetos nas áreas socioeconômicas, de saúde, educação, tecnologia, artes, entre outros, dedicando-se, ainda, à pesquisa pura e aplicada. Nessa mesma época, ocorre um fortalecimento da organização dos quadros das universidades com a criação das Associações Docentes de Ensino Superior (ANDES), da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e, posteriormente, a UNE é retirada da clandestinidade, isso ligado ao fortalecimento da sociedade civil e ao enfraquecimento da sociedade política, ocorrido, principalmente, no final da década de 80. Fator que, certamente, corroborou para sua redefinição. (PEREIRA, 2000, p.54)

Em 1987, aconteceu o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que fora antecedido por outros encontros regionais no Norte, Nordeste e Sudeste, já resultado do amadurecimento das discussões sobre o papel da universidade pública brasileira. Segundo Pereira

(2000), o encontro contou com a representação de 33 universidades públicas, sendo, na ocasião, criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, visando acompanhar e coordenar a elaboração de uma política de extensão a ser desenvolvida pelas universidades públicas, bem como fazer a articulação política entre o governo e as universidades.

Portanto, no início dos anos 1990, a extensão universitária, em especial na América Latina, apresenta um novo cenário. Como consequência da influência neoliberal na universidade por meio dos órgãos internacionais, reverte-se na adoção de um sistema de produção do conhecimento coadunado com os interesses do capitalismo internacional.

A proposta dos governos nos anos 90 traz, em seu bojo, uma visão privatizadora do ensino superior, em que o Estado se descompromete com sua manutenção, relacionando sua sobrevivência à competência técnica e à capacidade de competição no mercado. Em 1º de janeiro de 1995, toma posse Fernando Henrique Cardoso, prometendo acabar com a fome e a miséria. Contava com grande apoio popular, perdendo, em seguida, uma parcela de sua popularidade pelas medidas de reforço às propostas neoliberais, algumas já implementadas pelo governo anterior. Estabeleceu novas linhas de ação política, incluindo as propostas para a educação, baseadas em padrões preceituados pelo neoliberalismo como, por exemplo, o afastamento do Estado das áreas da educação, saúde, previdência, entre outros. Tal fato implicou no não comprometimento por parte do governo com o custeio das referidas áreas (PEREIRA, 2000, p. 65).

Como vimos neste breve recorte, às ações da extensão universitária, fomentadas no ensino superior, estão inseridas no processo de reodernamento do estado capitalista, um processo que atravessou o governo liberal de Fernando Henrique Cardoso e tem sido aprofundado nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, através de uma segunda agenda de reformas neoliberais por meio de leis, decretos, medidas provisórias e programas.

Estes governos por sua vez, não estão a serviço da eliminação das desigualdades sociais, mas sim da manutenção da dependência dos países pobres aos países ricos. Dessa maneira, entraremos no próximo item com o panorama político e econômico em que surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, programa de extensão que faz parte deste objeto de pesquisa.

3.2 O contexto e o panorama político em que surgem as ITCPs no Brasil

Nesse bojo de políticas neoliberais, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares surgem nos anos 1980 e início dos anos 1990 com uma caracterização das mudanças do capitalismo brasileiro e o consequente aumento das taxas de desemprego. O início da década de 1990, como já foi analisado anteriormente, é um período de crise no país. Singer (2000, p. 1) sintetiza a situação ao dizer que “o desemprego tornou-se a maior preocupação do brasileiro (...). E com o desemprego veio a pobreza e a fome”.

O desemprego, no entanto, não era a única preocupação. A inflação exorbitante e a perplexidade diante da crise política instaurada pelos escândalos de corrupção pelos quais passava o país geraram uma mobilização nacional, que culminou com o *impeachment* do então presidente Fernando Collor. Segundo Almeida (2002), o Movimento pela Ética na Política, fruto dessa mobilização, deu origem à Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, lançado em março de 1993 e liderado pelo sociólogo Hebert de Souza, o Betinho.

A Ação deu início à formação dos comitês de combate à fome e, durante o mesmo ano, foram constituídos mais de cinco mil comitês e instituída uma coordenação nacional (ALMEIDA, 2002) ¹⁵. Em 1994, a Ação lança a campanha “Natal Sem Fome” que arrecadou cerca de 600 toneladas de alimentos. Nesse contexto, até o CRUB se colocou à disposição ao se comprometer a construir um banco de dados para auxiliar na redução do custo dos alimentos (ALMEIDA, 2002).

Fruto dessa mobilização, o Comitê de Empresas Públicas no Combate à Fome e pela Vida (nome inicial do COEP) surge em 1994, mas sua articulação se dá a partir de um encontro do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, em 1993. Na carta de adesão do comitê, entre outras entidades, estão a UFRJ e a Fiocruz.

Dentre os nove projetos prioritários para o COEP, o nono era referente a Melhorias das condições em favelas e periferias. Nele adotou-se o estado do Rio de Janeiro como caso piloto e priorizou-se a Região Metropolitana que concentrava 80% da população do Estado. É também criada uma comissão técnica, dentro do

¹⁵ Da coordenação nacional desse movimento faziam parte alguns integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Federal de Economia (Confecom), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

COEP, de fomento ao cooperativismo, associativismo e às atividades autônomas e informais, sob a responsabilidade do Banco do Brasil.

No ano seguinte, diante da inexorável constatação de que apenas a doação de alimento não era suficiente e em acordo com as ações priorizadas pelo COEP, é iniciada outra campanha: a Ação pelo Emprego e o Desenvolvimento, com foco na geração de trabalho e renda. Singer (2000, p. 2) diz que “nessa nova frente de luta, o êxito foi muito menos retumbante e imediato. Aparentemente pouco se conseguiu”.

Ainda assim, a busca de alternativas por meio da geração de trabalho e renda continuou e outras muitas iniciativas surgiram pelo país. Falaremos brevemente de algumas. Uma dessas experiências nasce na cidade de Santa Maria-RS. Cruz (2008) relata que já em 1994 havia uma mobilização, inclusive com a participação da Universidade Federal de Santa Maria, que resultou na realização da primeira feira de economia solidária na cidade. Atualmente, essa é uma das principais, se não a principal, feiras de economia solidária do país e, a partir de 2005, passou a ser chamada de Feira da Economia Popular Solidária do Mercosul.

De acordo com FRAGA (2012)

Outra experiência importante surgida na época, de acordo com o mesmo autor, foi a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que se inicia com o fechamento da fábrica Makerli Calçados, em Franca-SP. Isso ocorreu porque não havia até o momento outras experiências de recuperação de empresas falidas pelos trabalhadores em autogestão que pudessem servir de referência.

Com isso, esse grupo que veio fundar, em 1994, a “[...] ANTEAG, teve que iniciar a construção de uma metodologia de assessoria e qualificação dos trabalhadores para a gestão coletiva” (ANTEAG, 2007, p. 11). Singer (2000, p. 3) afirma que a ANTEAG surge “com o apoio de Betinho e foi uma das iniciativas de geração de trabalho e renda patrocinada pela Ação da Cidadania, da mesma forma que a cooperativa de Manguinhos e a ITCP/UFRJ”.

A ANTEAG surgiu com a participação de técnicos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), alguns exilados políticos e gente que esteve na Igreja Católica. Essa mistura de marxista, leninista, maoísta, exilados, técnicos, economistas, dá origem ao projeto da autogestão. A CUT, que fazia parte da coordenação nacional da Ação, um pouco mais tardiamente e num contexto de crise do sindicalismo, passa a discutir internamente as possibilidades de trabalhar com desempregados. Segundo Singer (2000), a CUT, em 1999, cria a sua

Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) a partir da experiência de um curso chamado Integrar (educação básica para desempregados) em parceria com o DIEESE e Unitrabalho. Na mesma época, o Movimento Nacional do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também estava em um processo de criação de cooperativas. (ALMEIDA, 2002, p.102).

Merece destaque também a constituição, em 1992, da Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). Em 1993, inicia a primeira turma do curso Técnico em Administração Cooperativa para jovens agricultores assentados. Outra entidade que fazia parte da coordenação nacional da Ação da Cidadania, aquela do Betinho, a CNBB, também teve experiências relacionadas à geração de trabalho e renda, através da Cáritas que, desde os anos 1980, financiava milhares de pequenos projetos denominados PACs.

O principal foco era a geração de trabalho e renda para moradores pobres das periferias ou da zona rural, que se uniam de forma associativa. Bertucci e Silva (2003) contam que após 10 anos de experiência, os PACs passam por uma avaliação e algumas mudanças durante os anos 1990. Uma das grandes preocupações, em relação aos PACs, consistia na viabilidade econômica e a continuidade das experiências apoiadas.

No Rio Grande do Sul, de acordo com os autores, a Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) teve grande envolvimento, a partir de 1995. De qualquer modo, nesse período, os governos, em todas as esferas tiveram grande preocupação, a partir de 1990, com o trabalho - Guimarães (2004)¹⁶. Na conjuntura da época, algumas universidades pelo país também começaram a reagir à nova conjuntura.

Cruz (2004, p. 23), afirma que:

apenas uns poucos grupos de docentes, funcionários e alunos, em algumas universidades, e de modo mais intuitivo que propriamente fundamentado em análises políticas de longo alcance, buscaram construir formas diversas de atender direta e imediatamente aos interesses econômicos e sociais dos setores mais desprotegidos pela crise, buscando direcionar os poucos recursos para projetos que buscassem ao mesmo tempo atender demandas sociais e reforçar a organização popular.

Esse foi o caso, por exemplo, de acordo com o autor citado, da construção da Rede Unitrabalho. Já, Dubeux (2004) afirma que a eleição direta para reitor nas universidades, a partir de 1985, teve como consequência a democratização dentro da universidade, retomando o engajamento de alunos e professores com um

¹⁶ A primeira Secretaria Municipal do Trabalho surge em 1996, no Rio de Janeiro. Em menos de quatro anos todos os municípios do país têm a sua secretaria do trabalho.

compromisso social que se expressou nas atividades de extensão a serviço da transformação social.

A autora chama os anos 1990 de uma nova onda da extensão. Na história da extensão, como vimos no capítulo anterior, é nesse período que se deu o surgimento do Forproex, a retomada do diálogo com o MEC e a reestruturação da extensão, o surgimento da Proext e a aprovação do Plano Nacional de Extensão. Mas não foi apenas via extensão que essa parcela da universidade se mobilizou.

A Unitrabalho é mais uma experiência que merece destaque. Guimarães (2011) explica que o surgimento da Unitrabalho foi uma resposta a uma indagação do dirigente da CUT, Vicente de Paula da Silva, “Quando o trabalhador será mais do que objeto de estudo das universidades brasileiras?”. Reitores progressistas, reunidos no CRUB elaboraram uma resposta: a criação da rede interuniversitária, capaz de reunir os grupos internos às próprias universidades preocupados com as mais diferentes áreas do mundo do trabalho. De acordo com FRAGA (2012):

As discussões para a criação dessa rede iniciaram em 1992 com a articulação entre CRUB e CUT. Em 1995, eram 32 instituições associadas e, no final de 1996, 61 (UNITRABALHO, 2012). Segundo Cunha (2002), um dos principais idealizadores da Unitrabalho foi Nilton Lima – então reitor da UFSCar e prefeito de São Carlos pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2001 e 2004. Culti (2006) afirma que a Unitrabalho é uma rede de caráter nacional e que se constituiu, juridicamente, como fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Oficialmente, foi fundada em 1996.

E ainda, Singer (2000, p. 8) relata que

em 1997, a Fundação Unitrabalho, recém criada e ainda em processo de implantação, tomou a decisão de criar em seu seio um GT (grupo de trabalho) de Economia Solidária, convidando para coordená-lo o Prof. Cândido Vieitez da UNESP, Prof. Newton Bryan, da UNICAMP e a mim da USP. Aceito o convite, formamos uma pequena equipe que passou a fazer seminários sobre Economia Solidária e a procurar fazer contatos, tendo em vista realizar um amplo levantamento sobre sua realidade no Brasil.

Nesse sentido, ainda no terceiro trimestre de 1997, o GT de Economia Solidária da Unitrabalho convocou uma primeira reunião plenária nacional. “[...] A esta reunião compareceram colegas da UNITRABALHO de todo o país e foi esclarecedor ouvir os relatos sobre cooperativas de novo tipo que estavam se formando em muitos estados” (SINGER, 2000, p. 3).

É nesse contexto de mobilização de diversos setores da sociedade diante das então recentes mudanças no mundo do trabalho e do ressurgimento da alternativa do trabalho coletivo e autogerido, na forma de associações, cooperativas e grupos informais, que surgem as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. A articulação existente no Rio de Janeiro e o clima de mobilização nacional nos aproximam do objeto dessa investigação: uma experiência que envolve a Fiocruz, empresas públicas, como o Banco do Brasil (BB), e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e, posteriormente, a UFRJ. Barros (2003, p. 99) traz um relato detalhado sobre ela:

Nessa nova frente de luta contra a fome e a miséria, uma das primeiras ações aconteceu na Faculdade Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro/Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, localizada na vizinhança das favelas da região da Maré, maior bolsão de miséria do Rio de Janeiro, onde as balas perdidas da guerra do narcotráfico atingiam com frequência a faculdade. Uma pesquisa desta mesma faculdade no complexo de favelas da Maré identificou uma das raízes sociais da violência: cerca de 80%⁵⁶ dos(as) chefes de família estavam sem emprego. Partindo desta realidade, a faculdade da FIOCRUZ pediu ajuda a Universidade de Santa Maria, localizada no Rio Grande do Sul, onde havia desde 1975 o Curso Superior de Tecnólogos de Cooperativismo, para assim tentar ajudar na criação de uma cooperativa de trabalho que envolvesse parte dos desempregados desta região, prestando serviços inicialmente à própria FIOCRUZ.

Segundo Almeida (2002), o início das atividades em Manguinhos se deu por meio da articulação do COEP com a FIOCRUZ, a Gerência de Cooperativismo do Banco do Brasil (GCOOP) e a Fundação Banco do Brasil (FBB). A partir daí, foi elaborado um projeto piloto que possibilitaria aos membros daquela comunidade decidir sobre a melhor alternativa para geração de trabalho e renda, que deu início à COOTRAM – Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos do Complexo de Manguinhos.

Da trajetória traçada até aqui, é interessante destacar que o envolvimento da UFRJ na Ação e no COEP, o envolvimento da Fiocruz, a escolha da região metropolitana do Rio de Janeiro como projeto prioritário, a experiência piloto da intervenção do COEP e a localização da UFRJ na região da Maré criaram, nessa universidade, um ambiente bastante propício para o surgimento da primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

Além disso, as outras experiências relatadas nos dão um pouco a dimensão de que a ideia de formar e acompanhar cooperativas para combater o desemprego já estava presente em outras regiões. Nessa perspectiva, é importante compreender

o surgimento das incubadoras dentro de um processo macro de redirecionamento das preocupações de parte da universidade e da extensão para o mundo do trabalho. Outra articulação realizada pela ITCP/UFRJ foi para a criação do Programa Nacional de Incubadoras, o PRONINC, no segundo semestre de 1997.

De acordo com FRAGA (2012)

O Proninc foi lançado na comemoração dos 30 anos da Finep, no âmbito do COEP, em parceria com a FBB, o BB e a COOPE/UFRJ (ALMEIDA, 1998). Segundo Dubeux (2004), coube à UFRJ a tarefa de organizar uma reunião entre agências de financiamento e outras universidades e de transmitir essas universidades o acúmulo em cooperativismo e geração de trabalho e renda. No início de 1998, a ITCP/UFRJ segue na articulação nacional e realiza o 1º Seminário Nacional do Proninc. Em 1998, o programa apoiou a formação de incubadoras em cinco universidades, mas novas incubadoras não paravam de surgir, mesmo sem contar com apoio do Proninc. As incubadoras inicialmente apoiadas foram: UFJF, UFRPE, UNEB, USP, UFC, além da ITCP/UFRJ. Em seguida, o programa entrou em dormência e foi desativado por alegação de falta de recursos. No entanto, para Benedito Martins Oliveira, coordenador da Rede de ITCPs na época, a desativação do Proninc foi uma escolha ideológica fruto de uma visão elitista do papel da universidade no país. O Proninc só será reativado em 2003, no clima de euforia da eleição de Lula para presidente ou, como afirma Leboutte (2003, p. 74), retorna “logo após o resultado das eleições em que o povo brasileiro derrotou o medo com a esperança”. Nesse clima, no primeiro semestre de 2003, a Finep, por meio da sua recém criada área de tecnologia para o desenvolvimento social, se articulou com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a FBB com objetivo de “redirecionar as demandas oriundas das duas redes: ITCPs e Unitrabalho, para serem coordenadas pela SENAES, recém criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego” (SENAES, 2011, p. 233).

Em suma, as avaliações realizadas sobre o Proninc destacam que o programa tem “impactos positivos significativos: expansão e apoio das ITCPs, articulação com diversos ministérios, aumento dos recursos, e aumento da produção acadêmica sobre economia solidária”. Por outro lado, apontam claramente os limites relativos à sua institucionalização e financiamento, que, por ser considerado insuficiente e descontínuo, não garante a estabilidade necessária para o trabalho das incubadoras (FRAGA, 2012).

3.3 ITCP da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

No universo das ITCPs, como já foi explicitado, esta pesquisa se propôs a investigar em que medida o processo de incubação desenvolvido pela ITCP, chamado de INTECOOP, FURG, contribuiu no avanço da autogestão da Associação Recicladora Vitória, que será apresentada, em detalhes, no próximo capítulo. Campo

empírico do nosso estudo, a Associação Recicladora Vitória, conforme será possível verificar, é incubada desde a origem da Associação e da própria INTECCOP-FURG. Ela inicia em 2005, com cinco membros.

A ITCP em questão se constitui enquanto um programa de extensão que pertence ao Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE). As ações desenvolvidas pelo núcleo estão ligadas à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)¹⁷, que se situa no interior do Campus da FURG, localizado no município do Rio Grande.

Resgatando a gênese do processo de constituição da incubadora, descobrimos, em documentos NUDESE (2011) e nas próprias entrevistas semiestruturadas realizadas, com coordenação e estudantes, que existiram ações desenvolvidas com as comunidades empobrecidas antecedendo as ações da incubadora. A primeira experiência denominou-se “Trabalho Comunitário”, no ano de 1994, no qual um grupo de servidores da universidade elaborou uma parceria com o Comitê da Cidadania de Rio Grande. O objetivo principal dessas ações era oportunizar qualificação às pessoas da periferia da cidade, para que tivessem condições de ingressar no mercado de trabalho.

Em 1997, essa ação do trabalho comunitário se ampliou e foi criada a Cooperativa de Trabalho Comunitário (COOTRACOM), sendo assessorada pelo projeto de extensão “Apoio aos Grupos de Economia Popular Solidária”, que se ocupava do acompanhamento aos grupos que tinham como princípio o trabalho cooperativo. Dos trabalhos desenvolvidos com as comunidades, o que se aproximava do processo de incubação foi o projeto Qualificar - RS, Extensão Empresarial, no qual os pequenos empresários procuravam a universidade para assessoria.

¹⁷ A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) é responsável por monitorar o planejamento, a organização, a implementação, a supervisão e a avaliação das atividades de extensão, que estão fundamentadas na Política e Filosofia da FURG, por meio de seu Projeto Político-Pedagógico e do Plano Institucional 2007/2010, além de seguir as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária, aprovado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, tendo seus planos anuais de ação aprovados no CONSUN. Para cumprir suas atribuições a PROEXC conta em sua estrutura organizacional com a Superintendência de Extensão (SUPEXT) e o Núcleo Artístico Cultural (NAC), além do Comitê de Extensão. (Disponível em: www.furg.br/extensao. Acesso em: 21 abr. 2012 às 18h).

Bem no começo logo que chegaram os recursos, não tínhamos clareza do trabalho autogestionário que temos hoje, embora fosse um trabalho, eu diria, cooperativo, tanto é que usávamos as mesmas ferramentas do Projeto Qualificar RS, e ainda são algumas principalmente as ligadas a gestão e marketing. Mas, no começo, foi assim na vontade de fazer, afinal já tínhamos um belo “currículo” de trabalho com comunidades. Isso nos entusiasmava e ao mesmo tempo angustiava. (Entrevistado E4)

Em 2004, com a aprovação do projeto INTECOOP – FURG, pela Financiadora de Estudos e Projeto FINEP, dentro do PRONINC, foi instalada a incubadora no núcleo, pois o mesmo nessa época já era referência na organização do trabalho com as comunidades. De acordo com o NUDESE (2011, p. 11), “na sua origem a incubadora voltava suas ações apenas para cooperativas da pesca artesanal e cooperativas de agricultores familiares, associações de reciclagem e também prestava apoio ao Fórum Microrregional de Economia Popular Solidária”.

A incubadora com nome de incubadora, na realidade, ela surgiu por um edital que teve do FINEP na época. Esse é o histórico, eu não estava na época, mas esse é o histórico. Mas, depois dele foi financiado pelo FINEP e depois pelo MEC, são as 03 financiadoras do projeto de incubadoras. Mas, como eu disse a metodologia já era aplicada anteriormente, ela já existia no Nudese. Essa metodologia de trabalho popular com as comunidades sempre existiu. Me parece que a incubadora ajudou a aglutinar, dar um pouco mais de linha para tudo que vinha sendo desenvolvido anteriormente, também envolveram-se mais pessoas, vieram professores e mais estudantes, não eram apenas os técnicos, como antes, tocando tudo. (Entrevistada E2)

Um dos primeiros grupos a serem incubados foi APESMI (na época ainda do Programa Estadual RS PESCA). Ah, e a *Associação Vitória também, entre idas e vindas, está desde o começo*. A incubadora organizava-se da seguinte maneira: 1- coordenação (professor universitário, servidor público e em alguns casos um consultor); 2- estrutura física; 3- professores com participações pontuais (palestras ou cursos específicos, mas sem vinculação com a incubadora); 4- bolsistas de graduação e após 2006 surgiram também mais contrato de consultores. (Entrevistado E2)

No ano de 2006, com o andamento das atividades de acompanhamento, dessas financiadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), além da atuação nos municípios de Rio Grande e São José do Norte, o trabalho foi ampliado e estendido a outros municípios, como Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande e Piratini. Como aponta o NUDESE (2011), a diversidade de conhecimentos produzidos na universidade permitiu também a criação de parcerias internas, como o Departamento de Materiais e Construção no desenvolvimento da tecnologia da fabricação dos tijolos de cinza e cal, o Instituto de Ciências Econômicas,

Administrativas e Contábeis (ICEAC) e a Faculdade de Direito (FaDir), no apoio à legalização e acompanhamento jurídico aos empreendimentos solidários.

As ações extensionistas desenvolvidas pela INTECCOP de 2011 - 2012 foram financiadas pelo programa do MEC, uma vez que o PRONINC deixou de existir. A partir de 2011, a Incubadora, INTECOOP - deixa de ser aglutinadora de todos os projetos, assim começam a se constituir projetos específicos e com maior financiamento das Associações a ela ligadas. Os projetos encaminhados extrapolam a Incubadora, fazendo parte diretamente do NUDESE, ao qual ela também se vincula.

O projeto, enquanto incubadora, está desativado porque não tem financiamento, mas, os grupos que eram incubados, eles...a gente busca pelo compromisso social manter algum atendimento, quando alguns grupos pela sua definição específica (tipo pesca, reciclagem) a gente conseguiu outro tipo de financiamento, - um exemplo desses é a parceria que conseguimos com a Petrobras e com o governo do estado e, hoje em dia, com a prefeitura municipal também. Mas, alguns outros empreendimentos a gente mantém, com compromisso. Bolsistas, técnicos que são contratados por esses projetos acabam tendo compromisso com a filosofia solidária e atuam, além de seu projeto, em outros grupos, antigos da incubadora. Mas, a maior dificuldade são os editais, se trabalha com edital e se tem edital, tem dinheiro para acessória, para contratação de técnico caso contrário é esse aperto. (Entrevistada E3)

É nesse contexto que, no ano de 2011, surgem três novos projetos: 'Tijolos Ecológicos', na área de construção civil, 'Linhas e Letras', focado no artesanato, e 'Implementação da Normativa 51', vinculado a produção leiteira no assentamento Conquista da Liberdade, no município de Piratini, todos financiados pelo PROEXT - Sesi - MEC. Além desses novos projetos, se agregam às atividades do NUDESE os empreendimentos solidários "Deguste", cujas ações estão voltadas à área de serviços de alimentação, e o grupo GAB, que, articulado ao grupo 'Reciclar é Vida', vem desenvolvendo trabalhos ligados à preservação ambiental.

Ainda nessa perspectiva de resgate sociocultural são incubadas a 'Feira de Artesanato' e a 'Feira Agroecológica'. Nesse contexto, a INTECOOP deixa de ter a importância que tinha no interior do NUDESE. Apesar disso, é possível dizer que a sua ação fomentou, ao longo dos anos, inúmeras atividades específicas nas áreas de agricultura e pesca.

Dessa forma, passam também a existir, ainda que não sob a orientação da Incubadora, dois importantes projetos nesse último período: a "Rede de Comercialização Solidária de Pescado da Região Sul do Rio Grande do Sul", que

tem como principal objetivo a incubação dessa rede em sete municípios da Região Sul, e o “Projeto Desenvolvimento da Agricultura Urbana e Periurbana na Aglomeração Urbana do Extremo Sul do Rio Grande do Sul (AUP)”, que abrange os municípios de Rio Grande e São José do Norte, com extensão a Tavares e Mostarda, cujo foco é o aprimoramento da qualidade dos produtos da agricultura familiar.

Tabela 2 - Empreendimentos incubados diretamente pela INTECOOP - 2006 a 2012

Empreendimentos Incubados	Data de incubação	Forma de organização	Nº de integrantes
Associação Recicladora Vitória	2006	Associação	05
Asca Lixo	2006	Associação	10
Grupo de Mulheres Artesãs da Barra	2008	Grupo	07
Reciclar é Vida	2009	Grupo	02
Mães da Terra	2007	Grupo	12
Fórum Microrregional de Economia Solidária	2006	Fórum	45
Apesmi	2006	Cooperativa	26
Cooperativa de tijolos ecológicos	2008	Cooperativa	21
Clube de trocas solidárias	2006	Grupo	21
Coopava	2007	Cooperativa	24
Feira agroecológica	2011	Grupo	06
Assentamento Conquista da Liberdade	2009	Cooperativa e grupo de mulheres	54
Feira de artesanato	2009	Feira	12
Grupo Deguste	2010	Grupo	07
Cooafan	2007	Cooperativa	25

Fonte - Relatórios da INTECOOP, do NUDESE e entrevistas - elaboração própria, a partir da análise de documentos e entrevistas de campo, 2013. Nem todos os projetos tiveram financiamento, principalmente no processo de início da incubadora. De acordo com os entrevistados, podem estar faltando alguns empreendimentos, mas foram estes os encontrados nas fontes.

No que se refere à organicidade do trabalho pedagógico, de acordo com o NUDESE (2011, p. 14), o método adotado e desenvolvido pelo programa é o método de “ação-reflexão-ação” e visa “à construção coletiva do conhecimento, podendo ser traduzido como processo reflexivo teórico a partir da prática”, capaz de provocar novas pesquisas e conhecimentos com aplicação direta nas comunidades demandantes. Segundo o NUDESE:

A metodologia de incubação é distribuída entre as etapas de: sensibilização, diagnóstico, formação e acompanhamento sistemático, consolidada na participação das pessoas como sujeitos transformadores da realidade em que vivem. Na etapa de sensibilização é feita a motivação para o trabalho cooperado e no diagnóstico (Diagnóstico Rápido e Participativo - DRP) são verificadas as dificuldades enfrentadas pelo grupo, a partir do levantamento de demandas de forma participativa. Após o diagnóstico passamos para a formação com a execução do curso de Cooperativismo e Associativismo Autogestionário, além dos cursos técnicos na área de Gestão Participativa e Direito do Trabalhador. Durante todas as etapas é executado também o acompanhamento sistemático, fator fundamental para o fomento e a continuidade da proposta da Economia Popular Solidária. A adoção do acompanhamento sistemático e a utilização do método da ação-reflexão-ação permitiram à INTECOOP consolidar a sua metodologia de incubação. Esse acompanhamento é permanente, com a presença de um consultor diretamente no local de trabalho dos empreendimentos solidários. Dessa forma é possível participar das atividades cotidianas, assessorando na superação das dificuldades, levantando demandas, mas sempre exercendo o papel de entidade de apoio, evidenciando o protagonismo dos empreendimentos no exercício da autonomia. (2011, p. 13).

Assim, a metodologia foi construída e consolidada em suas etapas, mas é ressaltado que, a partir da ação-reflexão-ação, verificada pelo acompanhamento sistemático, houve a necessidade de distribuir os empreendimentos em níveis. Nesse momento surge a primeira proposta de pós-incubação. Conforme entrevistada E2, “o pós-incubação foi uma inovação, com aqueles empreendimentos que já foram suficientemente incubados, e passa a caminhar com suas “próprias pernas”, aí entra a pós-incubação que não chega a ser um acompanhamento, mas sim ações pontuais”. Análise deste processo de incubação será apresentada no próximo capítulo.

4 CONSTRUINDO CONHECIMENTO: COM OU PARA OS TRABALHADORES ASSOCIADOS? AUTOGESTÃO E O TRABALHO EDUCATIVO DA INCUBADORA

Neste capítulo analisamos os desdobramentos práticos do processo de incubação realizado pela INTECOOP - FURG junto à Associação Recicladora Vitória, e sua contribuição no processo de incubação e na prática de autogestão da Associação. É importante explicitar que os eixos foram formulados considerando a relação do estudo - pesquisa teórica com a pesquisa de campo, ou seja, tanto documentos, quanto observações e entrevistas. Isso significa que houve um movimento dialético entre teoria e empiria que possibilitou a análise que realizamos a seguir. Para tanto, iniciamos com a descrição do contexto da pesquisa: município de Rio Grande e a reciclagem nela realizada; em seguida descrevemos o lugar da pesquisa e os seus sujeitos e, por fim, efetivamos a análise da problematização de pesquisa propriamente dita, ou seja, problematizamos a tríade: incubação, práxis e conhecimento.

4.1 O contexto pesquisado

O Município do Rio Grande está localizado na planície costeira do estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, com uma distância de 242 Km em linha reta da capital do estado, a cidade de Porto Alegre, e com uma área total de 3.338,356 km². O território apresenta uma faixa de terras baixas numa restinga da embocadura da Laguna dos Patos¹⁸. A cidade do Rio Grande ocupa a quarta posição no ranking dos maiores municípios do Estado em relação à magnitude do Produto Interno Bruto – PIB, segundo divulgação da Fundação de Economia e Estatística – FEE – do Rio Grande do Sul, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente ao ano de 2010.

A cidade de Rio Grande tem sua economia baseada nas atividades portuárias e pesqueiras, refino de petróleo, agricultura, indústria, comércio, turismo e serviços.

¹⁸ Dados retirados de Vieira (2005).

O cinturão de miséria da cidade do Rio Grande tem gerado um modelo de crescimento econômico concentrado. No passado, muitos fatores influenciaram para o deslocamento de grandes contingentes populacionais para as periferias desse município, a saber: a crise do charque e o fim da mão de obra escrava nas grandes charqueadas do município vizinho (Pelotas), a modernização da agricultura e a expulsão de muitos trabalhadores rurais, sobretudo nas lavouras de arroz - o fechamento da indústria têxtil do município; a crise da indústria pesqueira; a construção do Superporto, que atraiu milhares de trabalhadores na década de 1970. (DIAS, 2009; NOBRE, 2009; DION, 2009; NOGUEIRA, 2009).

A cidade possui, atualmente, 197.228 habitantes, dos quais cerca de 95% vivem na área urbana (IBGE, 2010). A sede do município cresceu de forma desordenada, com formação de vilas e favelas. Esse fato gerou um agravamento das condições de vida da população, tais como o crescimento do desemprego e do subemprego, a falta de moradia digna, a subnutrição, a desnutrição, o excesso de lixo, a proliferação dos lixões, entre outros. Uma das saídas encontradas pelas camadas populares tem sido a coleta e a comercialização de resíduos sólidos.

Tal atividade tem crescido na região, fomentada, em grande parte, pela iniciativa privada, que tem desempenhado o papel de intermediação na compra dos produtos, retendo parcela significativa da renda dos catadores. A problemática do lixo nos municípios tem sua origem atribuída aos fatores de desenvolvimento social e tecnológico, principalmente, daqueles associados ao processo pós-revolução industrial que é caracterizada pela racionalização e pelo incremento da produção, através da maquinaria e da produção em larga escala, gerando, a partir, disso uma série de produtos que não podem mais ser utilizados.

Os catadores que são normalmente pessoas desempregadas em consequência a nova configuração do trabalho, são os intermediários nesta cadeia que possibilita resgatar parte dos recursos aproveitáveis disponíveis nos lixos das cidades, mas um intermediário importante, pois é com seu trabalho que tem início todo um processo de reciclagem de lixo em nosso país. (MAGERA, 2003, p. 33)

E segue,

Tais catadores submetem-se a jornadas diárias de trabalho que, muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto que as condições a que esses indivíduos se submetem com seus carrinhos de puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 quilos de lixo (cerca de quatro toneladas por mês), e percorrendo mais de vinte

quilômetros por dia, sendo no final, muitas vezes, explorados pelos donos de depósitos de lixo (sucateiros) que, num gesto de paternalismo, trocam os resíduos coletados no dia por bebidas alcoólicas ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para a própria reprodução como catador de lixo. (Ibidem, p. 34)

Segundo o PNRS¹⁹ (BRASIL, 2012), estima-se a existência de 1.100 organizações coletivas de catadores/as no país, em que 40 a 60 mil catadores/as participam de alguma organização coletiva. Isso representa 10% da população total, se tomada a estimativa total de 400 a 600 catadores/as. Nesse cenário, o mesmo documento, estima que a renda média dos catadores tende a não atingir o salário mínimo, que no ano de 2013 correspondeu ao valor de R\$ 678,00, ficando entre R\$ 240, 00 e R\$ 520,00, valores que legitimam a condição de pobreza dos/as trabalhadores/as desse setor informal da reciclagem. Ainda consta no relatório PNRS que a faixa de instrução mais observada entre os catadores vai da 5ª a 8ª séries.

Em Rio Grande, de acordo com a pesquisa²⁰, estima-se que existam 100 catadores na atualidade. Destes, 42 são trabalhadores ligados aos grupos de trabalho das associações e da cooperativa que atuam nas Unidades de Triagem, sendo 24 mulheres e 18 homens. O trabalho de “Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos”, realizado na cidade, da prefeitura Rio Municipal Grande, é feito em duas modalidades: pontos de Entrega Voluntária – PEVs – que são em número de dois, e por um serviço de coleta seletiva porta a porta, em que os resíduos recolhidos são encaminhados para as cinco Unidades de Triagem, que, atuando com a separação dos recicláveis, participam efetivamente do processo da reciclagem no Município.

As Unidades de Triagem consistem em quatro Galpões de Reciclagem, onde atuam associações de catadores/as de materiais reutilizáveis e recicláveis e uma Usina de Triagem, onde atua uma cooperativa de catadores/as de materiais (FARIAS 2014). Os resíduos recicláveis ficariam armazenados nos Pontos de Entrega Voluntária (PEV’S) até o dia da coleta. Mas a experiência em Rio Grande

¹⁹ “Art. 1o Esta Lei institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis” (PNRS, 2010).

²⁰ Fontes: (FARIAS 2014) As mulheres variam de idade dos 19 anos aos 68 anos e os homens dos 20 anos aos 75 anos, sendo que entre ambos os sexos, 14 pessoas possuem igual ou mais do que 50 anos.

demonstrou uma participação muito baixa da população nesse sistema. As pessoas tendem a não sair de casa para levar os resíduos até esses locais.

Dessa forma, a coleta porta a porta torna-se para os catadores de cooperativas a forma mais eficaz de acesso aos resíduos recicláveis gerados nas residências. Mas essa eficácia está atrelada a outro trabalho, envolvendo, em alguns casos, outros atores (estudantes, Associações de bairro, etc.), que é a divulgação e o convencimento da população no programa de coleta seletiva. Assim, além da coleta e da triagem, os trabalhadores atuam na divulgação da coleta seletiva e de seu próprio trabalho.

Referente às condições de trabalho nos Galpões de Reciclagem como também na Usina de Triagem, iniciamos expondo que quase todos os grupos de catadores atuam em extrema informalidade e precariedade. Além de não possuírem contrato algum com a Prefeitura, que viesse a formalizar a parceria, constata-se pessoas que trabalham sem direitos trabalhistas, não existindo a contribuição junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Situação preocupante essa dos trabalhadores das associações e da cooperativa, pois, em caso de acidentes ou doenças, acabam ficando vulneráveis e desamparados tendo, por conta própria, de resolver seus problemas.

Verificamos, ainda, que os trabalhadores atuam sob péssimas condições de trabalho e num ambiente intensamente insalubre. Constatamos que não é regra o uso de Equipamentos de Proteção Individual/EPIs pelos integrantes dos grupos, como luvas, calçados fechados, uniformes, protetores auriculares e óculos, itens básicos para a prevenção de acidentes e ferimentos corporais. Dessa forma, averiguamos que o trabalho nas Unidades de Triagem se faz acontecer com riscos à saúde dos trabalhadores.

Conforme Farias (2014, p. 129),

Sabe-se que dois fatores contribuem para com tal situação, a primeira é que o baixo rendimento mensal dos empreendimentos de reciclagem, visto que realizam um trabalho não remunerado, não permitem gastos com este tipo de utensílio, ou melhor, pelo motivo de ganharem pouco, os grupos não se dão ao “luxo” de destinarem parte deste pouco que tem e que obtém para a compra de EPIs. Fato esse, que permite o entendimento de que a integridade da vida, a saúde do corpo físico, nestas circunstâncias de pobreza econômica e material, acaba, infelizmente, tornando-se uma preocupação supérflua, de segunda ordem. Neste cenário, podemos constatar nas entrevistas, que um dos grupos recebe doações de EPIs de uma empresa do Polo Naval, fato esse que vem legitima a situação de precariedade do trabalho, já que dependem de donativos de outros

segmentos, sendo que a ausência do envio dos materiais faz com que os trabalhadores operem desprotegidos.

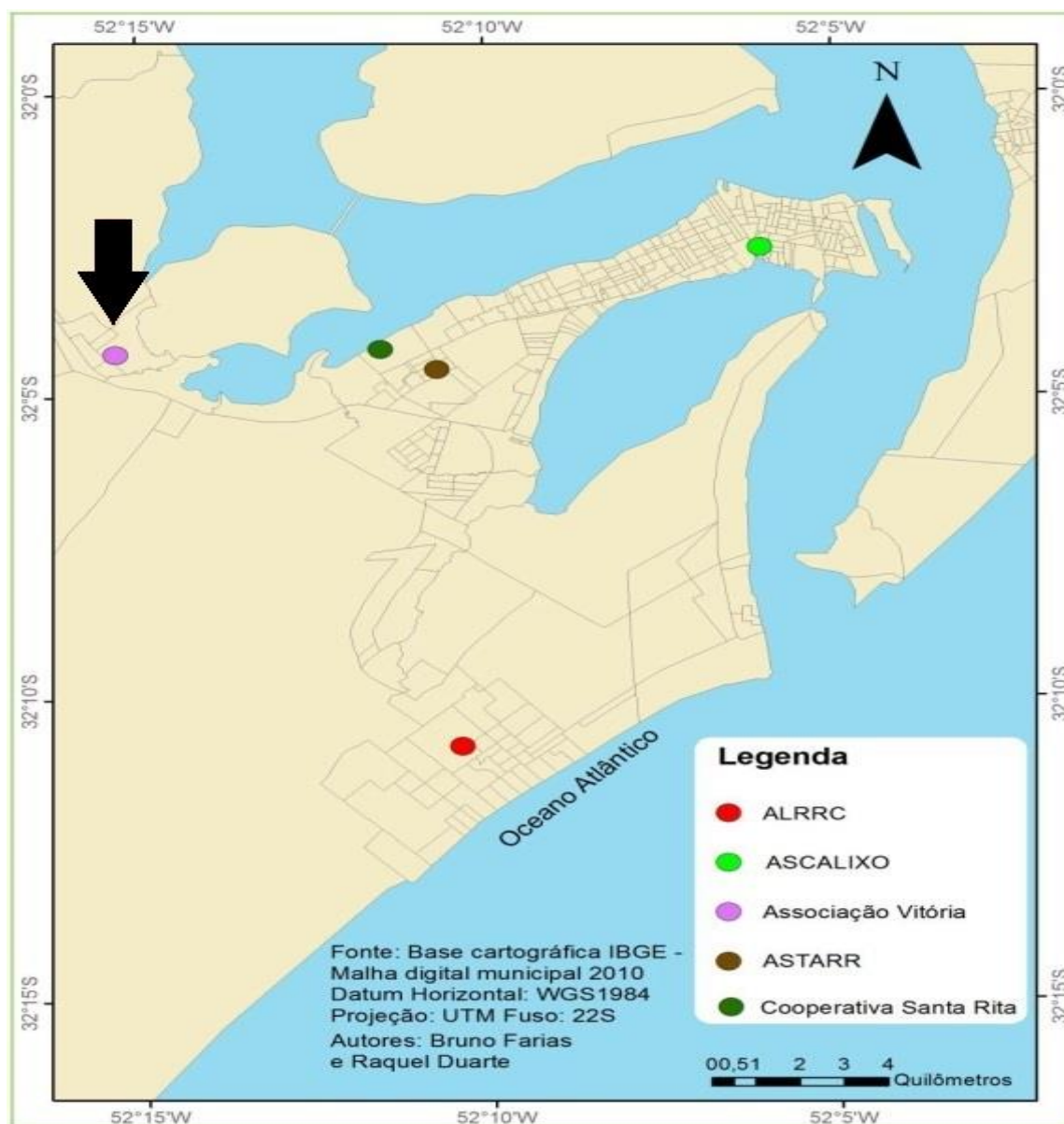
Nesse cenário, outra situação observada é a questão da mão de obra dos catadores das Unidades de Triagem, que não é remunerada, visto que nada recebem pelas atividades de triagem, seleção e enfardamento que realizam junto aos recicláveis provindos do Sistema de Coleta Seletiva Municipal, configurando, assim, um trabalho sem custos, o que legitima a condição de um trabalho não pago. Dessa forma, os grupos só apresentam renda daquilo que conseguem vender junto à cadeia produtiva da reciclagem, ou seja, só obtém dinheiro com a venda dos materiais recicláveis.

Os grupos de catadores mantêm grande parte das vendas de recicláveis junto a intermediários (atravessadores), que compram a baixos valores para revender por um preço maior a outros intermediários e/ou indústrias da reciclagem. Desse modo, seus rendimentos com a atividade acabam sendo precários. Conforme aponta Farias (2014, p. 162):

Constata-se que a média mensal de ganho dos grupos de catadores/as é de R\$ 447,60, aonde recebem em torno de R\$ 111,90 por semana, R\$ 14,92 por dia e R\$ 2,03 por hora. Já o setor das indústrias, 'os atravessadores e os intermediários', ocupam a posição 'canal de acesso' entre os circuitos, os que levam os resíduos recicláveis às indústrias, configurando um setor misto, composto tanto com formalidades como com informalidades, por isso que assume a condição de conexão, devido apresentar características comuns a cada circuito.

Dessa forma, nos deparamos com uma situação bastante complexa, pois, compreendendo que os catadores nas Unidades de Triagem realizam atividades que são de incumbência da Prefeitura Municipal, visto ser ela a responsável, segundo a Constituição de 1988, pelos serviços de limpeza pública no seu município, concluímos que se estabelece uma relação de exploração entre Prefeitura Municipal e Catadores/recicladores. Apresentamos, a seguir, os grupos de catadores e recicladores que atuam nas Unidades de Triagem do município.

Figura 2 - Mapa de localização geográfica das Associações e da Cooperativa de Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no Município do Rio Grande²¹



Fonte: Elaborado pelo pesquisador Bruno Farias Fernandez, ano 2014.

²¹ As siglas correspondem: ALRRC - Associação de Lixo Reciclável dos Recicladores do Cassino, fundada em 2002; ASCALIXO – Associação de Catadores de Lixo, fundada em 1991; Associação Recicladora Vitória, fundada em 2002; ASSTARR - Associação de Trabalhadores Autônomos em Resíduos Recicláveis, fundada em 1999; Cooperativa de Reciclagem de Defesa ao Meio Ambiente Santa Rita, fundada em julho de 2012.

Conforme podemos verificar no quadro acima, considerando a abrangência territorial da cidade, podemos dizer que há poucas unidades de triagem. Isso significa que a grande quantidade de lixo recolhido é depositada no aterro sanitário. Considerando o contingente de pessoas que necessitam de trabalho e os benefícios para a questão tão debatida do meio ambiente, é praticamente inconcebível, tanto a exploração do trabalho desses sujeitos, quanto o descuido por parte do Estado.

4.2 O surgimento da Associação Recicladora Vitória e sua relação com a incubadora

A Associação Recicladora Vitória, situada na Vila da Quinta, distrito do Município do Rio Grande, foi criada com o objetivo de formalizar uma atividade que um grupo de mulheres vinha desenvolvendo na localidade: a de catar lixo. A atividade começou com a intenção de limpar o Arroio das Cabeças, que possui um trecho de seu percurso situado na área urbana da Vila. Com o tempo, a atividade se ampliou, as mulheres começaram a catação do lixo de toda a localidade.

Logo, a existência da Associação Vitória está ligada à existência da Articulação das Mulheres do Interior - AMI²², na cidade do Rio Grande, a partir do ano 2000. O “Interior”, referido no nome da AMI, é compreendido como a área rural da cidade, mas, a articulação também agregou mulheres da zona oeste do município, marcada por extrema pobreza e difícil acesso aos direitos básicos.

De acordo com a Entrevistada A1:

No começo a gente fazia uns grupos de mulheres, debatia sobre os direitos da mulher e essas coisas com a Negrinha. Eu sempre fui metida em grupo de mães, da igreja, tínhamos um grupo de mães que fazia bolo e doces, isso é comum aqui porque não tem muita coisa pra fazer e porque é uma boa forma de se conseguir coisas em grupo. Depois a Vila começou a ficar imunda, o arroio, então, um horror, e as gurias me convidaram para limpar. E fomos limpando, limpando quando vimos a gente tava metida em associação já. Foi feito campanha de limpeza, muita coisa. No começo ninguém queria dinheiro, era só o cuidado mesmo, e depois as maiores brigas foram por causa do dinheiro e desconfiança. É de rir, né?

²² A AMI foi criada com bases nos princípios do ecofeminismo, que busca conjugar o apelo ambiental da atualidade com as lutas pautadas pelas mulheres organizadas em prol da efetivação e da garantia de reconhecimento social, por meio da conquista dos direitos. Escuto (2004, p. 35)

A organização das mulheres do “Interior” busca, então, levar à comunidade o debate de gênero como seu objetivo inicial. No entanto, o avanço das reflexões sobre gênero e os problemas pontuais da própria comunidade, como a elevada pobreza e as dificuldades das mulheres produzirem sua própria renda, acarretaram na criação da associação e na construção de alternativas de sobrevivência.

Eu acho que o galpão tem três principais objetivos como um todo. O primeiro é de ter o galpão e essa atividade pra proteger o meio ambiente coisa que nem a prefeitura faz, depois todo mundo diz em propaganda em coisas que protege o meio ambiente, mentira! Mantemos muita coisa limpa nessa cidade e na vila através da coleta, é um serviço que a prefeitura tinha que fazer não as recicladoras. Outro é uma fonte de renda né?! Que através do recolhimento do lixo reciclável a gente pode trabalhar e ter nossa renda é difícil arrumar emprego hoje, muito mais que antes quando eu era moça... Eu trabalho aqui há 10 anos e com todos os problemas que temos aqui na associação eu não saio. Porque eu prefiro que a gente se organize assim juntas, do que ser mandada por patroa em casa de família, ou por homem em fabrica de peixe. (Entreistada A1).

A questão a destacar aqui, é que foi uma iniciativa das mulheres, ou seja, elas se organizaram e nesse processo buscaram apoio da FURG, inicialmente via NUDESE e depois no processo de incubação com a INTECOOP, ao contrário do que verificamos com outros empreendimentos que foram fomentados pela extensão da universidade. Embora a maioria dos empreendimentos se organize em função da necessidade básica de sobrevivência, no caso da Associação Vitória esta preocupação foi secundária, o grupo é conhecido na cidade por seu histórico de organização e revitalização do espaço onde vivem, através da reciclagem.

O grupo começou com atividades informais em um galpão alugado ao lado da casa de uma das associadas e, aos poucos, foi ganhando densidade e organização. A associação chegou a ter 21 sócias, mas, nos últimos tempos, entre processos de “idas e vindas”, restavam oito mulheres em atividades no galpão. Atualmente, existem duas fundadoras que permanecem, outras três ficam por um ano ou dois, depois voltam dependendo da safra de arroz, outras fazem também “um bico” na indústria pesqueira e até mesmo no polo naval, mas como esses empregos são extremamente transitórios, acabam voltando às atividades do galpão de reciclagem.

Tabela 3 - Grupo de mulheres da Associação Recicladora Vitória

Idade	Instrução	Experiência de trabalho
19 anos	Ensino médio incompleto	Comércio e serviços domésticos
41 anos	Ensino básico incompleto	Agricultura e indústrias de pesca.
22 anos	Ensino básico incompleto	Recicladora, comércio e soldadora.
45 anos	Ensino básico incompleto	Indústrias de pesca, outra associação e serviços domésticos.
28 anos	Ensino médio Completo	Indústria de pesca, comércio e serviços domésticos.
Total de mulheres participantes: 05		

Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas e visitas na Associação Recicladora Vitória (2012-2013).

Observa-se pelo perfil traçado no quadro acima, o pequeno número de associadas no galpão e, ainda, segundo os dados da pesquisa, a alta rotatividade dessas associadas, que está diretamente ligado ao “cultivo da esperança do emprego formal” e a tão sonhada “estabilidade financeira”. Isso ocorre principalmente com as mulheres e jovens. Na atividade da reciclagem é muito comum alguns trabalhadores/as envolverem-se nesse tipo de atividade de catação e trabalho associado porque pela alta dificuldade de permanecerem e ou ingressarem no mercado formal de trabalho, acabam assumindo a condição de “trabalhadores empobrecidos urbanos sobrantes” (BURGOS, 2008, p. 89).

Muitas das associadas trazem diversos saberes de outras experiências de emprego, como cozinhar, fazer remédios fitoterápicos e sabão artesanal e bordar ou costurar. Esses saberes são, na maioria das vezes, potencializados ou aperfeiçoados em ações comunitárias voltadas à sobrevivência como, por exemplo, atividades de geração de renda e do cuidado com a comunidade.

Duas das entrevistadas, sócias fundadoras, mencionam que tiveram experiências em fábrica de pescado e como empregadas domésticas. Da fábrica de pescado destaca-se que os saberes aprendidos relacionam-se à gestão do trabalho: organização; hierarquia relacionada à divisão sexual do trabalho.

Ah, depois que tu entra lá dentro da fábrica de pescado, na produção, não tens noção, tu faz de tudo! Eu só não carregava monobloco de peixe porque botava a boca, eles diziam carreguem entre duas mulheres mais de 300k de peixe, ta louco! (Entrevistada A2).

Eu trabalhei num grupo comunitário também, a gente fazia sabão de reciclagem e dividia entre todas. Foi um pouco antes da associação começar, eu que cuidava do dinheiro e dividia. Sempre gostei dessa parte e quando a gente foi pra associação deu bem certo, porque eu já fazia isso. Então continuei no galpão, depois mudamos, mais eu já tinha em mente como a gente ia organizar. (Entrevistada A2).

Essas experiências são interessantes na medida em que o conjunto de habilidades, informações e saberes, originados do trabalho convencional ou de experiências comunitárias, agregam e resignificam novas culturas do trabalho, gerando novos saberes e técnicas às trabalhadoras. No entanto, além de delimitar o perfil do grupo de mulheres, sua origem, suas experiências interiores ao trabalho na associação e escolaridade, procuramos delimitar a situação socioeconômica, como se pode ver no quadro abaixo²³.

²³ O quadro apresenta somente quatro mulheres, ao invés de cinco, porque uma delas não foi encontrada, no ambiente de trabalho, nas vezes em que lá estivemos.

Tabela 4: Grupo de mulheres Associação Vitória - situação socioeconômica atual

Associada	Sócia	Retirada média \$	Família possui outra renda	É a renda principal da família	Nº de dependentes
A	Sim	356,00	Bolsa Família	Não	04
B	Não	200,00	Aposentadoria do marido	Não	-
C	Não	178,00	Não	Sim	02
D	Sim	250,00	Não	Sim	06
Total	-	-	-	-	12

Fonte: Dados elaborados a partir das entrevistas na Associação Recicladora Vitória (2013).

Percebemos, na tabela acima, que a retirada média das mulheres entrevistadas varia mensalmente entre R\$ 178,00 e R\$ 400,00. Duas mulheres declararam receber retiradas extremamente baixas: R\$ 178,00 e R\$ 200,00, pois as atividades de produção não são contínuas no galpão. A média de retirada do grupo das mulheres é de R\$ 300,00. Duas delas recebem a principal renda da família das atividades exercidas no galpão. Em três casos a renda proveniente do trabalho na associação é complementado por benefício social, pensão ou aposentadoria.

Ainda, a tabela mostra a quantidade de pessoas que dependem desse salário, se é que se pode chamar assim. Por dependente elas entendem as pessoas que moram com elas, por quem são responsáveis e que não possuem renda. Pode ser observado que das mulheres participantes da pesquisa, duas delas são as únicas provedoras de renda nas suas casas, ou seja, o valor que elas obtêm na

associação é que possibilita a sobrevivência da família. Esse fato é cada vez mais comum nas famílias brasileiras, e condiz com dados de pesquisa do PNAD/ IBGE²⁴.

Assim, um dos empreendimentos que acolhe significativamente as mulheres são cooperativas e associações de reciclagem. Segundo dados do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 75% dos trabalhadores são do sexo feminino nesse segmento econômico solidário (WIRTH, 2010).

Singer (2002) analisa que além de estas associações proporcionarem uma agregação maior de valor aos materiais processados, oportunizam o resgate da dignidade dos catadores ao atuarem em grupo, sendo essa característica essencial para as mulheres, que por muito tempo foram desvalorizadas diante das relações de trabalho e da sociedade, e o trabalho das associações é reconhecido, ou melhor, mais valorizado, daí a importância do grupo/coletivo.

4.3 Práxis, conhecimento e incubação

De acordo com Marx (2009, p.123), e com ele concordando, “é na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento”. Nesse item, a partir da relação entre conhecimento e incubação, passamos a analisar o processo da Associação Recicladora Vitória, tendo como parâmetros o trabalho associado e o processo educativo.

Como se explicitou, na introdução ao capítulo, o esforço realizado foi o de extrair os eixos a partir do estabelecimento de relações entre o estudo constante, notadamente nos capítulos 1 e 2 e os dados empíricos. Sendo assim, apresentamos a análise realizada. O importante é atentar para o fato de que a separação em eixos, para aprofundamento, não pode significar a perda da visão de totalidade do processo de incubação, que envolve o trabalho associado e o educativo, centralmente.

²⁴ (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que demonstra que, em 1993, a proporção de mulheres chefes de família era de 22,3%, esse número cresceu para 33% em 2007.

4.3.1 A organização do trabalho na Associação

Desde o processo de organização do espaço de trabalho e de legalização da associação foram muitos os enfrentamentos e as dificuldades das associadas. A equipe de incubação – INTECOOP - acompanhou ativamente todo o processo.

Queríamos um espaço e não mais o galpão alugado, daí começamos dar em cima do prefeito, iam para lá se sentavam e hoje o prefeito até, amanhã, outro dia não atende, aquela coisa (...) de enrolarem podre... Insistimos, insistimos, insistimos até que se conseguiu convencer o prefeito a fazer isso aqui, esse galpão. Tu me conheces né Vanessa sabe que não arredo o pé com certas coisas! Antes andávamos até de carrinho de mão, de saco, catando na rua, lixo todo, nesse meio tempo, a FURG já começou a participar. A FURG, praticamente desde o início com o lixo que vinha e com as legalizações do estatuto. (Entrevistada A2).

A FURG, através do NUDESE e da INTECOOP, pelo projeto “Reciclar é Vida”, colabora com material reciclável, encaminhando-o à Associação. Como consta no relato da entrevistada E3, “A universidade contribuiu, deixando os resíduos para que elas pudessem reciclar na Associação, isso foi através do projeto Reciclar é Vida e depois do projeto é que entrou o decreto - 5940, mas o projeto Reciclar é Vida já pensava isso”.

No início do processo de incubação, lá em 2006 - 2007, ainda que incipiente, a INTECOOP disponibilizou alguns cursos, porém nessa fase de incubação surge a necessidade de construção do estatuto. Segundo a (Entrevistada E2), “Foi um processo legal, pois elas já sabiam o que não servia para o regime de trabalho delas, elas já tinham interiorizado muitos princípios humanistas, devido a outras inserções e vivência. Isso raramente acontece com outros grupos e empreendimentos!”.

A elaboração do estatuto do grupo, sob assessoria da incubadora da FURG, proporcionou, segundo assessoras e recicladoras, um momento importante na vida da Associação de Recicladoras em sua estruturação inicial. Podemos afirmar que os “êxitos” da Associação na sua criação resultaram de uma fórmula que combinava um alto grau de solidariedade interna a uma forte identidade comunitária.

A parte do estatuto foi a melhor, de parceria mesmo deu um problemas que depois tivemos que mexer, mas, mesmo assim foi bem interessante, foi de parceria mesmo a incubadora ajudou muito e nós participamos de tudo,

tudinho até de conferir o que foi escrito errado por engano (Entrevistada A1).

A lógica produtiva de trabalho no Galpão da Associação é definida em função de sua estrutura física e da cultura organizacional, instaurada há muito pelo grupo de recicladores com apoio da incubadora da seguinte forma: recepção do material, triagem e classificação, enfardamento e alguma estocagem. Na etapa da recepção, o material chega carregado pelos caminhões da coleta seletiva do município e da universidade, e é despejado pelos funcionários da empresa, cujos serviços são contatados pela Prefeitura, no chão ou na entrada da Associação.

Na etapa de triagem, encontramos as mulheres organizadas em grupos por afinidade e laços consanguíneos para separarem o material reciclável, a fim de classificá-lo, sendo que muito lixo orgânico ainda aparece naquilo que é encaminhado pela Prefeitura como lixo limpo-reciclável. Algumas recicladoras usam luvas e máscaras, mas ainda não são todas. Um elemento interessante é que, segundo uma das associadas, a partir do processo de incubação desenvolvido pela ITCP, o número de acidentes e ferimentos no galpão diminui consideravelmente.

Eu sempre usei uma luva, sempre, mesmo rasgada. A maioria aqui não gosta. Elas falam que têm alergia, porque sua a mão Mas, depois que conseguimos os EPIS. Os acidentes diminuíram bastante, antes era gente com a mão, pé cortados. As botas e as luvas são tri boas, ajudam muito. (Entrevistada A1).

Parte desse material, às vezes, é consumido pelas próprias associadas, como no caso de sobras de cosméticos, perfumes, remédios, e, até mesmo, roupas e alguns equipamentos eletroeletrônicos, etc. Esse material passa pela prensa para, logo após, ser transformado em fardo e vendido para os compradores, que são os atravessadores para indústrias de reciclagem, do Galpão que podem ser fixos ou circulantes, sendo que, a coordenação tem procurado novos compradores tendo por critério o preço mais favorável à Associação.

Tal organização destoa do que nos apresenta Marx (2002) a respeito do processo de trabalho na produção capitalista, no qual a força de trabalho é apropriada pelos donos dos meios de produção. Dois fenômenos particulares são observados nesse processo: o controle do capitalista sobre o trabalhador e a tomada do que foi produzido pelo trabalho deste por aquele. Verificamos, assim, que o trabalho produzido na associação apresenta características divergentes das do

trabalho dentro dos moldes capitalista, ainda que dentro do período histórico onde este sistema se coloca dominante. No entanto, não constatamos que esta associação esteja isolada por não partilhar dos mesmos propósitos e regras do modo de produção capitalista, mas sim contida no interior de sua totalidade contraditória.

Os meios de produção foram viabilizados por intermédio da incubadora. Sobre esse fator dos meios de produção, pelo intermédio da incubadora, há uma enorme polêmica entre associação e incubadora. Entre os anos 2009-2010, a associação foi incentivada pela equipe do INTECOOP/FURG a participar de dois editais²⁵. Segundo alguns registros (relatórios e atas) que encontramos sobre os projetos:

Tais projetos visam permitir que o grupo pudesse melhorar a infraestrutura do galpão e invista, também, em sua própria formação, mais que isso promova a intervenção destas mulheres na comunidade em que vivem. Realizando melhorias das condições e do processo de trabalho por meio de aquisição de maquinário e ferramental, mudança de layout, além da formação realizada através de cursos e oficinas e mobilização comunitária. Objetivando como resultado a organização social comunitária, promovendo a melhoria na qualidade de vida das integrantes da associação e da comunidade em geral, visando o desenvolvimento local sustentável. (NUDESE 2009, p. 234).

De fato, o projeto foi bastante importante para a Associação à medida que possibilitou os meios de produção para o galpão, com a aquisição do maquinário e a mudança do Layout. Após a chegada de todos os materiais e toda mudança realizada no processo produtivo do galpão, a Associação passou a ser a mais equipada do município. Obviamente, sem essa intervenção, possivelmente a unidade de produção associada ainda estaria como as demais associações do município, com processo produtivo ainda mais precário.

Logo, salientamos a maneira como os projetos foram ‘pensados e gestados’, gerando certa polêmica e desconforto. Segundo o relato das associadas e dos próprios bolsistas da incubadora, “o processo de construção e implementação dos projetos e do processo de mudanças na organização do trabalho no galpão foi feito sem participação e diálogo”.

²⁵ Rede de Parceria Social do Estado do Rio Grande do Sul, em que a Vonpar e a entidade ancoram financiando o projeto “Catadoras: construindo cidadania e consciência ambiental”, e o outro, da Petrobras, projeto “Associação Recicladora Vitória: O despertar para consciência ambiental”.

No começo, bah, foi legal. Lembro que a gente andava meio pra baixo por causa dos preços dos compradores que tava lá em baixo e o preço do alumínio também tinha caído, o papel então nem se fala. Daí eles vieram com a ideia do projeto e falaram que tinham muitos equipamentos e tinha mesmo e umas formação também e que seria bom. E nós aceitamos, só que na real foi o Nudese que fizeram tudo, nós não sabia de nada, eles escolheram as máquina, o uniforme nosso, o lugar onde as coisas iam ficar no galpão. Até visitamos uns lugares para ver como era as recicladoras lá, foi legal. (Entrevistada A2).

Com esses projeto teve um aumento do trabalho no galpão, daí eles fizeram uma melhora no controle do dinheiro da associação. E daí foi criada uma planilha de acompanhamento que mostrava tudo assim, gastos em vendas de lixo, as despesas, as compras, tudinho. (Entrevistada A1).

Eu acho que sobre os projetos tinha muita coisa errada, sabe, a gente não sabia direito o que era, e o que queria, então fomos deixando a Furg fazer. Depois a Furg fazia e chegava aqui não era, a medida tava errada, tinha que trocar a peça, mas eles se esforçaram bastante e nós também! Era uma esperança de que tudo melhorasse, pra tu ver, eu nem tava mais no galpão e voltei nessa época, é muita coisa pra ser resolvida num trabalho assim, é com a prefeitura, é com esse, com aquele, é muita coisa para a gente fazer sozinha e até mesmo pra Furg, porque eles não têm só nos de grupo né? Eles têm outras associação. (Entrevistada A2).

Ainda sobre a questão dos projetos “Vonpar e Petrobrás”, concluem os educadores da ITCP:

Eu tive mais aproximação no processo de incubação da Associação quando fizemos os dois projetos Petrobras e Vonpar onde se trabalhou na estruturação, da Associação Vitória. Foi aí, eu acho, que tivemos alguns momentos em que se pode fazer com que elas se empoderassem da estrutura mesmo, máquinas de seu trabalho. Por mais contraditório que possa parecer Universidade e Vonpar. Esses projetos proporcionaram alguns encontros dos recicladores no Rio Grande do Sul, mas se eu disser que efetivamente a incubadora e o Nudese tiveram grande influencia na Associação Vitória para ajudar na autogestão, eu acho que ele foi só um instrumento pra ajudá-las com os equipamentos mesmo, foi muito corrido tudo, todo o processo mesmo para nós e para elas. Acho que estou sendo dura até na avaliação, mas, acho que é isso (Entrevistada E3).

Quando eu entrei na incubadora sempre estranhei, porque o coordenador não era muito presente, às vezes nem conhecia todos os empreendimentos. E uma coisa que sempre foi priorizada era que precisamos trabalhar na prática, trabalhar com as pessoas, era tipo “o lema do Nudese que foi passado para incubadora”, a parte mais teórica nunca teve, a gente era estudante, procurava aqui e ali, mas nada sério. Tanto é que montamos dois projetos, só com a experiência de trabalhar com grupos e na prática muita coisa deu errado e outras muito certo também, acho que faltou planejamento, estudo e que isso fosse assumido por toda a equipe da incubadora, não só pelo setor da reciclagem, que era pequeno: dois bolsistas de graduação e uma técnica, ela que conhecia mais de reciclagem e, mesmo assim, era difícil entender a cadeia produtiva da reciclagem e depois fazer o pessoal da associação entender que eram precisam equipamentos e mudanças. (Entrevistado E5).

Eu acredito que as coisas que foram feitas lá foram boas, é claro que com problemas, mas em tudo que é lugar tem problemas, não é? Elas, as gurias

da associação, nunca conseguiriam as máquinas, as coisas sozinhas... Mas, a maior dificuldade em levar os projetos na Associação Vitória se dava por problemas internos, elas tinham e têm muitos problemas de convivência elas se dão muito bem e ao mesmo tempo brigam muito Eu peguei um momento bem delicado, elas discordavam de tudo, nem ouviam as propostas, era bem difícil assessorar lá. (Entrevistada E6).

Evidente que todo esse processo para aquisição de materiais via editais, foi em certa medida o “possível” para que “avançasse” o processo produtivo da associação. A utilização do maquinário permitiu a otimização dos processos de trabalho dentro da associação, gerando um melhor aproveitamento do tempo e do rendimento das atividades desenvolvidas na associação, o que refletiu diretamente na quantidade e na qualidade de materiais a serem comercializados, possibilitando um pequeno aumento na renda das trabalhadoras. Outro avanço foi o uso da prensa, que auxiliou no enfardamento dos materiais e permitiu o melhor aproveitamento do espaço na associação e um melhor preço no momento da comercialização.

Porém, cabe problematizarmos sobre a intervenção do Estado nas cooperativas e associações de trabalhadores por meio da Universidade, nesse caso. E, além disso, há de se problematizar também toda concepção política filosófica da incubadora do “fazer junto com as comunidades”. O principal desafio do processo educativo da ITCP é construir referências teóricas que possibilitem a compreensão da lógica em que se insere o trabalho para além da associação. Ou seja, avançar no entendimento dos conflitos dentro de uma lógica mais ampla.

Do contrário, as associadas continuarão a entender como sendo o maior dos problemas o gerenciamento interno do trabalho na associação, preocupação que remete à tomada de ações que possibilitem a organização do trabalho objetivando maior produtividade, ou seja, como alguns educadores da equipe de incubação salientam, “se as coisas vão mal é porque não se trabalha direito lá dentro do galpão”. Essa última afirmação utilizada como explicação encobre, na verdade, um amplo rol de determinações, que estão fora da associação, mas a envolvem, relativo à lógica do circuito econômico da reciclagem e de maneira mais ampla, a própria lógica de reprodução da sociedade sob o modo de produção capitalista.

A comercialização na associação Recicladora Vitória mantém-se com o produto das vendas de material reciclável, separado e classificado conforme a sua natureza, para compradores fixos (atravessadores e pequenos sucateiros) e outros

alternados, permitindo assim a manutenção da partilha dos recursos econômicos obtidos para fins de divisão às associadas, conforme as horas trabalhadas. No que diz respeito ao processo de venda, a formalização da associação não muda as relações estabelecidas com os atravessadores e as indústrias dentro do circuito que envolve a reciclagem.

O controle do circuito permanece com quem exerce a demanda pelos recicláveis, que é a indústria, a qual põe o preço final na mercadoria oferecida pelo atravessador que transporta esse material até a fábrica. A relação desigual e de dominação aparece como sendo um consenso entre as partes juridicamente constituídas e que têm os seus direitos previstos, mascarando uma condição real de exploração do trabalho.

O que ocorre é que, com a melhoria nas condições de trabalho, as associadas têm maior possibilidade de negociação nesse circuito. Enquanto a incubadora contribuir somente para esse processo de organização das trabalhadoras catadoras/recicladoras, restrito à coleta e à triagem dos resíduos recicláveis, sem colocar em questão o poder exercido pelas indústrias de reciclagem, ou causar turbulências, exigindo preços mais justos, essa forma de organização da cadeia produtiva da reciclagem não sofrerá mudanças.

4.3.2 A gestão e os processos decisórios

No tocante ao processo produtivo associado, podemos afirmar que a forma da associação gerir o empreendimento busca a autogestão no seu sentido mais amplo, havendo na prática um esforço de autogestão, ou, como diria Gramsci, “autogoverno”. Encontramos na prática da associação algumas tímidas características de autogestão. Assim, como salienta (Faria, 2005), enquanto experiência que ultrapassa a forma heterogerida da burocracia e do modelo capitalista de produção, a autogestão não se fixa plenamente no sistema do capital, daí porque o que se encontram são organizações com características autogeridas, nas quais prevalece a forma de gestão coletivista de trabalho.

De acordo com o documento estatuto da Associação (2006, p.8), as ações desenvolvidas são definidas pelo coletivo de associadas, em reuniões semanais, e cabe ao conselho administrativo da Associação, composto por: “presidente, vice-

presidente, tesoureira e secretária, a execução dessas ações”. Nesse sentido, buscamos problematizar a “participação das associadas nos processos decisórios” e verificamos, pelo registro das assembleias, que o conselho administrativo tem pouca atuação coletiva. O que mais avança nesse processo participativo é a tesouraria que, embora às vezes apresente problemas, é o que mais está presente. É necessário destacar, que conforme a sazonalidade das associadas na associação, no cotidiano as ações dessas representações se misturam, a tesouraria resolve coisas do administrativo e vive-versa.

Nesse processo de participação e organização coletiva do trabalho, percebemos que ainda há resquícios da lógica formal do trabalho (heterogestão), no trabalho realizado na Associação. A presença da dirigente – coordenação - é facilmente confundida com a figura do “patrão”. Houve três quadros de dirigentes na Associação. De acordo com a pesquisa, o primeiro grupo de coordenação tinha uma boa convivência comunitária, alta articulação a outros movimentos comunitários; e algumas mulheres tinham uma forte vinculação com o Movimento Ecofeminista, porém pouca experiência com o trabalho na reciclagem.

O segundo grupo, apresentava um bom conhecimento da cadeia produtiva da reciclagem na região, e características empreendedoras, assim, era muito ágil. Atualmente, a “coordenação” é tida como mais autoritária e também há muitos conflitos em relação a relacionamentos internos. Assim, apesar de várias vezes as associadas reclamarem da maneira impositiva como são tratadas pela “coordenadora”, as tensões não são tratadas de modo transparente.

Não sei avaliar se por carência nossa da equipe de incubação, mas elas, da Associação, não compreendem bem muitas vezes o que é o trabalho associado, porque nem todas vêm querendo a mudança. Elas querem trabalhar, mas nem todas vêm reivindicando um grupo autogestionado, é conflituoso. Muitas delas desejam um trabalho, não importa se tem um chefe ou não, me parece que por parte das comunidades ainda tem muito forte essa coisa do patrão. Chega ao ponto que, depois de meses de curso de cooperativismo, um dia uma delas pergunta: mas quem é que vai mandar?! Daí tu fica pensando o que foi que deu errado nessa formação, nesse acompanhamento. (Entrevistado E5).

Contudo, é preciso lembrar que a herança autoritária e hierárquica permeia as relações sociais no Brasil, no trabalho e fora dele. A busca do poder hegemônico e da hierarquia, encontrados no modelo patronal, está sempre presente. A tentação para voltar ao conhecido, à posição de subordinação, de certo modo menos

comprometida, só pode ser combatida com um trabalho de educação permanente para a autogestão, acompanhando regularmente os empreendimentos e vencendo as resistências dos trabalhadores para ultrapassar a barreira da unidade produtiva.

O autor Singer (2005, p. 16) contribui com esse debate ao argumentar que as pessoas que foram formadas no capitalismo precisam ser reeducadas e que “essa reeducação tem que ser coletiva e permanente, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição”. Assim como Singer, compreendemos que “quebrar a cultura” que o chefe tem que resolver o problema, de desafiar isso com o grupo representa um espaço de educação importante para um novo perfil de trabalhador associado. A educação é o único órgão possível de automediação humana, porque a educação – não num limitado sentido institucional – abarca todas as atividades que podem se tornar uma necessidade interna para o homem, desde as funções humanas mais naturais até as mais sofisticadas. (MÉSZÁROS, 2006, p. 172).

Identificado os problemas com “autoritarismo”, nos parece que nem a própria incubadora em certos momentos conseguiu desenvolver o processo de incubação com os grupos de forma coesa, e de forma que propiciasse a máxima participação possível, através do diálogo entre os sujeitos do empreendimento. Um exemplo disso eram as técnicas adotadas, que não possibilitavam às associadas condições necessárias para que avançassem na compreensão de seu próprio trabalho e das correlações na cadeia produtiva de reciclagem.

Avaliamos, pelos dados levantados, que pouco se contribuiu em técnica e metodologias que ajudassem a avançar na superação dessas dificuldades, embora tenha propiciado um significativo avanço em outras que já referimos, ou que vamos, ainda referir. Diante disso, a análise em curso permite questionamento sobre “qual é a educação que interessa aos trabalhadores e trabalhadoras nesse processo educativo produtivo – em uma metodologia da incubação?”

Talvez, o significado de educação em sua dimensão espontânea. Mas, esta pode não servir para absorver qualquer experiência como se fosse educativa e, muito menos, do interesse dos oprimidos, na visão freireana. Há, inclusive, algumas incubadoras que se dizem “populares”, mas que promovem, por meio de técnicas discretas, a “inculcação do silêncio” nas mentes das classes despossuídas da sociedade, roubando-lhes a sua inerente capacidade de indignação. Pode-se constatar, desse modo, que a educação emancipadora não é tarefa fácil.

Em relação à participação nas assembleias extraordinárias, onde as decisões são colocadas em discussão e votação, o material analisado, atas de assembleias e relatório da ITCP, demonstram que a associação realizou poucas assembleias, e, ainda, que em todas as assembleias realizadas a incubadora esteve presente, mediando o processo. Quanto às reuniões organizadas pela própria Associação, estas aconteciam com frequência, porém não havia uma exigência de frequência com todas as trabalhadoras, nem um esforço de maior participação em reuniões. Logo, fica visível que a participação não era tida como fundamental para o desenvolvimento do trabalho associado na perspectiva da autogestão.

Normalmente eram realizadas reuniões com as sócias que estavam no turno de trabalho e, no dia seguinte, o assunto era repassado pelas sócias que “puxavam as reuniões”, em forma de bilhete ou conversa rápida entre as associadas. Cabe salientar que a estratégia de deixar um bilhete ou passar no turno inverso na Associação teve uma boa funcionalidade para organicidade do trabalho.

É sempre difícil fazer as pessoas entender que tem que sair da mesa de lixo e vir para reunião, é hora de reunião, ou vir de sua casa. Nem todo mundo participa, mas de tanto forçar e bater na mesma tecla, aos poucos o pessoal foi se acostumando com reunião. Agora se é para mudar alguma coisa do galpão, ou se for dia das contas da divisão, todo mundo vem, aí não precisa nem insistir. (Entrevistada A1).

A Furg sempre fez encontros. As assembleias eram eles que fazia. Mas, agora que eles não vêm mais aqui, é esse parto para reunir todo mundo, porque entra muita gente e sai também, é o entra e sai de gente nos últimos tempos é grande, então precisa trabalhar tudo novamente, regras, e do curso da solidariedade. (Entrevistado A2).

Nota-se pelas entrevistas que muito da forma como as associadas organizavam o galpão, a forma como elas se relacionavam com outros trabalhadores da reciclagem, como pensam as estratégias de comercialização, tem forte influência das experiências comunitárias e de trabalhos anteriores.

Sobre a “participação das associadas nos processos decisórios”, alguns elementos que ficaram evidenciados nas entrevistas e nas observações realizadas foram que algumas associadas pensam ter “menos conhecimento” em relação às outras. Em alguns momentos nesse processo de decisão, algumas associadas não conseguiam assumir cargos de direção, e nem ler os estatutos, as prestações de contas, e outros documentos, pois não sabiam ler, ou tinham dificuldades na escrita,

na oralidade, e problemas de autoestima. Por isso na divisão das atividades, embora houvesse rotatividade, a preferencia da maioria ficava sempre no trabalho “braçal”.

Não era todo mundo que fazia tudo não as formação, algumas das gurias preferem sempre ficar só no lixo, isso de participar, falar, estudar e ir pros negócios de formação é minoria. Até nas reunião aqui, ler o estatuto e tudo mais era e é um parto. (Entrevistada A1).

A divisão histórica entre trabalho intelectual e trabalho manual possui reflexos na constituição do trabalhador, que opõe a atividade teórica à prática no quadro da sua satisfação porque vincula a atividade teórica à escolar. O trabalhador disciplinado ao trabalho pesado, em geral, possui dificuldades de adaptação aos processos pedagógicos da escola, pois nesse caso há pouca vinculação direta com a atividade laboral.

Sobre essa questão, afirma o (Entrevistado E5):

A incubadora trabalhava na questão dos equipamentos, tinha que ter e tinha que colocar lá prensas e coisas para qualificar o trabalho delas, mas, a incubadora nunca articulou o processo de alfabetização formal, assim... Uma vez elas chegaram a pedir “um curso de alfabetização”, via outros projetos, mas, nunca aconteceu, a V e W. Quando eram bolsista da graduação, tinham feito uma tentativa, levaram cadernos, lápis e, no espaço da cozinha coletiva, mas não rolou e como as demandas eram tantas, acabou ficando de lado isso.

Obviamente, sabemos que a incubadora não tem o compromisso central com o processo de escolarização formal e, tão pouco, cabe a ela “resolver todos os processos e carências”, pelas quais as associações passam. No entanto, sabemos o quanto isso é um dos desafios na organização do trabalho associado. Conforme TIRIBA (2007) Se a relação “trabalho-educação” tem como pressuposto que o conhecimento produzido na escola, tem como fonte inspiradora o saber produzido nas relações sociais, que os homens estabelecem em seu processo de trabalho, a possibilidade de uma ação se transformar em ação-transformadora pode ganhar corpo quando os trabalhadores têm assegurado, pelo menos, o direito à Educação Básica.

Sendo assim, como parte integrante de um projeto maior que contribua para tornar orgânica a economia popular solidária, consideramos importante, projetos educativos que, articulados com a escola e recuperando os pressupostos da educação popular, sejam capazes de contemplar os trabalhadores que não tiveram

acesso ou não conseguiram permanecer na escola e que, frente à crise do emprego, vêm tentando criar suas próprias organizações econômicas.

Outro aspecto importante a ser destacado, nesse eixo em análise, é a “transparência na distribuição dos resultados”. A Associação, e principalmente o setor do financeiro, desenvolvia e desenvolve, ainda, um processo de forma bastante transparente e coletivo. Cada associada recebe pelas horas trabalhadas no galpão, e qualquer decisão a esse respeito é resolvida no coletivo.

No começo era difícil, anotávamos uns papelzinho os horários, mas, se perdia, daí era uma confusão, uns falando que trabalharam mais outros menos. Depois começamos a por num caderno que ficou melhor e, no fim, a incubadora trouxe tipo uma cardeneta de controles, bem direito ali anotamos as horas e depois dividimos. (Entrevistada A1).

Percebemos pelas minutas²⁶ que à medida que a atividade econômica da associação aumentou, o grupo cresceu e o empreendimento tornou-se mais complexo, então, surge à necessidade de desenvolver procedimentos de registro e controle mais adequados. Assim, surgem registros, construídos com auxílio da ITCP, para a compra de materiais de catadores avulsos e para a venda dos materiais para o comprador (atravessador) com o qual a associação tinha relação (compra/venda).

Foram duas planilhas de registros diferentes, criadas para as associadas. A primeira planilha era do registro dos turnos, nesta tinha uma coluna com o nome da pessoa, data e turno (manhã e tarde). Quando a sócia participava vem pela manhã, assinava o nome somente no turno da manhã e vice e versa, se viesse o dia todo assinava nos dois campos. Esses turnos eram contados mensalmente e é a base para o cálculo do valor que cada trabalhadora teria para receber.

A segunda planilha era para o registro da comercialização, em que no cabeçalho vai os dados do comprador, abaixo tem uma lista com os nomes dos principais materiais (pet, pead, pp, papelão, papel branco, plástico cristal, plástico colorido, resina etc.), a quantidade em kg, quanto é o kg de cada material e o total, ou seja, a quantidade dos quilos multiplicada pelo valor.

O controle das planilhas foi importante para conhecer melhor o mercado, as oscilações de preços e a “sazonalidade” dos produtos e, no melhor entendimento das associadas, para “negociação” com os compradores, pois no começo, após elas reunirem certo volume, geralmente depositado em um bag, contatavam o

²⁶ Material desenvolvido pela incubadora, para o acompanhamento das associações e cooperativas.

comprador, com o qual costumavam negociar para que este buscasse o material. Em alguns casos, dependendo da recicladora, o material chegava a ser pesado e os preços eram definidos por quilo, em especial para o PET e alumínio.

Para a maioria, no entanto, o preço era dado “de olho”. O comprador pagava a vista geralmente. Em algumas situações adiantava valores, que eram descontados na negociação seguinte. O comprador disponibilizava alguns bags a título de empréstimo até a nova comercialização, já deixando a sócia “fidelizada”, seja pelo adiantamento, seja pelo empréstimo de bags.

Salientamos essa importância de ter controles mais eficientes e o quanto este processo contribuiu com o trabalho na associação, no entanto, é necessário que a associação possa efetivamente utilizá-los, sem a dependência da incubadora nessa mediação. Atualmente, a associação utiliza somente a primeira planilha, para controle das horas trabalhadas de cada associada.

4.3.3 Projeto: processo formativo e trabalho

Sobre o processo formativo e trabalho do eixo em questão, destacaremos na análise: a) o processo formativo desenvolvido pela incubadora na associação; b) o processo desenvolvido com o grupo e educadores da própria ITCP (estudantes, consultores, coordenação); c) a metodologia de incubação; d) a dimensão do projeto que articula a educação e o trabalho. Alguns relatos demonstram que assim como algumas ações de incubação foram essencialmente importantes e participativas, como no caso da legalização da Associação, outras nem tanto, como os cursos de planejamento estratégico e as formações em cooperativismo/economia solidária.

Até hoje a gente não entende quase nada dos planejamentos estratégicos, , falavam rápido e dava vontade de rir. As oficinas mais legais foram as de reciclagem mesmo, que deu de aproveitar que vieram os caras aqueles de POA. As de cooperativismo e solidariedade era a pior porque não se fazia o que se falava parecia uma coisa que não se alcança sabe... solidário, solidário e depois... Briga, briga! Mas, vendo por tudo que fizeram no começo, foi bom, nenhum outro lugar se faz isso de tá junto com um grupo, uma associação tanto tempo. (Entrevistada A2).

As oficinas de formação normalmente eram desarticuladas, até porque passavam muitos bolsistas e consultores pela associação. Uns faziam a parte contábil financeira e nem conversavam com o pessoal da formação mais humana, como se fossem coisas separadas. Isso foi começar a se instabilizar quando fomos bolsistas lá que atuávamos direto lá... E mesmo

assim teve diversos problemas. Mas, antes disso era muita gente, rodízio, cada um com uma orientação diferente. Não esqueço uma vez que a A. e J. foram lá fazer formação, passaram um filme, fizeram todas chorarem com uma sensibilização de educação ambiental, do que fizemos com a natureza... E depois dessa sensibilização não foi feita nenhuma discussão, articulação com o trabalho associado na reciclagem, daí complica né? Esse tipo de formação é muito ruim para o grupo, não ajuda a avançar. (Entrevistado E5).

A partir desse conjunto de declarações podemos questionar “essa autonomia”, que o próprio projeto da incubadora menciona como “autonomia da coordenação e dos empreendimentos” (NUDESE 2001, P.18). Pode ser confundida, em algum momento, com ausência intencionalidade e de um projeto político maior que amarre todas as ações da incubadora. Isso porque, no processo formativo, separar o ensino das finanças da autogestão é trabalhar o conhecimento de forma unilateral e fragmentada. O ensino na autogestão não tem porque ser dividido em uma parte própria, interna aos empreendimentos, e outra externa aos mesmos, porque o meio social em que atua e vive é um só.

Esses momentos do cotidiano de um empreendimento são momentos de pesquisa para a descoberta das necessidades, das limitações-limites e dos inéditos viáveis do grupo em incubação. Assim, o objetivo da educação popular e da pedagogia do trabalho associado não é que os trabalhadores associados apenas assimilem, de forma abstrata, os pressupostos filosóficos e políticos de uma nova cultura do trabalho ou de uma economia que se pretenda solidária. “Não basta idealizar uma nova cultura do trabalho ou uma cultura popular baseada no trabalho participativo e solidário. Mais do que nunca, é preciso aprender a construí-la, materializá-la no dia-a-dia da produção”. (TIRIBA 2007).

Quanto à organicidade do trabalho pedagógico, a equipe interna era organizada por: a) bolsistas de graduação, normalmente as áreas de formação destes bolsistas eram a engenharia civil, engenharia de alimentos, ciências contábeis, psicologia, pedagogia e letras; b) consultores técnicos ligados a esses cursos, poucos com experiência na área de EPS ou de trabalho com educação popular, que co-coordenavam as ações gerais e as específicas de cada área de trabalho; c) um servidor, cedido pela universidade, normalmente responsável pelas ações burocráticas da instituição (embora isso tenha sido modificado nos últimos dois anos); d) um professor ligado à área do direito da coordenação geral da incubadora.

Nesse aspecto, a organização horizontal da incubadora é algo a ser questionado, porque, após análise de fontes, verifica-se a restrita participação dos estudantes na autogestão da incubadora.

A organização interna da incubadora era muito hierarquizada, a gente não tinha noção de tudo o que estava acontecendo no geral, era umas informações soltas, uma correria, sempre apagando incêndio, sempre. E quanto ao espaço de participação, processo criativo, essas coisas, eu nunca vivi, era muito controlado. Bolsista tu e o tarefeiro vai lá e paga isso e não interessa porque tu tá fazendo aquilo, não precisa entender só pegar. Parece que na extensão não tem educação, essa relação da universidade com o ensino, educação, pesquisa, o tripé que eles adoram falar. Agora, se tu tivesses um amigo lá, da consultoria ou coordenador, era diferente, poderias saber mais de perto, participar mais de algumas coisas. (Entrevistado E5).

Sobre a pouca participação dos estudantes, os consultores técnicos e coordenação argumentam:

Eu acho que os estudantes participavam pouco, acho que é uma coisa geral de todas as incubes, mas, também depende. Porque tinham alguns que pegavam firme mesmo. Eles sozinhos tocavam algumas associações, num período que tiveram poucos técnicos/consultores, e também tem outra questão, tem coisas que não dá pra bolsista resolver mesmo, que é coisa muito profissional, coisa de entreposto de fiscalização que tem que ser consultor e não bolsista. Eu acho isso. (Entrevistado E2).

A questão do estudante é uma coisa a ser pensada com mais calma mesmo, porque veja quantos de nossos estudantes que foram bolsistas estão envolvidos hoje com a economia solidária, projetos sociais, prefeituras, movimentos sociais. A gente percebe que é uma contribuição significativa na vida do estudante, essa participação precisa ser realmente repensada, quem mais avançou nisso talvez tenha sido a ITCP da UFRGS, nos encontros da rede de incubadoras eles problematizam muito essa questão. (Entrevistado E1).

De modo geral, constatamos que as relações entre coordenação e estudantes nem sempre são coletivas. Porém, é preciso incorporar coordenação e alunos num mesmo coletivo, sendo fundamental que exista um espaço de diálogo, aberto, que permita aos estudantes de alguma forma se apropriar do projeto, serem escutados e escutarem. É preciso que coordenação e estudantes ensinem e aprendam uns com os outros.

Quanto à metodologia de trabalho anunciada pela incubadora, ela baseia-se na ação-reflexão-ação, de Paulo Freire. De acordo com NUDESE (2011, p.33), “A ação da incubadora envolve necessariamente as áreas de ensino, pesquisa e extensão sendo desenvolvido por uma *equipe que atua de forma interdisciplinar*”

(grifo nosso). Gostaríamos de levantar algumas questões a cerca do trabalho interdisciplinar anunciado pela incubadora.

Nós trabalhávamos de forma interdisciplinar, o NUDESE ainda trabalha porque o processo continua né... São várias pessoas de áreas diferentes atuando juntas, é preciso diferentes áreas para fazer o treinamento das cooperativas, não é tarefa fácil, mas aos poucos conseguimos. Nosso método é de ação-reflexão-ação que vem do DRP da Emater. (Entrevistada E4).

A maior dificuldade posta no grupo que atuava os co-coordenadores era o trabalho interdisciplinar, muitos consultores vêm de áreas duras do conhecimento, engenharias e contabilidade, e trabalhar num projeto integrado é bem difícil, o técnico e social se racham sabe, de um lado temos os consultores “humanistas” e de outro os “técnicos práticos”. Nesse caso, a reflexão-ação fica bem comprometida. Seria preciso um grupo de acessória mais completo (Entrevistada E1).

Evidentemente, é bastante difícil que as incubadoras passem a contar com um “corpo de assessoria técnica completa”, como menciona a entrevistada, No entanto, a questão central que reside nesse relato é a forma fragmentada do conhecimento na sociedade cindida por classes sociais. Conforme Frigotto. (2008, p.28)

Necessitamos, então, perceber que a superação mais profunda dos limites que encontramos na produção do conhecimento e nos processos pedagógicos de sua socialização, somente se dá de forma mais efetiva na medida em que forem sendo rompidas as relações sociais que fornecem a base material destes limites. Superação da divisão entre trabalho manual e intelectual e dos mais diversos processos e mecanismos de exclusão, que no horizonte histórico significa lutar pela o da sociedade de classe.

Nesse propósito, entendemos que a educação e, por consequência, o projeto societário da incubadora precisam de outra função social que desenvolva a consciência de classe, que esteja alicerçada na pedagogia do trabalho associado. Por isso a importância de uma educação que supere a divisão entre o trabalho físico e o intelectual, que é originada pela divisão do trabalho que contribui com o desenvolvimento prejudicial e unilateral do indivíduo humano. Como aponta Suchodolski (1976, p. 23),

Marx não só indicou frequentemente que o trabalho físico sem elementos espirituais destrói a natureza humana como também que a atividade intelectual, à margem do trabalho físico, conduz facilmente aos erros de um idealismo artificial e de uma falsa abstração. Como Marx disse, “uma consequência da independência entre as relações pessoais e as relações entre os indivíduos”. A divisão do trabalho, que permite o “pensar” exclusivo de um grupo de homens, destrói tanto o pensamento como os próprios homens.

Dessa maneira, um dos objetivos da educação popular, educação integral, é a ligação entre educação e trabalho. Comprendemos que na ansiedade de responder às demandas de geração de trabalho e renda das comunidades, o que é bastante real e justo, são desenvolvidos os processos educativos aligeirados e “imediatamente interessados”, reforçando a perspectiva do “treinamento”.

Com isso, vem ganhando centralidade o “como fazer” (metodologia), “ao mesmo tempo em que se perde de vista a construção de um projeto político-pedagógico sustentado por uma concepção educativa emancipadora, que aponte para um projeto societário de novo tipo” (Barros, 2003).

Sobre as questões práticas no processo de incubação, alguns entrevistados relataram que a concepção teórica da incubadora é “libertadora e humanista”, no entanto utilizam a concepção “aprender a aprender” ou então “empoderar” nas atividades práticas de incubação. Essas concepções “aprender a aprender”, estão voltadas para a construção de valores capazes de moldar e adaptar o sujeito aos limites colocados pelo complexo de reestruturação produtiva do qual o toyotismo tornou-se predominante.

É preciso um processo contínuo na incubação, que se desenvolve com os grupos. Normalmente fizemos o trabalho de diagnóstico, sensibilização, formação e acompanhamento sistemático. Nesse tempo de incubação da associação desenvolvemos várias ações a partir deste processo de incubação: oficinas, palestras, reuniões, cursos. Os cursos normalmente levavam 1h hora. Na associação vitória, fizemos 04 de cooperativismo autogestionário de uns 15 de planejamento estratégico finanças e depois teve uns de reciclagem. Nessa formação de cooperação de referência teórica não tinha muito, eram usados os clássicos, o Owen, Singer, Freire, os que falam do empoderamento dos sujeitos, também usávamos muito o, aquele de aprender a aprender e íamos mesclando autores (Entrevistada E2).

Verifica-se que, mesmo quando a equipe de incubação recorre aos referencias teórico-práticos caros à utopia emancipadora – como, por exemplo, as proposições de Paulo Freire, as misturas de termos, instrumentos e concepções promovem uma confusão de tal ordem, que os horizontes educativos da ITCP ficam nebulosos. Embora não existam “fórmulas prontas” sobre o processo de trabalho educativo com trabalhadores associados, deve ser possível definir, ao menos, algumas linhas pedagógicas gerais que orientem esse processo educativo, através

do projeto político pedagógico construído coletivamente e coerentemente com o projeto societário.

Numa reflexão geral sobre tudo o que foi exposto neste item, a categoria que emerge e atravessa, ou transpassa, todo o processo de incubação desenvolvido pela incubadora é a contradição²⁷. Esta se faz muito presente na relação associação incubada e incubadora.

Explicitaremos alguns exemplos desses processos contraditórios, de acordo com o relato do educador (Entrevistado E6), “a associação tem problemas interpessoais, elas brigam, elas, além do mais, têm dificuldade de compreender, no mínimo, o que é obvio, parece que temos que ensinar, ou seja, se você é associada haja como uma associada! Já se falou mil vezes que é preciso usar os EPIS, porque não usam? Já se falou que tem que usar a picotadeira, que agrega valor na venda do papel. Por que não usam?”.

Perguntamos-nos: e qual papel educativo da educadora para romper com esses limites? O que a incubadora propôs ao longo de seu desenvolvimento para possibilitar essas mudanças, para tornar inteligível a mediação educador-educado? Trazemos Gramsci (1981), para ajudar na reflexão de que é fundamental no processo educativo que o real possa se tornar inteligível às classes subalternas. E o intelectual orgânico dos trabalhadores, tem um determinante papel nesse processo.

A educação é um processo social que se constrói nas práticas sociais, nas práticas concretas dos sujeitos em seu cotidiano, nos processos de trabalho, enfim, nos múltiplos tempos e espaços de vida, de inserção social. A conscientização não pode ser um processo idealista em que se “empurram ideias na cabeça do trabalhador”, para desaliená-lo, para iluminar sua consciência obscura. Desconsidera-se que a formação se dá pelo processo social, pelo movimento social.

É necessária a descoberta dos nexos existentes entre as condições desumanas em que os trabalhadores vivem e a estruturação injusta da sociedade, como ponto de partida à liberdade. Para tanto, é necessário fazer uma avaliação crítica das opiniões e das crenças disseminadas no “senso comum”, ao mesmo

²⁷ Segundo Cury (1986), qualquer fenômeno material apresentará diferentes tipos de contradição, possam ser elas essenciais e secundárias, pois a contradição é o motor principal da dialética, indica movimento, está em choque e esse processo está sempre em desenvolvimento, num infinito “vir a ser”, consequentemente rompendo com certos aspectos quantitativos do fenômeno, originando um novo fenômeno material, com outras qualidades e especificidades.

tempo em que se estabelece uma relação dialética com o “bom senso” presente no saber popular.

Embora a associação apresente inúmeras dificuldades e visíveis contradições no processo formativo analisado, principalmente no aspecto “autogestão no trabalho associado”, ao mesmo tempo é inegável os diversos “saberes de natureza política e organizativa”, que foram apreendidos e desenvolvidos pelas mulheres, durante o tempo de incubação, alguns deles: coordenar pequenos e grandes grupos; tomar decisão individual e coletivamente; compartilhar saberes; distribuir as sobras de forma coletiva, aprender a conhecer algumas legislações e valorizar o seu trabalho e a necessidade de organização.

Eu conheci o movimento de catadores pelo Nudese numa viagem que a gente fez. Nós não tinha nem noção na época do tanto que é a reciclagem nesse país, eu nem sabia falar muito, tinha vergonha. Mas, quando cheguei lá tinha muita gente assim também, tímida. E outra, foi muito bom a incubadora começar com a economia solidária em Rio Grande, porque até então ninguém falava em economia solidária aqui, foi a Furg que começou com isso. O município tem que se coçar a partir dessas experiência, colocar a economia solidária em alguma secretaria. (Entrevistada A1).

Outro elemento que consideramos interessante desta experiência diz respeito às relações estabelecidas entre as trabalhadoras associadas e os significados e sentidos do trabalho associado, à medida que forjam na prática uma outra sociabilidade humana, embora perpassado por contradições.

Outra vez, a D. nem trabalhou muito no galpão porque ela tava com o filho e a neta doente e daí nós pegamos e dividimos tudo igual. O que sobrou da venda das cargas, e daí ela pegou o dinheiro suficiente pra comprar os remédios para o filho e ainda ficar com algum pra comida. Quando a coisa tá feia a gente faz isso, todo mundo aceita numa boa, no começo não, mas, agora sim, isso é comum. (Entrevistada A2).

É no galpão que a gente conversava e tenta se ajudar, não é mole, mas né, assim como ela, a C. já me ajudou muito também nesse tempo todo, mesmo com as loucura dela, ela é uma pessoa difícil de lidar, já brigamos mil vezes nesse galpão. Mesmo assim a associação é o lugar que podemos contar, temos amizades, temos brigas, já tivemos várias vezes pra fechar, mas a trancos e barrancos a gente continua e toca isso daqui né, que não é fácil organizar tudo sozinhas. (Entrevistada A1).

Assim, as mulheres da Associação Recicladora Vitória remontam à noção de que as dimensões do trabalho associado não se limitam ao processo de reciclagem, mas se expandem por processos coletivos de ajuda mútua, onde prevalecem às relações sociais não pautadas pelo egoísmo e o lucro, elas vivenciam

cotidianamente a tensão dialética entre o novo e velho, o avanço e o recuo, o coletivismo e o individualismo. Conforme Tiriba (2001, p.12), “o coletivo não constitui uma simples soma de trabalhadores e, tampouco, como um bloco monolítico, mas como síntese das relações que os trabalhadores estabelecem entre si e com a sociedade, sendo possível perceber a existência de diferentes níveis de interação e de compreensão quanto ao significado do empreendimento e das relações sociais”.

A partir das análises ao longo desta investigação, é possível dizer que o caráter do processo de conscientização²⁸ necessita ir além das associadas, bem como toda concepção pedagógica, filosófica do trabalho da incubadora enquanto um projeto fundado na perspectiva da consciência de classe. Isso é importante para que não se caia no praticismo “fazer por fazer”, beirando ao assistencialismo, e sem se desvincular de uma reflexão teórica crítica.

Alguns ex- educadores da ITCP salientam que as mulheres da Associação “ainda relacionam-se com indústrias da reciclagem que são atravessadores que, por sua vez, em alguns momentos trabalham com a terceirização de serviços. Elas precisam resolver isso”. Mas nos perguntamos: Como, então, ficaria a expectativa de superação do modo de produção capitalista, por meio da autogestão? A quem caberia o papel de sujeito revolucionário? Não seria necessária uma maior aproximação da INTECOOP aos movimentos sociais para, de fato, enveredar por essa perspectiva?

4.3.4 Dos aprendizados mútuos

O espaço da incubação é o espaço da intersecção entre dois saberes que se encontram e se complementam, que se conservam, negam-se e se superam em sua relação. Uma ideia fundamental, embora já seja antiga, precisa ser reafirmada: a extensão não é transferência ou simples transplante de conhecimento; ela é, antes

²⁸ Buscamos em Freire o sentido de conscientização, conforme este a compreende, de acordo com o qual, o processo de conscientização afasta-se em sentido contrário àquela conscientização ingênua que muitas vezes vemos permear as práticas do âmbito de algumas ações educativas. A conscientização assume para Freire o seguinte sentido: “A conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “des-vela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (1980, p. 29).

de tudo, criação e compartilhamento, ou seja, movimento das diversas aprendizagens” (THIOLLENT, 2005, p. 185).

Sobre esse movimento de aprendizagens mútuas, ao serem questionadas sobre o processo educativo desenvolvido pela incubadora, as associadas relataram que, de forma geral, as ações desenvolvidas foram interessantes e importantes, porém a maior dificuldade no afastamento da incubadora foi a de “dar continuidade” pela dependência do acompanhamento que era realizado junto ao empreendimento.

As associadas relatam também a alta rotatividade de bolsistas e consultores no galpão de reciclagem e o quanto esse fator inviabiliza a prática do diálogo e do processo educativo de educação popular. Ao mesmo tempo em que apontam fragilidades na relação com a incubadora, as associadas ressaltam as inúmeras aprendizagens que tiveram durante o período de incubação.

Uma coisa muito ruim foi que vinha muita gente todos esses anos, acho que passaram mais de 20 pessoas bolsistas FURG. É muita gente, quando tu te acostumas vem outra pessoa totalmente diferente e cada um dizia uma coisa. (Entrevistada A2)

Nesse tempo eu peguei muito contato para vender lixo, conhecemos o pessoal de Pelotas, até fizemos umas vendas juntos. Conheci muita gente, aprendi muita, muita coisa, muita gente do Paraná, da Bahia, do Rio, cooperativa e associação de tudo que é canto do mundo. Isso era bom, ver outras pessoas, ver o que deu certo, o que não deu, contar a tua experiência pra quem tá começando, isso tudo é muito legal (Entrevistada A1).

Embora inúmeras dificuldades no processo de incubação da Associação Vitória vale ressaltar, que a FURG – por intermédio da ITCP e do NUDESE, sempre esteve presente nas atividades da associação, sendo a única entidade de apoio que efetivamente contribui na prática para o crescimento do grupo, durante todo período de incubação, e mesmo hoje estando afastada a universidade ainda é uma referência para as associadas.

Como eu te disse antes, nenhum outro lugar faria isso por nós, o único grupo que vem e ajuda é a FURG. Nem prefeitura, nem nada, mas algumas coisas podiam ter sido diferentes, mas na maioria acho que foi bom. (Entrevistado A2).

É interessante também ressaltar o processo dialético de avaliação da própria equipe de incubação: “se fosse avaliar hoje o que deu certo o que não deu, muitas coisas foram sendo mudadas ao longo dos anos na incubadora, logo que assumi a

incubadora tínhamos muitos planos, sempre priorizei que se constituiria um grupo de estudos, com todos da equipe pensando na qualificação do processo, e que o acompanhamento dos empreendimentos se daria de forma mais coletiva, mas, nunca conseguimos fazer a formação interna tão sistemática, e por vezes o trabalho nos empreendimentos não era socializado” (Entrevistado E1).

A própria estrutura da universidade por vezes nos barra de avançar, a gestão municipal também era um problema. “Quantas problematizações levantadas na câmara dos vereadores sobre a importância da economia solidária aqui, e quase nada foi fértil nesse sentido” e “na própria universidade quantas e quantas vezes tentamos articular uma disciplina de Economia Solidária para os cursos de graduação”. (Entrevistado E1).

Os coordenadores, ao serem indagados, problematizam muito o processo metodológico de incubação:

Embora conhecendo todas as problemáticas que cercam o trabalho associado, ter participado da Incubes é uma experiência muito significativa. Por que mesmo a gente que lê, estuda, estuda... Tu ‘sai da redoma’ e começa a ver os problemas, os limites da sociedade e também da vida prática dos trabalhadores. Participar de uma incubadora é ‘se jogar na realidade’ eu diria, porque tem coisas que, por mais que tu estude, na prática existe limitações tão profundas dos associados que tu não consegue avançar. Hoje, vejo que a metodologia e algumas questões práticas teriam que ser revistas, porque é obvio que não darão certo. E algumas nós até chegamos a mudar como o próprio processo de pós-incubação que surgiu nessa avaliação de como estávamos incubando. (Entrevistada E2).

O processo de incubação é um esforço de humanização contínuo entre incubados e incubadora, entre erros e acertos. É um processo dialético aonde vamos e voltamos continuamente. Experimentar esse trabalho e esses espaços é muito desafiador. Eu diria hoje que não desenvolvemos um processo inteiramente dialógico, nem completamente autogestionário como afirmávamos, acredito que a maturidade, vai nos ‘clareando’ algumas questões, e um problema real que temos nas incubadoras é a falta de recursos. Falta recurso, faltam técnicos, é muito limitada essa política de edital. (Entrevistado E1).

A constatação dessas dificuldades vivenciadas no cotidiano da ITCP, como trabalho fragmentado, política de editais, poucas pessoas para o trabalho, processos aligeirados de formação em detrimento da produção, etc., leva à reflexão das relações engendradas na nova configuração do Estado neoliberal na realidade brasileira a partir dos anos 1990, como vimos no capítulo1.

Assim como, conduz a constatação que para associadas, coordenadores e estudantes o processo de incubagem foi altamente formativo e contraditório, uma

vez que ao mesmo tempo fomenta o exercício de criticidade, e reduz o papel do Estado, gestando programas de combate à pobreza e desemprego, como é o caso da ITCP-FURG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo central investigar em que medida o processo de incubação realizado pela ITCP-FURG, no período de 2008 a 2012 contribuiu para a prática de autogestão no empreendimento de reciclagem da Associação Recicladora Vitória. Dessa maneira, o primeiro ponto que gostaríamos de salientar, como conclusão desta investigação, é que a concepção de autogestão está associada com projeto de sociedade em toda sua radicalidade, logo, enquanto outro processo societário, porque ela destrói a noção de economia atrelada ao lucro, à exploração e à dominação. Também rejeita a noção comum de política como uma função reservada a uma casta de políticos, para propor uma economia a partir do que é necessário produzir e uma política enquanto realização em todos os níveis – e sem intermediários – de todos os sujeitos envolvidos.

A autogestão é, assim, entendida como modo de produção, cujo um dos fundamentos é estabelecer relações sociais para produzir condições materiais de existência, ou um “socialismo democrático”. Sendo assim, a autogestão social jamais será efetivada sob o modo de produção capitalista, o que podemos encontrar, mediante as práticas de resistência, são características de autogestão, em algumas experiências econômicas associativas.

Desse modo, ao analisar o fenômeno social de pesquisa, o segundo ponto que destacamos sobre as incubadoras, é a compreensão de seu surgimento como uma das sementes da reação da sociedade diante do desemprego, da miséria, da fome e do empobrecimento das classes populares. Assim como organizações sindicais, empresas públicas, governos municipais, movimentos sociais e setores da igreja, a universidade por via da extensão universitária se propôs a agir diante dessa situação.

As ITCP's, enquanto responsáveis pela assessoria técnica a cooperativas populares, além de geradoras de pesquisas no ensino universitário, assumem um lugar polêmico, revestido de ambiguidades e contradições inerentes à sua própria proposta de trabalho, que é ancorada no "cooperativismo popular".

A organização em cooperativas constitui-se em riscos e possibilidades. Os riscos são os de produzir um cooperativismo funcional ao capital e processos educativos adaptativos.

As possibilidades se situam no desenvolvimento de processos educativos que desenvolvam a autonomia e eleve o senso comum a uma visão unitária e crítica da realidade, à constituição de laços de solidariedade e igualdade e a uma nova cultura do trabalho, centrada na utopia de novas relações sociais de caráter socialista.

Essa relação, entre riscos e possibilidades, move-se no terreno da contradição, e este estudo, na sua singeleza, buscou enfatizar esse aspecto: as contradições do trabalho que busca a "autogestão plena" no trabalho com associações populares. Dessa forma, destacamos alguns indicativos que dificultam o avanço na prática extensionista de incubação: a) a ausência da concepção de democracia e de projeto utópico de sociedade no projeto societário da incubadora; b) as ações da incubadora, através de sua metodologia, que se anuncia com princípios Freireanos, mas, na prática encontra muitas dificuldades de implementação e avanço; c) a concepção frágil do projeto educativo e do papel do trabalho como um princípio educativo; d) a 'jovem' experiência da própria equipe de incubação e a falta de aprofundamento teórico não permitem um acompanhamento mais sistematizado e complexo; e) o ensino fragmentado e hierárquico na universidade acaba dificultando e balizando relações mais horizontalizadas e interdisciplinares; f) a falta de entendimento da precariedade do trabalho na reciclagem, e, com isso, estratégias inférteis para pensar e elaborar proposições na cadeia produtiva da reciclagem; g) a dificuldade da incubadora em trabalhar com os jovens na economia solidária; h) a ausência na articulação com os movimentos sociais; i) o vínculo de dependência da Associação, relação a projetos que dependem de editais, fazendo com o que a incubadora assuma o papel do Estado nesse processo.

Todos os aspectos expostos têm correlações e ligações diretas com o contexto político, econômico e cultural da contemporaneidade: a desconstituição de paradigmas, a hegemonia do capital, o avanço científico/tecnológico, o neoliberalismo e, agora, a sua crise e a reestruturação produtiva são elementos que fazem com que a universidade brasileira esteja cada vez mais comprometida com o modelo de produção do conhecimento liberal, formando profissionais liberais, que atuam em prol das necessidades do capital, não atendendo às necessidades humanas.

Assim, os princípios educativos da universidade, na contemporaneidade, são pautados nas novas relações pela flexibilização do trabalho, descobertas científicas, difusão da cultura centrada no individualismo e na competitividade e lucratividade. Enfim, os novos tempos, colocaram também a concepção de Extensão Universitária, Educação Popular e Trabalho Associado em um labirinto. Do lugar onde essas concepções nascem, para o lugar onde se encontram, a distância é longa, tais concepção estão cada vez mais destituídas de concretude e radicalidade.

Por outro lado, retomando o fenômeno pesquisado, fica evidente que houve avanços significativos no que diz respeito aos processos de *incubação* realizados pela INTECOOP-FURG junto à Associação investigada, como o incentivo a apropriação coletiva do processo produtivo, a possibilidade de novas aprendizagens no processo de autogerir-se, o fortalecimento de espaços políticos e formativos e o envolvimento das associadas com o Fórum de Economia Solidária.

No entanto, esse avanço vivido pelas associadas não significou, ainda, um ganho de consciência política que permitisse a esse conjunto de trabalhadoras uma atitude de contestação organizada e dirigida à lógica excludente do capital. Muitas vezes as soluções apontadas para problemas de organização interna e de renda passam pela ideia de que falta um patrão, ou pela possibilidade de comprar/explorar outros catadores.

Desse modo, pode-se dizer, como mais um elemento conclusivo, que as práticas educativas desenvolvidas pela Incubadora no espaço da Associação Vitória estão distantes de práticas autogestionárias concebidas a partir da perspectiva marxiana, que promovam a educação *omnilateral* e, logo, a emancipação humana. A partir do contexto mais amplo, uma das questões centrais parece ser a necessidade de construir uma nova direção para ação universitária de extensão, logo de 'incubação' que resgate, centralmente, a análise da totalidade, retome a concepção

de democracia e o projeto utópico contra-hegemônico, assim como a intencionalidade transformadora da prática educativa.

Finalmente, é importante retomar que a intenção neste trabalho foi a de clarificar as contradições, para melhor perceber as potencialidades do processo de incubação, assim como as fragilidades e conservadorismo da Associação e da equipe de Incubação. Por isso, um movimento de *ir e vir*, de construção e desconstrução, de esperança e desencorajamento, na verdade, exigência de uma realidade que vigora que não oferece a visualização de caminhos, mas para a qual é preciso que nos debruçemos, como condição para potencializar avanços ao campo do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo. **Autogestão**. In: CATTANI, Antonio et al. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

ALMEIDA, Maria. **Construindo Alternativas de Geração de Trabalho e Renda**. In: **Cadernos da Oficina Social** do PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.

ANTEAG. **Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia**. São Paulo: ANTEAG, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

_____. **A desertificação neoliberal: (Collor, FHC, Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2004.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano. A formação do ser humano integral: Homo evolutivo, práxis e Economia Solidária**. ARRUDA, Marcos e BOFF, Leonardo. **Globalização:Desafios Socioeconômicos**. Rio de Janeiro: Vozes,2003.

BARROS, Josiane. **Rede universitária de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: projeto societário e projeto educativo**. Universidade Federal Fluminense. Dissertação de mestrado, 2003.

BRASIL, 2012. Ministério do Meio Ambiente/MMA. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Proposta). Versão pós Audiências e Consulta Pública para Conselhos Nacionais**. 2012. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/253/publicacao/253_publicacao02022012041f. Acesso em: 07/02/2014.

BERTUCCI, Ademar de A; SILVA, Roberto M. A. Da (Org). **Vinte anos de economia popular: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs às EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1983.

BOURDET, Yves; GUILLERM, Alain. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: ANO

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico**. 357 f. Tese. (Programa de Pós graduação em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. 2008.

Zahar, 1976. CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CORAGGIO, José L. Sustentabilidade e luta contra-hegemônica no campo da economia solidária. In: KRAYCHETE, Gabriel e AGUIAR, Kátia (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 67– 89.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp. 2001.

_____. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2003.

CULTI, Maria. N. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo-USP/SP, São Paulo, 2006.4

CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Economia Solidária e Políticas Públicas: reflexões a partir do caso do programa Incubadoras de Cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP**. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciência Política a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: 2002

CURY, Carlos R. **Educação e contradição**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez: Autores Associados, 1986.

CRUZ, Antonio. **As condições históricas da emergência da “economia solidária” no Brasil: as tendências estruturais do mercado de trabalho**. Campinas: arquivo eletrônico p.8, 2002. Disponível em: <http://www.ucpel.tche.br/nesic> Acesso em maio de 2013.

_____. **A diferença da igualdade. A dinâmica econômica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul**. Tese de Doutorado. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 2006.

_____. **Para construir uma pauta que nos ajude a pensar uma metodologia da incubação**: Contribuição á metodologia do encontro nacional de pesquisa Incubadoras 2002 – Projeto Unitrabalho/ICCO, 2002. Disponível em: <http://www.itcp.usp.br/drupal/node/251>. Acesso em maio de 2013. CRUZ, Antônio.

DIAS, Vanessa. NOBRE, Lucia. DION, Eder. NOGUEIRA, Daniela. **Associação recicladora vitória: a transformação social para consolidar a Cadeia produtiva da reciclagem**. In: Economia solidária: tecnologias em reciclagem de resíduos

E19 para geração de trabalho e renda / Maria Zanin, org. São Carlos: Claraluz, 2009.

DUBEUX, Ana. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. **Proposta**: revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro, ano 31, n. 112, p. 4-15, 2004.

ENGELS, F. Sobre **o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In ANTUNES, R. (org.) A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 11-28.

ESCOUTO, Maria. **Educação Ambiental na construção da cidadania de mulheres no interior de Rio Grande**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS, 2004.

FRAGA, Lais. **Extensão e transferência de conhecimento: As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2012.

FARIA, M. **Autogestão, Cooperativa, Economia Solidária: avatares do trabalho e do capital**. Florianópolis, SC. tese de doutorado em sociologia política no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.CR

FARIAS, Bruno. **Gestão de Resíduos Sólidos Domiciliares em Rio Grande/RS: Sistema de Coleta Seletiva**. Porto Alegre, POA. Dissertação no programa de geografia da UFRGS, 2014.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de, LAVILLE, Jean Louis. **Economia Solidária, uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias**. Texto da conferência proferida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, a 12 de Fevereiro de 2009. Sísifo Revista de Ciências da Educação, 09, pp 129-136.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. [tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão de Benedito Eliseu Leite Cintra]. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da esperança**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1991.

GENNARI, Adilson. **Globalização, Estado, neoliberalismo e desigualdade social no Brasil**. In: BENINI, Edi, et al. (Org.). Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas de economia solidária. 1. ed.--São Paulo : Outras Expressões, 2011.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

GUIMARÃES, Arnaldo. **O papel da universidade pública brasileira no século XXI**. Artigo apresentado no XXVIII Congresso Internacional Das Alas - 6 a 11 de setembro de 2011, UFPE, Recife-PE.

GUIMARÃES, Gonçalo. **Trabalho no Brasil era só o formal, o resto era bico**. In: GUIMARÃES, Gonçalo; SCHWENGBER, Angela. Diretrizes para políticas públicas de economia solidária: a contribuição dos gestores públicos. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

GURGEL, Mauro. **Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução: Adail Ubirajara e Maria Stela Gonçalves. 5ª. Ed. – S. Paulo: Edições Loyola, 1992.

HECKERT, Sonia M. Incubagem de empreendimentos econômicos solidários: programa nacional de incubadoras de cooperativas populares - Proninc (2003 - 2007). In: SENAES. **Programa de desenvolvimento de gestores de economia solidária**: caderno de textos 1 - 2ª etapa. Brasília/DF: Mimeo, 2009. p. 6.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

KAPRÍVINE, V. **Que é o Materialismo Dialético**: ABC dos conhecimentos sociais e políticos. [tradução de G. Mélnikov], EDIÇÕES PROGRESSO MOSCOVO, 1986.

KUENZER, Acácia. Z. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão**. In: FERREIRA, N. S. C. Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

LEHER. Roberto. **Educação popular como estratégia política**. In ALMEIDA; JANIZE (ORG). Educação e Movimentos Sociais: novos olhares. SP: Alínea, 2007.

_____. **Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um acontecimento fundacional para a Universidade Latino-americanista**. In SADER (org.) **La Reforma Universitaria Desafíos y perspectivas noventa años después**. Buenos Aires: Editora CLACSO, p. 102-112. 2008.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LIRA, Ica. Informalidade: reflexões sobre o tema. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº 69, 2002.

LUKÁCS, György. O trabalho. In: **Per una ontologia dell'essere sociale**. Tradução: Ivo Tonet. v. II, Roma: Ed. Riuniti, 1981.

MAGERA, Marcio Conceição. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade: análise interdisciplinar das Cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas SP: Ed. Átomo, 2003.

MANACORDA, Mario A. **O princípio educativo em Gramsci. Americanismo econformismo**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.

MANCE, Euclides. **Como organizar redes solidárias**, Rio de Janeiro, DP&A, FASE, IFIL. 2003.

MARQUES, Paulo. **Trabalho emancipado empresas recuperadas pelos trabalhadores: a experiência autogestionária de metalúrgicos gaúchos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado, 2006.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Global Editora, 1986.

_____. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. v. I. 20 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2011.

MARX, Karl e _____ ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. In: COGGIOLA, O. (Org.). Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998b

MENDES, Maíra. **Inclusão ou Emancipação? Um estudo do cursinho Popular Chico Mendes/Rede Emancipa da Grande São Paulo**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande, 2011.

MÉSZAROS István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MANETTI, Dione. **Autogestão**. Revista da Economia, p. 8, 2005.

NETTO, José. BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador**. In: GOMES, C.M. et al. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1989.

_____. **A escola de Gramsci**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

NOVAES, Henrique T.; CASTRO, Mariana. Em busca de uma pedagogia da produção associada. In: BENINI, Edi, et al. (Org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas de economia solidária**. 1.ed.--São Paulo : Outras Expressões, 2011.

NOVAES, Henrique (org.) **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

_____. **A relação universidade-movimentos sociais na América Latina: habitação popular, agroecologia e fábricas recuperadas**. 2010. Tese Doutorado - Unicamp, Campinas.

NUDESE. Núcleo. **Relatório de Atividades de Extensão – SIGProj**, FURG, 2011.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PEREIRA, Darlene. **O compromisso social da Universidade: Um estudo sobre a extensão na Fundação Universidade Federal do Rio Grande**. Universidade Católica de Pelotas, dissertação de mestrado, 2000.

PEREIRA, José. **Considerações metodológicas sobre o processo de incubação de cooperativas populares**. In: CANÇADO, Ailton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão: as experiências em Palmas/TO. Palmas: NESol/UFT, 2007. p. 167-179.

PINTO, G. Augusto. **A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo**. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAZETO Luis. **Los caminos de la economía de solidaridad**. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas, 1997.

SENAES. **Avaliação do programa nacional de incubadoras tecnológicas de cooperativas e empreendimentos solidários (PRONINC): relatório final**. Recife: Ministério do Trabalho e Emprego; IADH, 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Uma utopia militante. repensando o socialismo.** Petrópolis: Vozes, 1999

_____. **A economia solidária como ato pedagógico.** In: KRUPPA, Sônia (Org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: INEP, 2005.

_____. **Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP.** In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p.123-34.

SIES, **Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária**, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp> . Acesso em fevereiro de 2012.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **La educación humana del hombre.** Barcelona: Laia, 1977.

_____. **Teoria marxista da educação.** Lisboa: Estampa Ltda, 1976.

THIOLLENT, Michel. **Perspectivas da metodologia de pesquisa participativa e de pesquisa-ação na elaboração de projetos sociais e solidários.** In: LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 172-189.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada.** Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

_____. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação**, no. 27, Volume 26, n. 1, jan./jun. Florianópolis: UFSC, 2008. p. 69-94.

_____. **Educação popular e Pedagogia(s) da Produção Associada.** In: Caderno Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan/abr. 2007.

_____. & PICANÇO, Iracy. **O trabalho como princípio educativo no processo de produção de uma “outra economia”.** In: Trabalho e Educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Editora Atlas, 1987.

UNE. **Declaração da Bahia.** Salvador, 1961.

VIEIRA, Euripedes Falcão. **Rio Grande: geografia física, humana e econômica.** Euripedes Falcão Vieira; colaboradora Susana Regina Salum Rangel. Porto Alegre: Sagra, 2005.

VIEITEZ, Candido G. e DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho Associado: cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WIRTH, I. G. **As relações de gênero em cooperativas populares do segmento da reciclagem: um caminho para a construção da autogestão?** Dissertação de mestrado, Campinas: FE/Unicamp 2010